

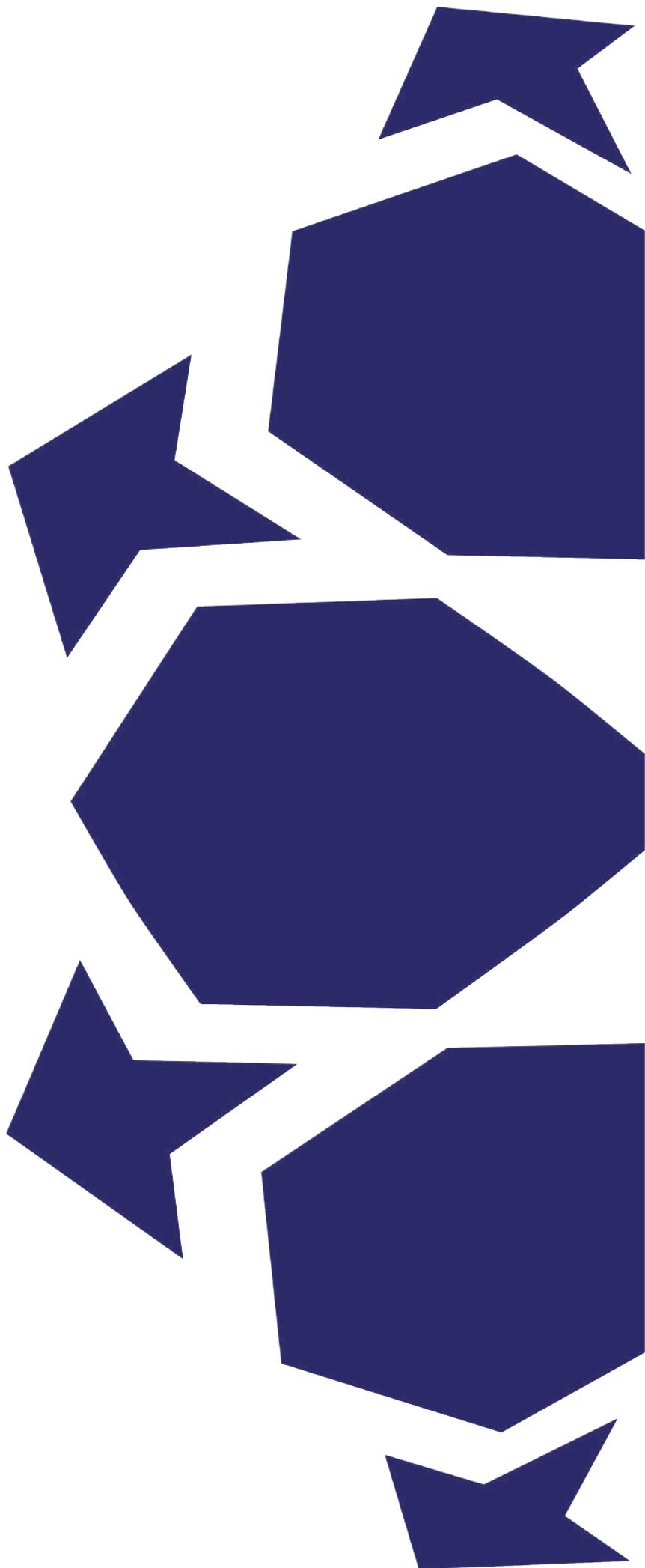


**International Investment Bank S.A.**



**Relatório e Contas 2023**

**Your Bank, Your Future**  
**O seu Banco O seu Futuro**



# Índice

<b>I.</b>	<b>Relatório de Gestão</b>	<b>10</b>
1.	Mensagem do Conselho de Administração	10
<b>2.</b>	<b>O Banco</b>	<b>13</b>
2.1.	Capital Social e Estrutura Acionista	13
2.2.	Órgãos Sociais	14
2.3.	Estrutura Orgânica	15
2.4.	Presença Geográfica, Rede de Distribuição e Instalações	16
2.5.	Capital Humano e Responsabilidade Social	16
2.5.1.	Capital Humano	16
2.5.2.	Sustentabilidade e Responsabilidade Social	17
<b>3.</b>	<b>Enquadramento Económico 2022</b>	<b>21</b>
3.1.	Enquadramento Internacional	21
3.2.	Enquadramento Nacional	23
<b>4.</b>	<b>Resumo da Atividade</b>	<b>25</b>
4.1.	Estratégia e Modelo de Negócio	25
4.2.	Síntese da Atividade	25
<b>5.</b>	<b>Análise do Risco do Crédito</b>	<b>27</b>
5.1.	Carteira de Crédito	27
5.2.	Análise e Gestão do Risco de Crédito	29
<b>6.</b>	<b>Análise da Evolução da Atividade</b>	<b>36</b>
6.1.	Balanço	36
6.1.1.	Ativo	36
6.1.2.	Passivo	37
<b>7.</b>	<b>Resultados, Rácios Financeiros e Prudenciais</b>	<b>39</b>
7.1.	Resultados	39
7.2.	Rácios Financeiros	41
7.3.	Rácios de Performance	41
7.4.	Rácios Prudenciais	42

<b>8.</b>	<b>Notas Finais</b>	<b>43</b>
8.1.	Declaração de conformidade sobre a Informação Financeira apresentada	43
8.2.	Proposta de Aplicação dos Resultados	43
8.3.	Agradecimentos	44
<b>II.</b>	<b>Demonstrações Financeiras e Notas às Contas</b>	<b>45</b>
<b>1.</b>	<b>Demonstrações Financeiras</b>	<b>45</b>
<b>2.</b>	<b>Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>50</b>
<b>3.</b>	<b>Relatório e Parecer do Conselho Fiscal</b>	<b>122</b>
<b>4.</b>	<b>Relatório da Auditoria Externa</b>	<b>124</b>
<b>III.</b>	<b>Informação sobre o Governo da Sociedade</b>	<b>128</b>
<b>1.</b>	<b>Estrutura Organizacional e Governativa</b>	<b>128</b>
<b>2.</b>	<b>Descrição das funções e responsabilidades de cada membro do órgão de administração da instituição</b>	<b>129</b>
<b>3.</b>	<b>Unidades de Negócios</b>	<b>130</b>
3.1.	Comercial	130
3.2.	Financeira & ALM	130
<b>4.</b>	<b>Sistema de Controlo Interno e de Gestão de Riscos</b>	<b>131</b>
4.1.	Risco Global	131
4.2.	Compliance	131
4.3.	Auditoria Interna	132
<b>5.</b>	<b>Suporte ao Negócio</b>	<b>133</b>
5.1.	Tecnologias de Informação	133
5.2.	Operações	133
5.3.	Contabilidade	134
5.4.	Recuperação de Crédito	134
5.5.	Jurídico	134
<b>6.</b>	<b>Capital Humano</b>	<b>135</b>

# Informação da Instituição

Administração e contatos em 31 de dezembro de 2023.

**Acionistas:** iibGroup Holdings WLL  
NB, África, SGPS - S.A.

**Comissão Executiva:** Francisco Ferreira - CEO  
José Soares - COO

**Sede:** Av. Cidade de Lisboa, C.P. 35,  
Praia - Santiago  
Cabo Verde

**Auditores:** Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sucursal em Cabo Verde  
Edifício Santa Maria - Complexo Atlântico Apartamento 305 - 3º andar  
Avenida Cidade de Lisboa - Praia - Santiago - Cabo Verde

# Principais Indicadores

Rácio de Transformação (%)

**35,26%**

Ativo Líquido (CVE 000.000)

**41.352**

Rácio de Solvabilidade (%)

**49,20%**

Custos/Proveito (%)

**28,24%**

Rendibilidade de Capital (%)

**29,92%**

NPLs (%)

**0,41%**

Imparidade/NPLs(%)

**173,99%**

Colaboradores

**46**

Postos de Atendimento

**02**

Estagiários

**11**

## A. Principais Indicadores

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
<b>ATIVIDADE (milhares de CVE)</b>			
Ativo Líquido	41 351 896	36 778 787	30 013 984
Crédito a Clientes (bruto)	7 378 477	7 317 373	5 482 273
Recursos <sup>(1)</sup>	20 926 707	17 822 555	14 897 845
Margem Financeira	954 677	637 827	521 729
Produto Bancário (PB)	1 098 676	786 299	725 463
Cash-Flow	827 638	492 675	444 249
Resultado do Exercício	671 191	433 140	337 155
<b>FUNCIONAMENTO</b>			
Número de Empregados	46	43	39
<b>LIQUIDEZ</b>			
Recursos no Banco Central (mCVE)	732 516	612 091	830 406
Rácio de Transformação de Depósitos em Crédito (%) <sup>(2)</sup>	35,26	41	37
<b>QUALIDADE DOS ACTIVOS (%)</b>			
Sinistralidade = Crédito Vencido > 90 dias/Crédito a Clientes (bruto)	0,41	1,03	1,47
Imparidade/Crédito Vencido > 90 dias	173,99	122,01	125,25
Imparidade/Crédito a Clientes	0,71	1,25	1,85
Custo do Risco de Crédito <sup>(4)</sup>	0,43	0,30	-0,15
<b>PRODUTIVIDADE / EFICIÊNCIA</b>			
Ativo Médio/Número Médio de Empregados (mCVE)	877 873	814 546	627 881
Cash Flow/Número Médio de Empregados (mCVE)	18 599	12 016	11 247
Custos de Estrutura/Activo Médio (%)	0,01	0,88	1,13
Cost-to-Income (%)	28,24	42,39	43,93

(1) Os Recursos de clientes incluem as Responsabilidades representadas por títulos

(2) O Rácio de transformação é dado pela relação entre o crédito a clientes e os recursos de clientes

## B. Resultados e Rendibilidade

	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2021
<b>BALANÇO (milhares de CVE)</b>			
Ativo Líquido (AL)	41 351 896	36 778 787	30 013 984
Ativos Financeiros (AF)	24 554 070	27 380 446	18 537 483
Capital Próprio (KP)	2 966 157	2 243 531	1 789 901
<b>CONTA DE EXPLORAÇÃO (milhares de CVE)</b>			
Margem Financeira (MF)	954 677	637 827	521 729
+ Margem Complementar (MC)	143 999	148 472	203 733
= Produto Bancário (PB)	1 098 676	786 299	725 462
- Custos Operativos (CO)	310 319	333 276	318 675
= Resultado Bruto (RB)	788 357	453 023	406 787
- Provisões Líquidas de Reposições (PV)	20 138	( 33 867)	( 13 775)
= Resultado antes de Impostos (RAI)	768 219	486 890	420 562
- Impostos (I)	( 97 028)	( 53 750)	( 83 408)
= Resultado Líquido do Exercício (RL)	671 191	433 140	337 154
<b>RENDIBILIDADE (%)</b>			
Margem Financeira (RF/AF)	3,89	2,33	2,81
Margem de Negócio (PB/AF)	4,47	2,87	3,91
- Relevância Custos Operativos (CO/AF)	1,26	1,22	1,72
- Relevância Provisões (PV/AF)	0,08	( 0,12)	( 0,07)
= Rendibilidade dos Activos Financeiros (RL/AF)	3,52	1,97	2,72
x Relevância Activos Financeiros (AF/AL)	59%	74%	62%
= Rendibilidade do Activo "ROA" (RL/AL)	1,62	1,18	1,12
x Multiplicador das Aplicações (AL/KP)	1394%	1639%	1677%
= Rendibilidade dos Capitais Próprios "ROE" (RL/KP)	29,92	24,20	22,59

# Equipa de Gestão



**Francisco Ferreira** com 15 anos de experiência em comércio internacional e gestão financeira, lidera o iibCV desde 2020, focando em conectar Cabo Verde e a África Ocidental à economia global. Sob sua gestão, o iibCV destacou-se por sua performance, obtenção de certificações internacionais, práticas ESG e impulso ao mercado de capitais de Cabo Verde.

**José Soares** tem mais de 20 anos de experiência em serviços bancários e financeiros, incluindo passagens pelo Big4 (PwC) como auditor por 7 anos e como Diretor de Auditoria Interna no Banco Central de Cabo Verde. Ele liderou a abertura de instituições bancárias, como o Banco Espírito Santo, S.A. e o Banco Internacional de Cabo Verde, onde desempenhou funções como Diretor Financeiro.



## I. Relatório de Gestão

### 1. Mensagem do Conselho de Administração

Estimados Clientes, Colaboradores e restantes Stakeholders,

A consolidação do modelo de negócio implementado entre 2020-2022, estendeu-se para 2023 por força das condicionantes do contexto acionista, traduzindo resultados ímpares, com este exercício a constituir o terceiro ano consecutivo de performance record da instituição.

Como já apresentado no exercício anterior, a estratégia desenvolvida e, de forma subsequente implementada, assentou na definição de uma identidade corporativa e de uma cultura de trabalho comum, com reflexo numa alteração substantiva do modelo de Governance, adotando-se uma estrutura organizacional fluída e tendencialmente horizontal, em detrimento do tradicional e hierárquico, tendo por base premissas de comunicação aberta e que suportam fóruns de gestão transparentes e participativos.

Comprova-se pela sustentabilidade dos resultados o carácter meritório do posicionamento e modelo de negócio, dos quais se destaca os elevados níveis de solvabilidade, elevada rendibilidade dos ativos e do capital, elevados níveis de liquidez e a reduzida sinistralidade da carteira de crédito.

Durante 2023, a instituição manteve-se fiel à sua ambição de ser o banco internacional que melhor conhece Cabo Verde, encetamos o desenvolvimento da atividade numa perspetiva “de onde estivermos para o mundo”, mantendo o compromisso para com o desenvolvimento do Capital Humano como o principal fator diferenciador da nossa atividade. Continuamos a ver as nossas Pessoas, predominantemente jovens profissionais, a acolher funções de Liderança e a afirmar-se pelo Valor da sua dedicação e trabalho, desenvolvendo mais capacidades, conhecimento e experiência, de forma a que a equipa continue a suportar a posição de um agente económico de relevo, com capacidade para fazer “o que ainda não foi feito” e, assim, ser capaz de traduzir mais e melhor valor - “Fazer Diferente, para fazer a Diferença”,

Continuamos a crescer, tendo registado um aumento do total de ativo de 12%, suportado por uma estrutura de financiamento ainda mais estável e diversificada, à qual corresponde uma composição dos ativos com capacidade de oferecer um retorno ajustado ao risco superior, quer em termos absolutos, quer em termos relativos face aos comparáveis, refletido na concretização de um resultado líquido de 671 MCVE, 50% acima do exercício anterior, traduzindo um Retorno dos Ativos e do Capital de 1,62% e

30%, respetivamente. Este resultado ganha especial importância por estar acompanhado de elevados níveis de solvência e liquidez, que se fixaram em 49% (CET1) e 389% (LCR), níveis extremamente confortáveis para continuar a desenvolver a instituição rumo ao futuro por vir, bem como a reduzida sinistralidade da carteira de crédito, que continua a crescer de forma contínua, mas prudente, refletida na reduzida sinistralidade que se fixou em 0,41%, tendo por base uma gestão proativa do portfólio, que deverá continuar a assegurar um acompanhamento diferenciado dos clientes, fator determinante na recuperação de créditos não produtivos.

Desta forma, pelo terceiro ano consecutivo podemos repetir a expressão que “Este exercício constituiu, por isso, o melhor de sempre na história da organização!”

Num preceito de melhoria contínua, de forma subsequente ao alinhamento da nossa Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Social com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (“ONU”), fomos a primeira instituição financeira em Cabo Verde a aderir ao Global Compact das nações unidas, estando atualmente envolvidos no programa Fast Forward para acelerar, ainda mais, as nossas iniciativas e os seus resultados.

Neste período de 4 exercícios, através de cooperações relevantes com as mais diversas e honrosas instituições, que, com princípios e valores compatíveis com os nossos, se dedicam a tão excelsas causas, teremos sido capazes de tocar, aproximadamente, 70.000 vidas.

Mantemo-nos como o player mais ativo e inovador no mercado de capitais, tendo sido agraciados pela Bolsa de Valores de Cabo Verde com as distinções: (i) Inovação no Mercado de Capitais 2022, (ii) Emitente 2022, (iii) Gold Broker Operator 2022, (iv) Operador de Bolsa 2022 – Mercado Primário (Global), Operador de Bolsa 2022 – Mercado Primário (Corporate e Municipais), bem como, tendo realizado a primeira emissão pública de uma Obrigação Azul e Verde em Cabo Verde, realizadas com a participação do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (“PNUD”) e do Joint SDG Fund, denominadas “iib Marine and Ocean-based Blue Bond” e “iib Renewable and Energy-Efficiency Green Bond”, bem como a segunda Série do “Credit Linked Notes – iib PRAE – Programa de Reestruturação e Apoio à Economia”.

Os resultados acumulados ao longo dos últimos quatro exercícios possibilitam agora um conjunto de possibilidade para os acionistas e mais relevantes stakeholders, com o iibCV a apresentar uma estrutura capaz de procurar crescimento a partir da originação de ativos dada a posição extremamente excedentária de liquidez e solvabilidade, proceder à abertura de capital com vista à conjugação com parcerias acionistas

estratégicas que partilhem da mesma visão, princípios e valores, desenvolver novos projetos relativos a fusões e aquisições e até potenciais expansões geográficas, dada a posição acomodatória da estrutura e dimensão dos capitais acumulados nos últimos exercícios, entre outras possibilidades, que com base no trabalho de uma equipa focada e dedicada, se desenharam para possibilitar novos horizontes possíveis rumo ao futuro. Objetivos esses a serem prosseguidos para uma nova abordagem de gestão, com vista a conduzir a instituição aos novos desafios e oportunidades que o futuro poderá trazer.

Muito obrigado!

O Conselho de Administração,

Two handwritten signatures in black ink. The first signature on the left is a stylized, angular script. The second signature on the right is a more fluid, cursive script.

## 2. O Banco

O international investment bank, S.A. (iibCV) iniciou a sua atividade no mercado cabo-verdiano em julho de 2010, enquanto subsidiária financeira integralmente detida pelo NB, África, SGPS - S.A., em Portugal.

Em 11 de julho de 2018, no âmbito da sua estratégia de aquisições, o iibGroup Holding WLL (“iibGroup”) adquiriu 90% do capital do Banco, mantendo-se o Novo Banco como acionista de referência sobre o restante capital, bem como privilegiado correspondente institucional.

Atualmente formado por uma equipa de profissionais jovens, motivados e diferenciados, o iibCV vem desenvolvendo a sua atividade com a ambição de se tornar um banco de referência na atração de talento, valorização do capital humano e na captação e geração de valor decorrente de fluxos económicos e financeiros, junto a Instituições Financeiras, Empresas e Particulares, estabelecidos entre Cabo Verde e a região da África Ocidental, com a economia global.

### 2.1. Capital Social e Estrutura Acionista

O international investment bank, S.A. (iibCV) apresenta um capital social de 1.433.000.000\$00 (mil quatrocentos e trinta e três milhões de escudos), representado por 1.433.000 ações, com valor nominal de 1.000\$00 (mil escudos) cada.

A atual composição da estrutura acionista da instituição é a seguinte:

#### Estrutura Acionista

(Valores expressos em milhares de escudos)

Descrição	Nº Acções	Valor	%
IIBG HOLDINGS WLL	1 289 700	1 289 700 000	90,00%
NB, África, SGPS - S.A.	143 300	143 300 000	10,00%
<b>Total</b>	<b>1 433 000</b>	<b>1 433 000 000</b>	<b>100%</b>

Nota: O NB, África, SGPS – S.A. é uma entidade detida a 100% pelo Novo Banco, S.A. (Portugal)

## 2.2. Órgãos Sociais

Os estatutos do international investment bank, S.A. (iibCV) preveem uma estrutura de governo da sociedade, da qual faz parte um conjunto de órgãos com atribuições específicas, designadamente Assembleia-Geral, Conselho de Administração, Comissão Executiva e Conselho Fiscal. A composição de cada órgão é, desta forma, a seguinte:

### Assembleia-Geral

#### **Presidente**

José Luís Andrade

#### **Secretária**

Dina Haikel

### Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por sete elementos, cinco efetivos e dois suplentes.

#### **Presidente**

Sohail Sultan

#### **Vogais**

Francisco José Mairós Ferreira

José Alberto Monteiro Soares

Sérgio Miguel Alves Martinho (até 30 de junho)

Syed Khurshid Husain

Filipe Pedro Martin Ferreira

Erda Gercek

### Comissão Executiva

A Comissão Executiva é composta por três elementos.

#### **Presidente**

Francisco José Mairós Ferreira

#### **Vogais**

José Alberto Monteiro Soares

Sérgio Miguel Alves Martinho (até 30 de Junho)

### Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é composto por cinco elementos, três efetivos e dois suplentes.

#### **Presidente**

Ildo Adalberto Lima – Presidente

### **Vogais**

Eunéria Sousa Freitas

Nair Cecília Pereira da Silva

### **Suplentes**

Alexandre Elísio Moreno Ferreira Querido

Afrodite Leocádia de Sousa Reis Borges Monteiro

## **2.3. Estrutura Orgânica**

A operacionalidade do iibCV é suportada por treze (13) departamentos, sendo dois deles áreas de negócios que, de forma transversal, se ocupam da gestão diária de cada uma das atividades que compõem a sua estrutura. Duas Agências e um Posto de Atendimento, estrategicamente localizados, apoiam toda a rede de clientes do Banco, nacional e internacional.

### **Departamentos Serviços Centrais**

<b>Financeiro &amp; Gestão de Ativos e Passivos</b>	<b>Aïcha Correia</b>
<b>Capital Humano</b>	<b>Leida Semedo</b>
<b>Risco Global</b>	<b>Elsa Almada</b>
<b>Tecnologias de Informações</b>	<b>Hugo Rocha</b>
<b>Recuperação de Crédito</b>	<b>Carla Melício</b>
<b>Contabilidade</b>	<b>Lenira Monteiro</b>
<b>Compliance</b>	<b>Karin Barros</b>
<b>Operações</b>	<b>Leila Carvalho</b>
<b>Auditoria Interna</b>	<b>Edson Reis</b>
<b>Jurídico</b>	<b>Djasmin Ferreira</b>
<b>Controlo de Gestão</b>	<b>Hermann Tavares</b>
<b>Marketing</b>	<b>Nelson Leocádio</b>

## Departamento Comercial

Corporate Sul	<b>Giselle Tolentino</b>
Corporate Norte	<b>Naldina Lima</b>
Private	<b>Félix Gomes</b>
Agência da Praia	<b>Jailson Frederico</b>
Agência do Sal	<b>Naldina Lima</b>
Posto de Atendimento do Mindelo	<b>Naldina Lima</b>

### 2.4. Presença Geográfica, Rede de Distribuição e Instalações

O international investment bank, S.A. (iibCV) tem sede na Av. Cidade de Lisboa, na cidade da Praia, capital do país, onde funcionam os serviços centrais, assim como a unidade de negócios da Sede. Para além da unidade de negócios na Ilha de Santiago, dispõe ainda de uma segunda unidade, na ilha do Sal.

O Banco conta ainda com presença física em S. Vicente, através do conceito de Postos de Atendimento, apostando na intensificação da presença do Banco no país e na disseminação da oferta dos produtos e serviços diferenciados que o iibCV tem em carteira.

### 2.5. Capital Humano e Responsabilidade Social

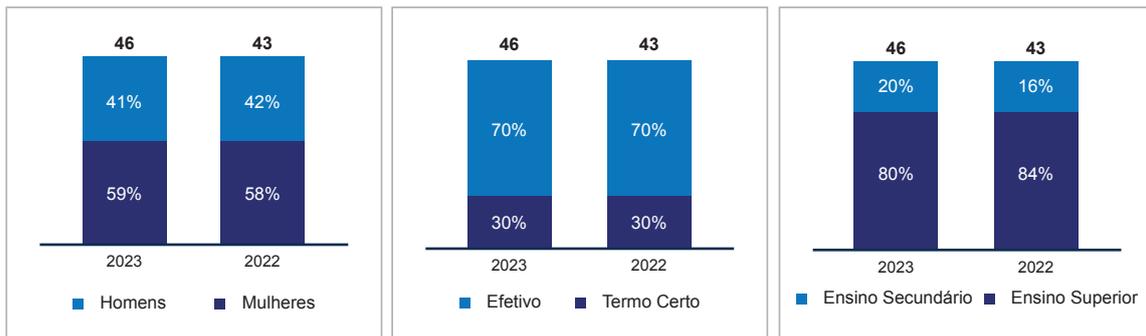
#### 2.5.1. Capital Humano

A gestão do capital humano é um dos pilares fundamentais da gestão do iibCV, na medida em que os seus colaboradores são, nas mais variadas funções e níveis de responsabilidade, o fator crítico do seu sucesso.

O iibCV tem como objetivo primordial ser o melhor banco possível para as suas pessoas e ter, assim, profissionais comprometidos e capazes de prestar o melhor serviço para a sociedade, clientes e acionistas. Pelo terceiro ano consecutivo, o compromisso do iibCV com a excelência no ambiente de trabalho foi reconhecido pelos seus colaboradores através de um inquérito anónimo conduzido por uma empresa independente, tendo sido distinguido como um Great Place to Work. O empenho em manter esta certificação reflete-se na dedicação constante do iibCV ao bem-estar, à inclusão e à promoção da participação ativa dos seus colaboradores. Esta abordagem proativa resultou na renovação da certificação, atingindo um notável índice de satisfação de 98%, em 2023, comparado a 93%, em 2022, e 85%, em 2021.

Na vertente da Formação e Desenvolvimento, em 2023, foram lecionadas mais de 1000 horas de formação (2022: 800 horas), online e presencial, beneficiando todos os Departamentos e contribuindo para o melhor desenvolvimento das capacidades individuais e coletivas dos colaboradores do Banco. O Banco aposta na formação contínua dos seus quadros, visando fortalecer as bases para uma equipa altamente qualificada, adaptável e pronta para enfrentar os desafios do setor bancário, com excelência.

### Estrutura dos Recursos Humanos a 31-12-2023 e a 31-12-2022



### 2.5.2. Sustentabilidade e Responsabilidade Social

A Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Social foi iniciada em 2020, sob o lema “6 meses, 6 causas”, com a participação direta dos colaboradores na determinação e indicação de projetos de cariz social a serem beneficiados.

Em 2023, o Banco emitiu o primeiro relatório de sustentabilidade e responsabilidade social, referente ao ano de 2022, o qual já se encontra disponível para consulta no site do banco. Esta iniciativa visa informar os *Stakeholders* sobre as ações levadas a cabo pelo Banco e o impacto positivo que tiveram na vida das pessoas.

No ano de 2023, continuou-se a reforçar o compromisso com a política de responsabilidade e sustentabilidade social, tendo sido emitidas duas obrigações sustentáveis, as Obrigações Azuis e as Obrigações Verdes, juntando-se à primeira emissão sustentável, ocorrida em 2022, as Obrigações Sociais, cujo relatório de impacto está disponível para consulta no site do Banco.

O Banco aderiu ao Pacto Global das Nações Unidas (*Global Compact*), uma iniciativa internacional que insta as empresas a adotarem princípios universais nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Comprometendo-se a incorporar esses princípios nas operações diárias, promovendo práticas comerciais responsáveis e contribuindo para um mundo mais sustentável e equitativo.



Como parte desse engajamento, o Banco participa no programa *SDG Ambition*, uma iniciativa dedicada a impulsionar o progresso em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. Esta participação demonstra o firme compromisso do Banco em alinhar suas estratégias com os esforços globais para abordar os desafios mais urgentes da sociedade.

É importante ressaltar que o Banco tem o objetivo de se destacar como uma instituição financeira sustentável, comprometida com todos os seus Stakeholders. Este compromisso reflete-se não apenas nas suas ações, mas também na transparência e na prestação de contas, reforçando, assim, a sua posição como um banco socialmente responsável.

# Factos Relevantes



*Emissão do 1º Derivado  
CREDIT LINKED NOTES*



*MoU - Bolsa de Dívida  
e Valores de Angola*



*Programa de Incentivo  
à Excelência Académica  
(II Edição)*



*Bolsa Awards 2022*



*Dupla listagem das Obrigações  
Azuis iib - Bolsa Sustentável  
de Luxemburgo*



*Certificação Great  
Place To Work 2023*

# Factos Relevantes



*Certificação ISO  
31000:2018*



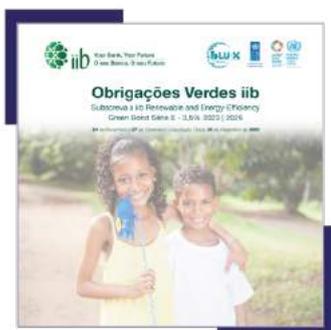
*MoU - Hospital Universitário  
Agostinho Neto (HUAN)*



*Adesão aos Princípios  
do Pacto Global das  
Nações Unidas*



*Business Breakfast iib*



*Obrigações Verdes iib  
iib Renewable and Energy  
Efficiency Green Bond*



*iibCV em parceria BVC  
3.ª edição do Torneio  
da Bolsa*

### 3. Enquadramento Económico 2023

---

#### 3.1. Enquadramento Internacional

O Fundo Monetário Internacional (FMI) reviu em alta as previsões de crescimento global para 2023, ajustando-as de 2,9% para 3,1%. Apesar da ligeira melhoria, este valor permanece abaixo dos 3,4% registados em 2022. A economia global foi impactada por diversos fatores, incluindo a guerra na Ucrânia e o aumento das taxas de juro pelos bancos centrais. No entanto, a inesperada reabertura da economia chinesa impulsionou o crescimento global, mitigando os efeitos negativos dos outros eventos. A inflação global subiu para 8,8% em 2022, um valor preocupante. O FMI prevê uma moderação para 6,6% em 2023, indicando uma possível trajetória descendente. Apesar da desaceleração do crescimento, os riscos de uma recessão global parecem ter diminuído, proporcionando um cenário mais otimista.

O FMI antecipa um crescimento global moderado nos próximos anos, com estimativas de 2,4% em 2024, 2,7% em 2025 e 2,9% em 2026. As economias avançadas deverão apresentar um crescimento mais lento, com projeções de 1,2% em 2023 e 1,4% em 2024. Os Estados Unidos da América (EUA) e a Zona Euro são exemplos de economias avançadas que devem crescer a um ritmo mais moderado. Estima-se que os EUA cresçam 1,4% em 2023 e 1% em 2024, enquanto a Zona Euro deverá crescer 0,7% em 2023 e 1,6% em 2024. A China, por outro lado, deverá apresentar um crescimento mais robusto, com projeções de 5,2% em 2023 e 4,5% em 2024, impulsionada pela sua reabertura económica.

A inflação global deverá seguir uma trajetória descendente, com o FMI a prever uma queda para 4,3% em 2024. Apesar da moderação, este valor ainda se encontra acima dos níveis pré-pandemia, que rondavam os 3,5%. Persistem riscos como a possibilidade de uma recessão global, intensificação da guerra na Ucrânia, escassez de liquidez no mercado global e o impacto do aumento das taxas de juro nos bancos. A desaceleração da economia chinesa é também um fator a ser monitorado, podendo ter repercussões negativas na economia global.

As perspetivas para a economia global em 2024-2026 são moderadas, mas ainda bastante incertas, com crescimento lento e inflação esperada em declínio. Apesar dos desafios, a reabertura da China e a moderação da inflação são fatores positivos que podem contribuir para um cenário mais favorável. É importante acompanhar de perto os principais indicadores económicos e eventos geopolíticos para melhor compreender as tendências e tomar decisões estratégicas.

Os mercados financeiros em 2023 foram marcados por volatilidade e divergências. As principais bolsas de valores desenvolvidas, como o S&P 500 e o EuroStoxx, registraram retornos negativos, impactadas pela guerra na Ucrânia, a crise energética global e o aumento das taxas de juro. O S&P 500 recuou cerca de 10%, enquanto o EuroStoxx caiu cerca de 13%. Por outro lado, os mercados emergentes, como o MSCI Emerging Markets, apresentaram um desempenho mais resiliente, com um retorno positivo de cerca de 5%.

O mercado obrigacionista também enfrentou dificuldades em 2023. A subida das taxas de juro pressionou os preços dos títulos nos mercados soberanos e corporativos. Nos mercados soberanos, a diferença de performance entre desenvolvidos e emergentes foi significativa. Os títulos de países desenvolvidos com investment grade, como os Estados Unidos e a Alemanha, sofreram perdas menores, enquanto os títulos de países emergentes com high yield registraram quedas mais acentuadas. No mercado corporativo, as empresas com rating mais baixo foram as mais impactadas pelo aumento das taxas de juro.

As perspetivas para os mercados financeiros em 2024 são de cauteloso otimismo. A guerra na Ucrânia e a crise energética global continuam a ser fatores de risco, mas a reabertura da economia chinesa e a moderação da inflação podem trazer algum alívio. O aumento das taxas de juro deve continuar, mas a um ritmo mais lento. O mercado monetário apresentou retornos positivos refletindo o aumento das taxas de juro nos principais mercados desenvolvidos, o que se refletiu significativamente nos resultados dos bancos nos Estados Unidos da América e na Europa.

As eleições presidenciais nos Estados Unidos em 2024 podem ter um impacto significativo no cenário global. O resultado das eleições poderá influenciar as políticas económicas e internacionais do país, com consequências para o comércio global, as relações internacionais e a geopolítica:

- Política económica: As políticas económicas do presidente eleito podem influenciar o crescimento económico global, o comércio internacional e a estabilidade dos mercados financeiros.
- Relações internacionais: O resultado das eleições poderá influenciar as relações dos Estados Unidos com outros países, impactando a geopolítica global e a segurança internacional.
- Combate às mudanças climáticas: O compromisso dos Estados Unidos com o combate às mudanças climáticas pode ser influenciado pelo resultado das eleições, com consequências para o planeta como um todo.

### 3.2. Enquadramento Nacional

A previsão do Banco Mundial para o crescimento em 2023 foi revista em baixa de 4% para 3,5%, refletindo o impacto da guerra na Ucrânia e da seca severa que assola o país. Prevê-se um crescimento de 4,2% em 2024, assumindo a normalização da situação internacional e a implementação de algumas reformas estruturais.

Para 2024, Cabo Verde deverá crescer 4,2%, acima da média global. Os principais motores do crescimento serão a recuperação do turismo, o investimento público em infraestruturas e a implementação de reformas estruturais. Em 2025, espera-se um crescimento de 4,5%, apoiado pela consolidação da recuperação do turismo, pelo aumento do investimento privado e pela diversificação da economia. O crescimento económico global deverá estabilizar em 2026. Nesse ano, Cabo Verde deverá crescer 4,8%, impulsionado pelo crescimento do turismo, pela entrada em funcionamento de novos projetos de investimento e pela melhoria do ambiente de negócios.

A taxa de inflação atingiu 8,2% em dezembro de 2023, a mais alta desde 2009. O aumento dos preços dos combustíveis, alimentos e outros bens importados são os principais responsáveis por este cenário. O Banco Central de Cabo Verde (BCV) tem aumentado a taxa de juro de referência para combater a inflação, mas o impacto ainda é limitado, dado que Cabo Verde é uma economia especialmente frágil a choques externos, tais como a inflação importada, que representa um preocupante flagelo, dado os efeitos sobre o preço dos produtos que compõem o cabaz básico das famílias irá agravar a insegurança alimentar no país.

A nível global, a inflação deverá permanecer elevada em 2024, mas com tendência a abrandar no final do ano. As principais causas da inflação global são o aumento dos preços dos combustíveis e alimentos, e os problemas nas cadeias de abastecimento. Em Cabo Verde, a inflação deverá situar-se em torno de 7% em 2024, devido à importação da inflação e à seca prolongada.

Para 2025, prevê-se que a inflação global continue a abrandar, situando-se em torno de 5% em Cabo Verde. Em 2026, a inflação global deverá voltar aos níveis pré-pandemia, com Cabo Verde a registar uma inflação de cerca de 4%.

O défice fiscal em 2023 deverá atingir 8,5% do PIB, impulsionado pelo aumento das despesas correntes com a resposta à guerra na Ucrânia, à seca prolongada e à crise alimentar global.



A médio prazo, o consumo privado, o investimento no turismo e a economia azul deverão apoiar o crescimento económico. Por sua vez, a implementação de reformas estruturais, como a digitalização da economia, a melhoria do ambiente de negócios e a diversificação da economia, serão imprescindíveis para assegurar uma base sólida de crescimento sustentável a prazo.

## 4. Resumo da Atividade

### 4.1. Estratégia e Modelo de Negócio

Através da implementação de uma cultura organizacional baseada no desenvolvimento contínuo, o iibCV registou uma melhoria na larga maioria dos Principais Indicadores de Atividade, sendo hoje uma organização robusta e convenientemente preparada para enfrentar os mais exigentes desafios e condicionantes económicas, de competitividade e de mercado.

A concretização da estratégia levada a cabo continuará a visar dar uma resposta eficiente às desafiantes limitações prevaletentes no contexto evolvente, destacando-se o contínuo reforço das capacidades orgânicas ao nível do controlo interno e de gestão; crescimento em número de clientes e recursos nos segmentos de atividade basilares e de maior vantagem competitiva; a qualidade da alocação dos ativos com a consolidação do Banco como um dos principais incrementais financiadores da economia; aumento e melhoria da capacidade de execução e processamento; incremento dos níveis de liquidez disponíveis e monitorização de níveis de capitais substancialmente diferenciados dos comparáveis e dos níveis mínimos regulamentares; a continuidade de um investimento recorde na capacitação do nosso Capital Humano; e, não menos importante, a contínua contribuição à comunidade que integramos através de ações concretas que refletem a nossa Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Social.



### 4.2. Síntese da Atividade

O exercício de 2023 constituiu um ano de destaque para o iibCV, no qual registou um notável crescimento do seu balanço (+12%), sem que essa evolução tenha incorporado um aumento (a considerar) do valor dos ativos ponderados pelo risco, ao mesmo tempo que foi possível aumentar a rentabilidade da operação de forma expressiva, refletida no aumento do resultado líquido em 55% (2023: 671 milhões de escudos).

Os indicadores de eficiência (28,24%), de rentabilidade (30%) e de solvabilidade (49,2%) refletem uma estrutura da operação meritariamente sólida, o que consubstancia conforto, especialmente valorizado pelos nossos stakeholders, dada a fase de incerteza e elevado risco percecionado no mercado que o contexto envolvente nos apresenta.

O desempenho da equipa do iibCV traduziu um aumento do produto bancário em 40%, através de uma crescente capacitação das equipas em torno da gestão de passivos e ativos, numa perspetiva holística e focada na geração de retorno ajustada pelo risco a níveis adequados, acompanhada pelo desenvolvimento de segmentos de negócio vocacionados à originação de margem complementar. Enquanto variável contributiva, a margem financeira cresceu 50% e viu aumentar a sua proporcionalidade face à margem complementar de 72% do produto bancário, em 2022, para 81%, evidenciando a solidificação das fontes de receita.

O volume da carteira de crédito atingiu a cifra dos 7,38 mil milhões de escudos, tendo o rácio de incumprimento (NPL) registado uma redução significativa para 0,41%, através de uma abordagem contínua de proximidade e acompanhamento da vertente comportamental dos clientes, acompanhada por um reconhecimento confortável da perda esperada (imparidade) em 173,99% dos NPL, o que confere um enquadramento acomodatório perante uma potencial deterioração das condições macroeconómicas futuras.

Mantendo o foco nas pessoas, o iibCV prosseguiu com a sua forte aposta na formação, com mais de 1 000 horas lecionadas, ao mesmo tempo que se viu reiterado o compromisso para com a comunidade, com a formalização da Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Social e das ações executadas que dela resultaram, sendo esta uma componente determinante da identidade institucional que já nos é indissociável.

Desta forma, 2023 constituiu um ano de concretização de metas sem precedentes, refletindo a vontade, motivação e dinamismo das nossas pessoas em construir, através de processos baseados em melhoria contínua, um banco sólido, capaz de gerar mais e melhor valor para os seus clientes e restantes stakeholders.

## 5. Análise do Risco do Crédito

### 5.1. Carteira de Crédito

No exercício económico de 2023, a atividade do Banco decorreu num ambiente de controlo e monitorização do apetite ao risco de crédito.

O Banco fechou o ano com uma carteira de crédito de 7,98 mil milhões de escudos, tendo registado um decréscimo de 4,7%, devido à variação nas operações extrapatrimoniais.

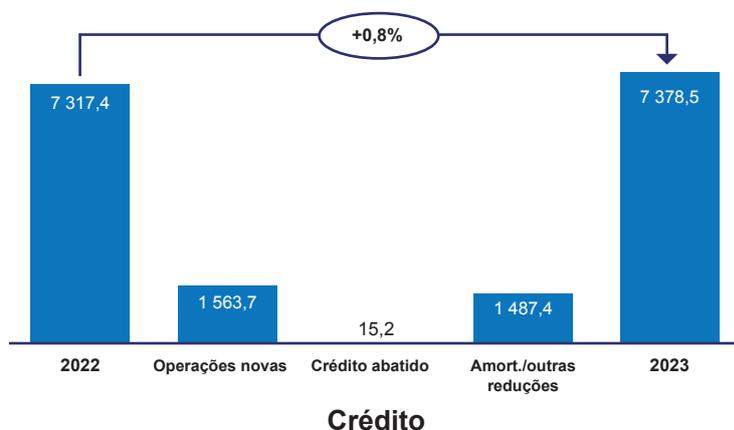
(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2023	31.12.2022	Varição
<b>Crédito a Clientes</b>	7 378 477	7 317 373	0,8%
Empresa	6 745 755	6 717 780	0,4%
Particular	632 722	599 593	5,5%
Extrapatrimonial	599 666	1 053 213	-43,1%
<b>Total</b>	<b>7 978 143</b>	<b>8 370 586</b>	<b>-4,7%</b>

O gráfico seguinte demonstra a variação anual da carteira de crédito, em termos de novos contratos, amortizações e outras variações que ocorreram durante o ano de 2023, bem como o total de crédito liquidado e o montante abatido da carteira.

### Evolução da carteira de crédito por desembolso de 31-12-2022 a 31-12-2023

(Valores expressos em milhares de escudos)

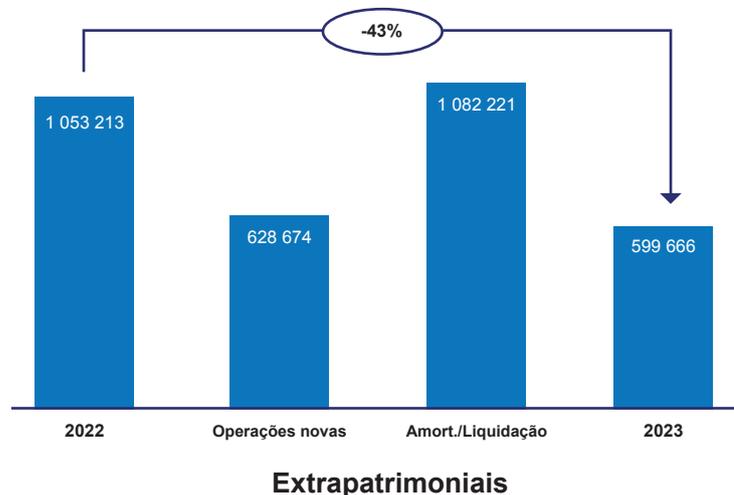


Em cumprimento ao Aviso regulamentar, o Banco procedeu ao abate de créditos no total de 15,20 milhões de escudos, reconhecendo os efeitos no custo de imparidade do período.

O montante indicado como redução da carteira de crédito deveu-se, em grande medida, à liquidação antecipada de um conjunto de créditos.

### Evolução da carteira de crédito por assinatura de 31-12-2022 a 31-12-2023

(Valores expressos em milhares de escudos)



As operações *off-balance* (garantias bancárias e créditos documentários) apresentaram variação negativa de 43%, dado ao facto de se ter liquidado um volume superior ao volume das novas operações angariadas.

O quadro a seguir apresenta a composição da carteira de crédito, por tipo de operações e por tipo de cliente:

### Distribuição da carteira por tipo de operação a 31-12-2023 e a 31-12-2022

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2023		31.12.2022		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Δ abs.	% Δ
<b>Empresa</b>	<b>6 745 755</b>	<b>91,4%</b>	<b>6 717 780</b>	<b>91,8%</b>	<b>27 975</b>	<b>0,4%</b>
Financiamento Médio Longo Prazo	5 280 057	71,6%	5 162 857	70,6%	117 200	2,3%
Financiamento Curto Prazo	1 142 572	15,5%	1 181 416	16,1%	-38 844	-3,3%
Conta Corrente/Descoberto	322 987	4,4%	339 359	4,6%	-16 373	-4,8%
Outros	139	0,0%	34 148	0,5%	-34 008	-99,6%
<b>Particular</b>	<b>632 722</b>	<b>8,6%</b>	<b>599 593</b>	<b>8,2%</b>	<b>33 129</b>	<b>5,5%</b>
Crédito Habitação	561 078	7,6%	555 878	7,6%	5 200	0,9%
Consumo	71 644	1,0%	43 715	0,6%	27 929	63,9%
<b>Créditos</b>	<b>7 378 477</b>	<b>92,5%</b>	<b>7 317 373</b>	<b>87%</b>	<b>61 104</b>	<b>0,8%</b>
<b>Extrapatrimonial</b>	<b>599 666</b>	<b>7,5%</b>	<b>1 053 213</b>	<b>13%</b>	<b>-453 547</b>	<b>-43,1%</b>
Garantias Bancárias	599 666	7,5%	1 037 415	12%	-437 749	-42,2%
Crédito Documentário	-	0,0%	15 798	0,2%	-15 798	-100,0%
<b>Total</b>	<b>7 978 143</b>	<b>100%</b>	<b>8 370 586</b>	<b>100%</b>	<b>-392 443</b>	<b>-4,7%</b>

No cômputo geral, grande parte das operações de financiamento foi concedida a agentes económicos locais, de entre eles empresas estatais, pequenas, médias e grandes empresas e particulares, representando o total de 73% da carteira.

As principais contrapartes de crédito são empresas do setor de Transportes e Comunicações que, juntos, representam o equivalente a 64% do total da carteira de crédito. A exposição ao risco de concentração e crédito é mitigada por robustos instrumentos de garantias e de colaterais.

### Distribuição da Carteira de Crédito a 31-12-2023 e a 31-12-2022

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2023		31.12.2022	
	Vincendo	Vencido	Vincendo	Vencido
<b>Segmento Cliente</b>	<b>4 591 970</b>	<b>2 786 507</b>	<b>7 242 214</b>	<b>75 159</b>
Empresa	3 984 902	2 760 853	6 676 188	41 592
Particular	607 069	25 654	566 026	33 567
<b>Setor económico</b>	<b>4 591 970</b>	<b>2 786 507</b>	<b>7 242 214</b>	<b>75 159</b>
Transportes e Comunicações	2 207 293	2 500 116	5 267 162	-
Comércio e Serviços	1 327 928	7 976	824 194	40 839
Hotelaria e Restauração	258 817	252 761	334 855	555
Construção Civil	25 291	-	40 822	197
Indústria	165 572	-	209 156	-
Crédito habitação	538 422	22 656	522 636	33 242
Consumo	68 647	2 997	43 391	324
<b>Maturidade</b>	<b>4 591 970</b>	<b>2 786 507</b>	<b>7 242 214</b>	<b>75 159</b>
Médio e longo prazo	3 443 869	2 786 234	6 057 716	40 842
Curto Prazo	1 148 101	273	1 184 499	34 316
Imparidade	52 661	2%	91 576	1,25%

No crédito vencido inclui 2 675 360 milhares de escudos (96%) correspondente à parcela vincenda de créditos com atraso pagamento inferior a 90 dias, que, portanto, não se encontra efetivamente vencida.

### 5.2. Análise e Gestão do Risco de Crédito

O Risco de Crédito é a possibilidade de perdas financeiras decorrentes do incumprimento ou da deterioração da qualidade do crédito de um cliente ou contraparte, relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Banco no âmbito da sua atividade creditícia.

A gestão do risco de crédito é referenciada nas práticas, processos e procedimentos para identificar e mensurar os riscos embutidos nas operações individuais e com base na carteira de crédito.

O Departamento de Gestão de Riscos incumbe-se de todo o ciclo de gestão de crédito, incluindo análise de novas operações, revisão de créditos já concedidos, avaliação de

novos produtos, acompanhamento dos clientes considerados de “grande risco”, identificação tempestiva de dificuldade financeira dos clientes, análise do impacto do ambiente económico na qualidade da carteira, adequação e controlo das garantias recebidas de clientes, visando garantir a tomada de decisões adequadas e eficientes e preservar a qualidade da carteira de crédito.

No exercício da função de controlo de risco, o Departamento garante o funcionamento dos seguintes princípios e determinações:

- Independência das áreas de negócio e da Administração, principalmente ao que se refere à análise e emissão de parecer de risco;
- Garantir que todas as decisões de crédito seguem um processo formal de aprovação;
- Garantir o cumprimento das Políticas e Poderes de Crédito;
- Garantir a manutenção da estrutura e funcionamento dos Comitês;
- Fortalecer e implementar ações de melhoria de controlo de riscos;
- Assegurar uma cultura de risco sólida, consistente e integrada perante todos os riscos existentes, em todas as atividades do Banco;
- Comunicar reportar informações de forma tempestiva; e
- Ministras formações, por forma a disseminar a cultura de identificação e prevenção de riscos em todas as áreas do Banco.

O modelo de Governança de Risco do Banco tem a participação dos membros do Conselho de Administração na tomada de decisão sobre operações de crédito, ou seja, qualquer operação de crédito deve ser aprovada pelo comité de crédito, do qual participa a Comissão Executiva e, de seguida, pelos demais membros do Conselho de Administração, se aplicável:

- a) Comité de crédito: é responsável pela aprovação dos créditos e acompanhamento dos créditos vencidos;
- b) Comissão Executiva: acompanha as atividades de gestão de crédito, periodicamente;
- c) Conselho de Administração: é o órgão máximo de decisão de crédito.

Os níveis de tomada de decisão de crédito e exposição máxima permitida para exposição ao risco de crédito, incluindo o risco de contraparte, tanto das carteiras de crédito e de negociação/investimento, estão definidos nas políticas de poderes de crédito e apetite ao risco.

A mensuração do risco é executada através de relatórios trimestrais, do acompanhamento do cumprimento dos limites definidos e das maiores concentrações de risco, da realização de “stress tests” e da avaliação dos impactos de cenários

adversos.

Anualmente, as entidades de Auditoria e da Supervisão Bancária (BCV) efetuam a verificação independente dos processos de crédito e do Sistema de Gestão de Riscos do Banco, de acordo com os preceitos internacionais e do órgão regulador.

Na avaliação do risco da carteira de crédito, o iibCV examina a qualidade do risco de crédito das contrapartes, a cobertura/colateral das operações (capacidade de recuperação de dívidas), o cumprimento das políticas, poderes e procedimentos de aprovação e contratação de crédito, a qualidade das informações e reportes de crédito, a exposição dos clientes no sistema global de crédito, as condições de renegociação dos créditos, o custo de imparidade e de capital e as informações qualitativas dos clientes, entre outros indicadores pertinentes à manutenção da qualidade da carteira.

O Banco registou o total de 30 267 milhares de escudos (2022: 75 067 milhares de escudos) de crédito em incumprimento (com mora superior a 90 dias), do qual resultou um rácio de sinistralidade de 0,41% (2022: 1,03%).

### Antiguidade do crédito em mora

(Valores expressos em milhares de escudos)

Ano	Nº de Clientes	Montante	% Acumulado
2019	1	4 178	14%
2020	2	7 108	23%
2021	1	7 152	24%
2022	2	7 508	25%
2023	1	4 322	14%
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>30 267</b>	<b>100%</b>

Da relação dos créditos em incumprimento, a significativa maioria acomoda-se no período impactado pela pandemia do covid-19, ou seja, entre 2020 e meados de 2022.

### Distribuição temporal do crédito em incumprimento por produto a 31-12-2023

(Valores expressos em milhares de escudos)

	> 90 dias <= 180 dias		> 180 dias <= 365		> 365 dias		Total	
	Crédito	Imparidade	Crédito	Imparidade	Crédito	Imparidade	Crédito	Imparidade
Empresa	-	-	-	-	7 508	616	7 508	616
Crédito Habitação	4 322	43	-	-	18 335	183	22 656	227
Consumo	-	-	-	-	103	1	103	1
<b>TOTAL</b>	<b>4 322</b>	<b>43</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>25 946</b>	<b>800</b>	<b>30 267</b>	<b>843</b>

O crédito à habitação representa 75% do total de crédito em incumprimento, com cinco clientes em situação de incumprimento. Estes créditos estão garantidos por hipotecas de imóveis, apresentando um rácio médio de Loan-to-Value (LTV) de 48%.

## Distribuição temporal do crédito em incumprimento por produto a 31-12-2022

(Valores expressos em milhares de escudos)

	> 90 dias <= 180 dias		> 180 dias <= 365		> 365 dias		Total	
	Crédito	Imparidade	Crédito	Imparidade	Crédito	Imparidade	Crédito	Imparidade
Empresa	-	-	8 063	821	33 437	30 315	41 500	31 137
Habituação	-	-	-	-	33 242	356	33 242	356
Consumo	-	-	-	-	324	4	324	4
<b>TOTAL</b>	-	-	<b>8 063</b>	<b>821</b>	<b>67 004</b>	<b>30 676</b>	<b>75 067</b>	<b>31 497</b>

O crédito em risco, de acordo com a definição constante na Carta Circular nº 195/2018 do Banco de Cabo Verde, inclui os contratos de crédito com atraso superior ou igual a 30 dias e os créditos reestruturados, os quais representam cerca de 0,37% (2022: 1,27%) da carteira bruta de crédito.

## Carteira de crédito em risco a 31-12-2023 e 31-12-2022

(Valores expressos em milhares de escudo)

	Crédito em incumprimento	Crédito Reestruturado	Crédito em Risco 2023	Crédito em Risco 2022	Varição 2023/2022
Empresa	7 508	8 019	4 146 130	43 055	9530%
Habituação	22 656	17 397	43 593	47 440	-8%
Consumo	103	1 535	9 737	2 110	362%
<b>Total</b>	<b>30 267</b>	<b>26 951</b>	<b>4 199 460</b>	<b>92 606</b>	<b>4435%</b>
<b>% Carteira Global</b>	<b>0,41%</b>	<b>0,37%</b>	<b>49,62%</b>	<b>1,27%</b>	<b>3807%</b>

Esse aumento do rácio do crédito em risco reflete o aumento do crédito vencido de um único cliente, pese embora com 32 dias de atraso, ocasionando uma impactante afetação do risco sobre a exposição global do cliente.

## Indicadores de qualidade da carteira de crédito a 31-12-2023 e 31-12-2022

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2023	31.12.2022	Δ abs.	Δ %
Crédito a clientes (bruto)	7 378 477	7 317 373	61 104	0,8%
Crédito abatido ao ativo (no ano)	208 789	193 462	15 327	7,9%
Crédito em Incumprimento	30 267	75 057	-44 790	-59,7%
Crédito Reestruturado	26 951	27 669	-718	-2,6%
Crédito em risco	4 199 460	92 606	4 106 854	4434,8%
Imparidade da carteira de crédito	52 661	91 576	-38 915	-42,5%
Crédito abatido/Crédito a clientes	2,83%	2,64%		7,03%
Crédito em Incumprimento/Crédito a clientes	0,41%	1,03%		-60,01%
Crédito em risco/Crédito a clientes	56,91%	1,27%		4397,23%
Imparidade de Crédito/Crédito em Incumprimento	173,99%	122,01%		42,60%
Imparidade de Crédito/Crédito em risco	1,25%	98,89%		-98,73%
Cobertura da carteira (Impar. Carteira/Crédito clientes)	0,71%	1,25%		-42,97%

Anualmente, o Banco revê os parâmetros e as variáveis do modelo de cálculo de Imparidade, sendo este computado com base nas recomendações do IFRS 9 e refletido nos custos, com periodicidade mensal, e abrangendo todas as operações de crédito e extrapatrimoniais (garantias bancárias e crédito documentário).

O Banco procede à classificação das operações de crédito com base nos *triggers* de risco de incumprimento, resultando na segmentação das operações/clientes em classes de risco (*Stage 1*, *Stage 2* e *Stage 3*).

Resultante dos processos de gestão e políticas de crédito, o Banco tem classificado cerca de 43,1% do total da carteira bruta de crédito na classe de risco Performing (*Stage 1*).

Os créditos classificados como em *Stage 1* correspondem a clientes com planos de pagamento em cumprimento, cuja análise económica não reflete degradação do risco de crédito quando comparado com o momento em que foi inicialmente concedido (data inicial de concessão em comparação com a análise económica atual).

O crédito que apresenta atraso no pagamento de uma prestação de crédito (capital e/ou juros) é igualmente classificado no *stage 2*, impactando assim toda a exposição daquele cliente. Não obstante, após a regularização das prestações, aos clientes dos estágios 2 e 3 é atribuído um período de cura como condição para a reclassificação do crédito para a classe do risco anterior. Como resultado deste procedimento, 56,4% permanecem na classe do risco médio (*stage 2*).

## Pressupostos para a classificação por Stages

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Stage 1	Stage 2	Stage 3
<b>Pressupostos</b>	Crédito Regular	Crédito reestruturado Atrasos superiores a 30 dias Contas bloqueadas Devolução/inibição do uso de cheques	Atrasos superiores a 90 dia Falência/insolvência Execução de colateral Outros
Montante de crédito →	3 179 017	4 161 306	38 154
% da carteira →	43,1%	56,4%	0,5%

A decomposição da imparidade da carteira de crédito por classe de risco indica que os clientes em *Stage 3*, representando 0,5% do crédito bruto, geram 3,7% do total das imparidades.

## Imparidade da carteira global de crédito a 31-12-2023

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Análise Individual			Análise Coletiva			Total		
	Credito	Imparidade	Cobertura	Credito	Imparidade	Cobertura	Credito	Imparidade	Cobertura
<b>Operações de Crédito</b>	4 794 488	35 632	0,74%	2 583 990	17 029	0,66%	7 378 477	52 661	0,71%
<i>Stage 1</i>	1 164 842	5 233	0,4%	2 014 175	13 497	0,7%	3 179 017	18 729	0,6%
<i>Stage 2</i>	3 622 271	29 473	0,8%	539 036	2 500	0,5%	4 161 306	31 973	0,8%
<i>Stage 3</i>	7 375	927	12,6%	30 779	1 033	3,4%	38 154	1 959	5,1%
<b>Extrapatrimoniais</b>	-	-	-	599 666	1 872	0,3%	599 666	1 872	0,3%
<i>Stage 1</i>	-	-	-	364 848	914	0,3%	364 848	914	0,3%
<i>Stage 2</i>	-	-	-	234 817	958	0,4%	234 817	958	0,4%
<i>Stage 3</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	4 794 488	35 632	0,7%	3 183 655	18 901	0,6%	7 978 143	54 533	0,7%

A par da substancial redução dos rácios de crédito vencido e de crédito em risco, as imparidades apresentaram decréscimo de 38,9 milhões de escudos, devido, substancialmente, à liquidação total de algumas exposições de crédito em incumprimento.

### Variação da Imparidade da carteira de crédito a 31-12-2023

(Valores expressos em milhares de escudos)

Segmento	Imparidade em 31.12.2022	Imparidade em 31.12.2023			Variação
		Análise Coletiva	Análise Individual	Total	
Empresa	89 232	16 270	34 597	50 867	( 38 365)
Particular	2 344	759	1 036	1 794	( 550)
	<b>91 576</b>	<b>17 029</b>	<b>35 632</b>	<b>52 661</b>	<b>( 38 915)</b>

As provisões regulamentares mínimas são mensuradas de acordo com os procedimentos do Banco de Cabo Verde, expressas no Aviso nº 4/2006, no qual se estipulam os parâmetros para a determinação das taxas de provisão regulamentar a aplicar a cada exposição individual.

m = meses

Tipo de Garantia	Intervalo de atraso				
	0-6m	6-24m	24-48m	48-78m	>78m
Hipotecária para habitação própria	0-6m	6-24m	24-48m	48-78m	>78m
Real hipotecária ou não para investimento	0-6m	6-15m	15-30m	30-60m	>60m
Real e pessoal	0-3m	3-6m	6-12m	12-24m	>24m
Sem garantia	0-1m	1-3m	3-6m	6-12m	>12m
<b>Classe de Risco</b>	<b>A</b>	<b>B</b>	<b>C</b>	<b>D</b>	<b>E</b>
<b>Taxa Provisão</b>	<b>1%</b>	<b>5%</b>	<b>25%</b>	<b>50%</b>	<b>100%</b>

O equivalente a 69% da carteira de crédito encontra-se classificado na classe de risco em incumprimento (A) e representa 72% do total de provisões regulamentares. Não obstante a antiguidade do incumprimento, estes créditos estão cobertos por garantias reais (depósitos e hipotecas de imóveis), aguardando a execução/recuperação judicial.

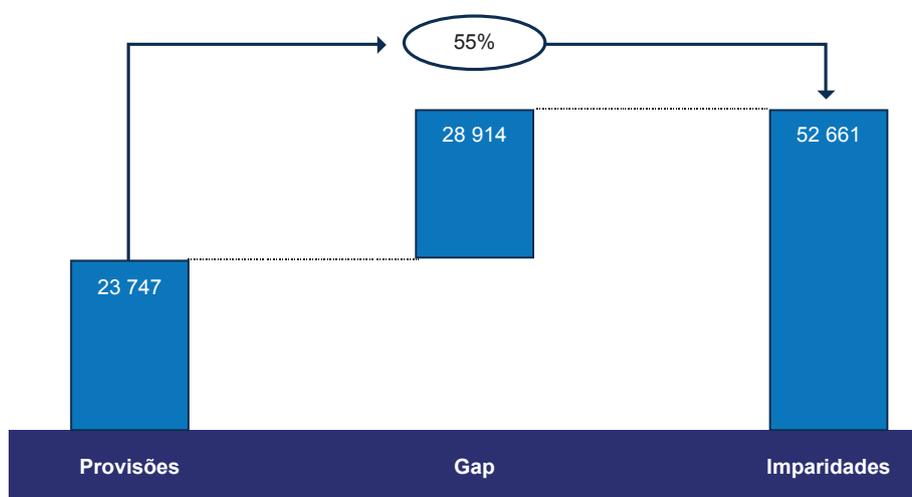
## Distribuição da carteira de crédito e provisões por classe de risco, a 31-12-2023

(Valores expressos em milhares de escudos)

Operações de crédito	Montante de Crédito	Classe de Risco e % Provisões			Total Provisões	Total Imparidade	Diferença entre Imparidade e Provisões
		A	B-C	D-E			
		1%	[5% -25%]	[50% -100%]			
Financiamento M/L Prazo	5 280 057	11 350	300	751	12 401	36 318	23 916
Crédito à Habitação	561 078	495	3 539	2 089	6 123	477	( 5 646)
Outros créditos	1 537 342	5 188	33	2	5 223	15 866	10 643
<b>Total</b>	<b>7 378 477</b>	<b>17 033</b>	<b>3 873</b>	<b>2 842</b>	<b>23 747</b>	<b>52 661</b>	<b>28 914</b>

## Provisões Regulamentares versus Imparidade

(Valores expressos em milhares de escudos)



## 6. Análise da Evolução da Atividade

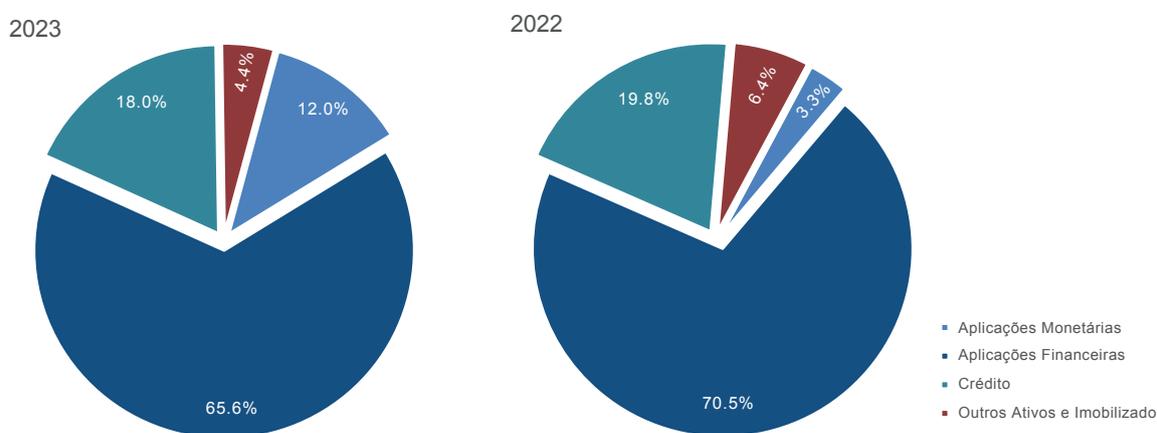
### 6.1. Balanço

O balanço do iibCV atingiu, no final de 2023, um montante global de 41,35 mil milhões de escudos, valor 12% superior aos 36,78 mil milhões de escudos registados no final do ano anterior.

Os ativos e passivos financeiros continuam a ser preponderantes no balanço do iibCV, com um peso relativo na sua composição, no final de 2023, de 86% (2022: 94%) e 91% (2022: 92%), respetivamente.

#### 6.1.1. Ativo

##### Composição do Ativo



A 31 de dezembro de 2023, o investimento bruto em imobilizado ascendia a 652 milhões de escudos (2022: 635 milhões de escudos), com as amortizações e imparidades acumuladas à data a ascender a um total de 438 milhões de escudos, o equivalente a aproximadamente 67% do valor desses mesmos ativos.

Em termos globais, o imobilizado líquido do Banco equivale a 0,5% do valor total do seu ativo líquido, refletindo, além das amortizações regulares, o efeito da imparidade registada em intangíveis (4,3 milhões de escudos) para a cobertura de riscos associados à sua valorização a preços de mercado.

Aos investimentos no mercado nacional, via aquisição de títulos do Tesouro e operações no Mercado Interbancário, aliam-se investimentos realizados no mercado internacional, designadamente através de aplicações em instituições financeiras, permitindo a mitigação das diversas categorias de risco (risco de taxa de juro, cambial e de liquidez).

## Ativos Remunerados

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
Aplicações em outras instituições financeiras	7 067 795	11 396 821
Aplicações a muito curto prazo no Banco de Cabo Verde	5 080 000	4 200 000
Aplicações a curto prazo no Banco de Cabo Verde	99 384	-
Crédito bruto a clientes	7 378 477	7 317 373
Activos com acordo de recompra	1 040 499	1 467 836
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	3 578 673	-
Ativos Financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	11 157 434	10 297 730
<b>Total Ativos Remunerados<sup>(1)</sup></b>	<b>35 402 263</b>	<b>34 679 760</b>
<b>Ativo Líquido</b>	<b>41 351 896</b>	<b>36 778 787</b>
<b>Ativos Remunerados/Ativo Líquido</b>	<b>86%</b>	<b>94%</b>

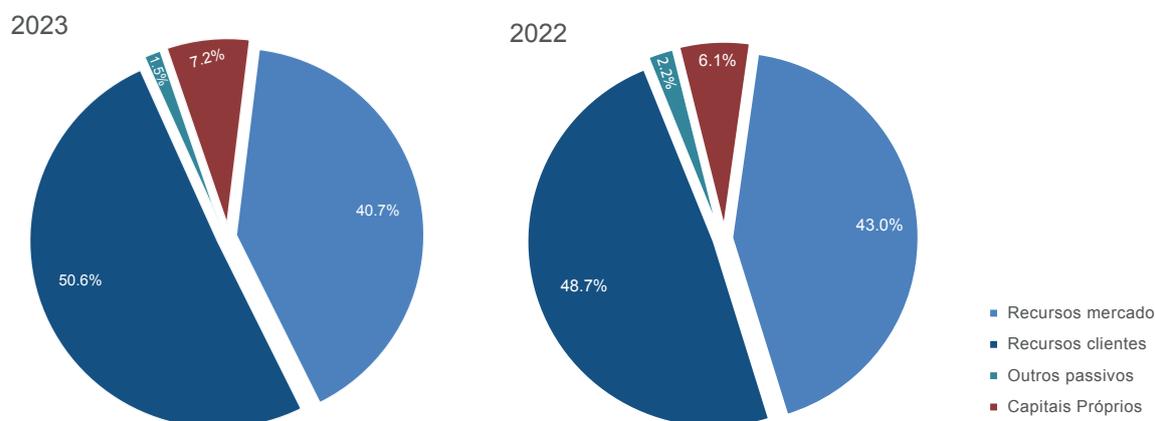
1)Exclui juros e imparidades

A carteira de ativos remunerados, ou ativos geradores de receitas passíveis de serem determinadas à data da sua contratualização (taxas fixas ou variáveis), registou um aumento de 2%.

### 6.1.2. Passivo

O passivo do iibCV é constituído, na sua larga maioria, por recursos de clientes, representando cerca de 55% do passivo total, proporção superior à verificada em finais de 2022 (52%), evidenciando a intensa diversificação das fontes de financiamento.

### Estrutura de Financiamento



Os recursos de mercado, constituídos por depósitos de outras instituições financeiras e de bancos centrais, cresceram 7%, representando 44% do total do passivo. Em termos absolutos, os recursos desse segmento atingiram, no final de 2023, o valor de 16,8 mil milhões de escudos (2022: 15,8 mil milhões), representando um crescimento enfatizado na estabilização do novo modelo de negócio em curso.

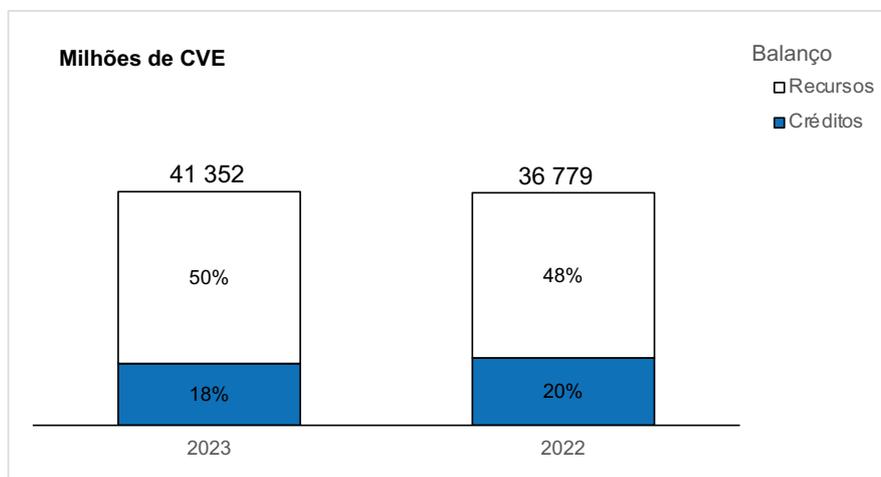
No que respeita aos recursos próprios, é de se ressaltar que o Banco fechou o ano com uma situação líquida de 2,97 mil milhões de escudos, o equivalente a 7,2% da estrutura de financiamento de 41,4 mil milhões de escudos (2022: 6% de 36,8 mil milhões).

Os recursos de clientes registaram um crescimento substancial em 2023, atingindo um montante global de 20,9 mil milhões de escudos.

É de se referenciar que os depósitos à prazo cresceram 46% face a 2022, representando 36% da carteira global de depósitos. Por outro lado, o volume global de depósitos a ordem manteve estável sem variação significativa. Os recursos de clientes, na forma de responsabilidades representadas por títulos, registaram o montante de 3,98 mil milhões de escudos, refletem o resultado das emissões de Obrigações levadas a cabo durante 2023.

Os recursos de clientes não residentes, no valor global de 8,49 mil milhões de escudos, registaram ligeiro acréscimo de 1%, enquanto os de residentes registaram variação negativa de 24%, apresentando um saldo de 5,21 mil milhões de escudos. Já os recursos de clientes emigrantes, no valor global de 130 milhões de escudos, registaram uma considerável diminuição de 14%. As reduções em recursos de clientes residentes e emigrantes traduziram-se, em parte, no aumento das responsabilidades representada representadas por títulos.

### Atividade de Clientes: Crédito e Depósitos na Estrutura do Balanço



## 7. Resultados, Rácios Financeiros e Prudenciais

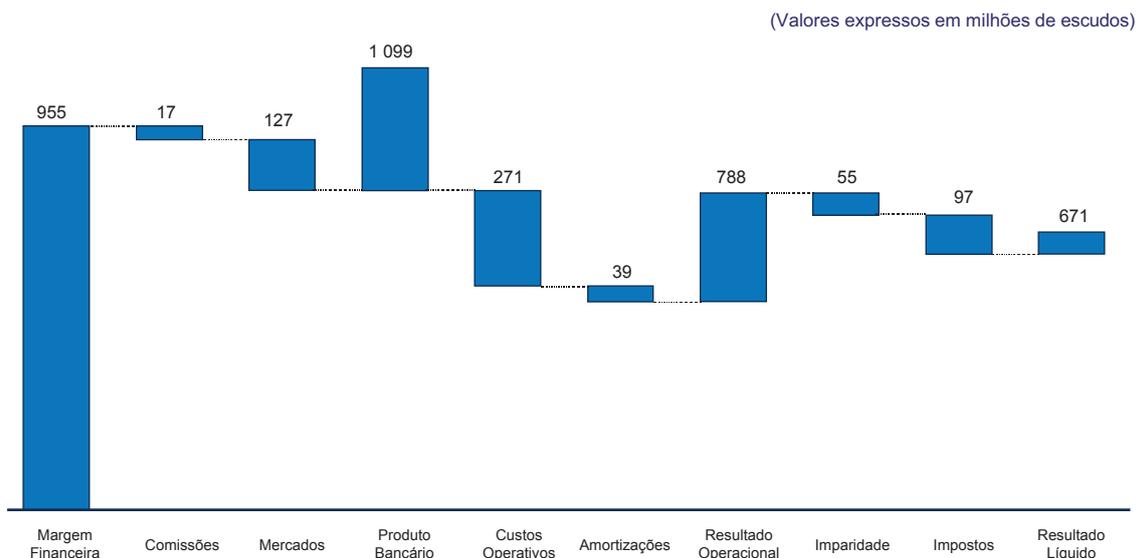
### 7.1. Resultados

O impacto da pandemia Covid-19 condicionou a economia mundial, obrigando todos os governos a desenvolver medidas para acelerar a retoma no período pós Covid-19, assim como, todos os setores da economia se viram condicionados, tendo de se reinventar para que se mantivessem a operar, visando manter os postos de trabalho e contribuir para a recuperação da normalidade.

O iibCV solidificou a sua estratégia de proximidade e apoio à economia nacional, procurando sempre manter um equilíbrio entre a qualidade dos seus ativos e a satisfação das necessidades da sua base de clientes.

Como resultado, o Banco apresentou uma evolução significativa na larga maioria dos indicadores, quando comparados com o período homólogo.

#### Demonstração dos Resultados a 31-12-2023



O resultado financeiro registou crescimento durante o ano, tendo o Banco alcançado um valor 50% acima do atingido no ano transato, efeito de um crescimento das receitas com proveitos e juros superior, em termos absolutos, ao crescimento das despesas e encargos com juros.

Com uma abordagem mais próxima ao mercado, embora os proveitos de serviços e comissões tenham decrescido 84% face a 2022, o Produto Bancário Comercial (PBC) fixou-se em 971 milhões de escudos, refletindo um crescimento homólogo de 36% (2022: 715 milhões de escudos).

O resultado de operações cambiais e outros resultados de exploração registaram uma evolução consentânea com a fase atual de desenvolvimento do negócio, apresentando um crescimento de 78% sobre o valor de 2022.

O Produto Bancário (PB), em 2023, ascendeu a 1 099 milhões de escudos, refletindo um acréscimo relativo na ordem dos 40% (2022: 786 milhões de escudos).

O Resultado de Exploração (Operacional) cifrou-se em 788 milhões de escudos (2022: 453 milhões de escudos), demonstrando a capacidade do Banco em gerar receitas provenientes da sua atividade direta, acima dos seus custos de operação, solidificando a sua sustentabilidade.

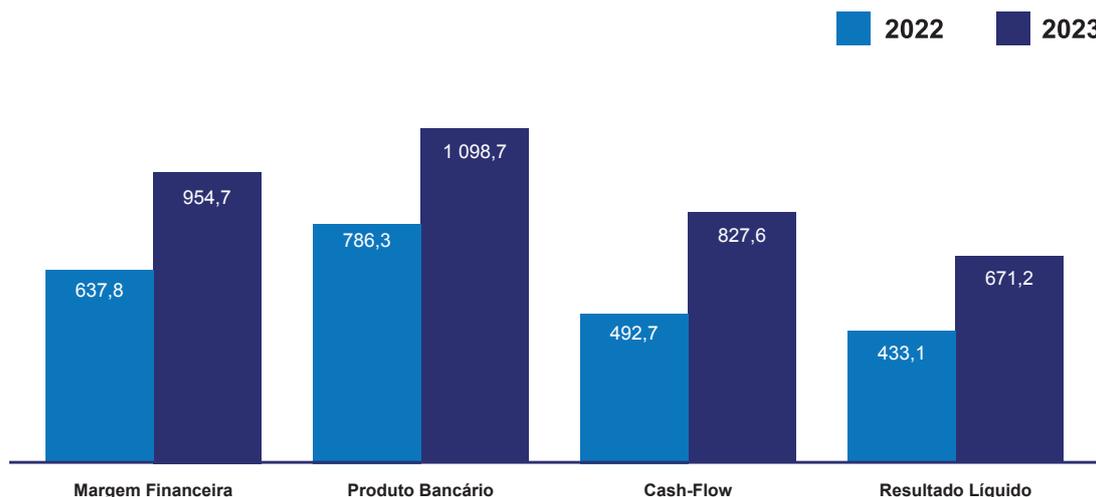
O iibCV segue investindo num quadro diferenciado de colaboradores, compromisso refletido no aumento do número de pessoal, a acompanhar o crescimento do negócio, fazendo com que os custos com pessoal tenham registado um aumento de 19%. Por seu turno, os custos administrativos registaram uma diminuição na ordem dos 26%, contribuindo com impacto positivo para o resultado operacional.

Assim sendo, os custos operativos fixaram-se em 310 milhões de escudos, montante 7% inferior ao valor verificado em 2022, mantendo a estrutura global, no qual 46% é custos com pessoal, 41% custos administrativos e o valor remanescente é justificado pelas depreciações e amortizações do exercício.

O resultado líquido do exercício ascendeu a 671 milhões de escudos (2022: 433 milhões de escudos), tendo sido função direta dos fatores anteriormente enumerados, registando crescimento de 55%.

### Indicadores de Resultados a 31-12-2023

(Valores expressos em milhões de escudos)



## 7.2. Rácios Financeiros

Os rácios financeiros alcançados em 2023 são resultado da estratégia implementada, que traduziu um crescimento significativo da atividade, acompanhado de um retorno ajustado pelo risco superior.

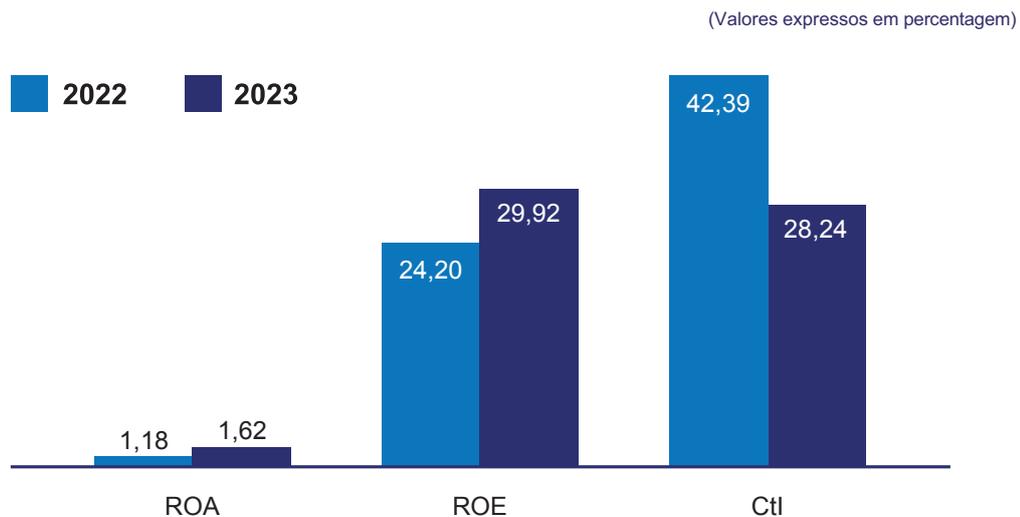
### Loan-to-Deposit Ratio

O rácio de transformação de depósitos em crédito (LtD) situou-se abaixo do valor do ano anterior, fixando-se em 36%, resultado da combinação de crescimento na carteira de recursos de clientes acima do crescimento na carteira de crédito.

### Liquidez

O Banco apresenta um elevado nível global de liquidez, privilegiando-se a geração de exposições de curto prazo e de menor risco de crédito, especialmente perspetivadas ao apoio a necessidades específicas da cadeia de valores dos stakeholders, contribuindo para a otimização do binómio risco/retorno da estrutura de ativos.

## 7.3. Rácios de Performance



Da análise aos rácios financeiros, nota-se uma melhoria generalizada.

### Return on Equity (ROE)

A remuneração média anual do capital (*equity*) cifrou-se em 29,92% (2022: 24,20%), reflexo de um resultado líquido superior ao do ano transato.

### Return on Assets (ROA)

A remuneração média anual do ativo cifrou-se em 1,62% (2022: 1,18%).

### Cost-to-Income (Ctl)

O rácio que mede a eficiência do Banco apresentou melhoria face ao ano anterior, registando decréscimo de 14,15 pp. e cifrando-se em 28,24% (2022: 42,39%).

#### 7.4. Rácios Prudenciais

O Banco de Cabo Verde (BCV), enquanto entidade supervisora e reguladora do sistema financeiro nacional, tem como uma das suas missões controlar os riscos das instituições financeiras, regulamentados em avisos e instruções técnicas de carácter prudencial e cuja adoção e implementação é obrigatória.

Tendo como objetivo primordial o seu equilíbrio económico e financeiro, o registo de níveis sustentáveis de crescimento e a contribuição para a estabilidade do sistema financeiro, além de cumprir com todas as imposições dos normativos, o Banco vem adotando e praticando um conjunto de requisitos complementares, com níveis de exigência acima do imposto, fundamentados no sistema financeiro internacional e em linha com as melhores e mais recentes práticas.

#### Principais Rácios Prudenciais

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Lim. Mín.	31/12/2023	31/12/2022	Varição
Fundos Próprios	800 000	3 089 840	2 445 162	26%
Cobertura de Imobilizado	100%	735%	1243%	-507,50pp
Títulos da Dívida Pública	5%	65%	68,16%	-3,34pp
Rácio de Solvabilidade	12%	49,20%	35,82%	13,38pp

Assim, a 31 de dezembro de 2023, o Banco apresentava Fundos Próprios de 3,1 mil milhões de escudos (2022: 2,45 mil milhões), em cumprimento ao Aviso nº 03/2007, de 19 de novembro, que fixa os elementos que servem de base ao cálculo dos Fundos Próprios, continuando acima do mínimo exigido pelo normativo do Banco de Cabo Verde e servindo de amortecedor para eventuais riscos bancários.

Na mesma linha, o risco de Solvabilidade encontrava-se integralmente coberto pelos Fundos Próprios, apresentando uma cobertura acima de 49% (2022: 36%), notoriamente acima do mínimo legal exigido para os bancos comerciais (12%), regulado pelo Aviso nº 04/2007, de 25 de fevereiro de 2008.

Com Fundos Próprios a um nível bastante confortável e uma carteira líquida de investimento em imobilizado tangível de 201 milhões de escudos (2022: 197 milhões), o Banco apresenta um rácio de cobertura de imobilizado de 735%, ajustado em conformidade com instrução técnica anexa à carta circular nº 238/2023 do BCV, (2022: 1.243%). O Aviso nº 11/98, de 28 de dezembro, que regula os limites de relação entre os fundos próprios e o valor líquido do ativo imobilizado, estabelece que o ativo imobilizado de um banco não deve ultrapassar os seus fundos próprios, ou seja, que o rácio não deverá ser inferior a 100%.

## 8. Notas Finais

### 8.1. Declaração de conformidade sobre a Informação Financeira apresentada

Os membros do Conselho de Administração do international investment bank, S.A. (iibCV), declaram:

- As demonstrações financeiras do international investment bank, S.A. (iibCV), relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF ou IFRS), tal como foi definido pelo Banco de Cabo Verde (BCV) no Aviso nº 2/2007, de 25 de fevereiro de 2008;
- Tanto quanto é do seu conhecimento, as demonstrações financeiras referidas na alínea anterior proporcionam uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do international investment bank, S.A. (iibCV), de acordo com as referidas Normas, e foram objeto de aprovação na reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 12 de abril de 2024;
- O relatório de gestão expõe a evolução dos negócios, o desempenho e a posição financeira do international investment bank, S.A. (iibCV), no exercício de 2023, e contém uma descrição sobre a evolução prevista da sociedade.

### 8.2. Proposta de Aplicação dos Resultados

Nos termos da sua competência estatutária, o Conselho de Administração do international investment bank, S.A. (iibCV), propõe à Assembleia Geral que os Resultados do Exercício, lucro no montante de 671.190.598\$00 (Seiscentos e setenta e um milhões, cento e noventa mil e quinhentos e noventa e oito escudos), sejam aplicados da seguinte forma:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2023	31.12.2022
Reserva legal (10%)	67 119	43 314
Outras Reservas (90%)	604 072	389 826
<b>Total</b>	<b>671 191</b>	<b>433 140</b>

### 8.3. Agradecimentos

O Conselho de Administração do international investment bank, S.A. (iibCV), manifesta o seu agradecimento aos seus Clientes, pela confiança e fidelidade demonstrada ao longo de mais de 13 anos de atividade.

Aproveita para, de uma forma especial, estender os seus agradecimentos ao Regulador, às Autoridades, em geral, e aos seus fornecedores.

Aos Colaboradores, um especial reconhecimento pela resiliência, pelo total comprometimento, pela lealdade e dedicação ao crescimento e bom funcionamento da nossa instituição.

Cidade da Praia, 12 de abril de 2024

O Conselho de Administração do international investment bank, S.A. (iibCV),



## II. Demonstrações Financeiras e Notas às Contas

### 1. Demonstrações Financeiras

#### Demonstração dos Resultados dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Notas	31.12.2023	31.12.2022
Juros e proveitos similares	5	1 358 731	934 464
Juros e custos similares	6	( 404 053)	( 296 637)
<b>Margem financeira</b>		<b>954 677</b>	<b>637 827</b>
Proveitos de serviços e comissões	7	173 467	94 378
Custos com serviços e comissões	7	( 156 363)	( 17 008)
Resultados de reavaliação cambial	8	179 983	36 545
Outros resultados de exploração	9	( 53 088)	34 556
<b>Produto da atividade</b>		<b>1 098 676</b>	<b>786 299</b>
Custos com pessoal	10	( 143 167)	( 120 440)
Gastos gerais administrativos	11	( 127 871)	( 173 184)
Depreciações e amortizações	19 e 20	( 39 282)	( 39 652)
Provisões líquidas de anulações	26	( 74 946)	893
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	17	39 104	( 11 760)
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	18	( 1 946)	38
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	19, 20 e 22	17 650	44 696
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>768 219</b>	<b>486 890</b>
Impostos		( 97 028)	( 53 750)
Correntes	21	( 88 271)	( 27 401)
Diferidos	21	( 8 757)	( 26 349)
<b>Resultado após impostos</b>		<b>671 191</b>	<b>433 140</b>
<b>Resultado após interesses minoritários</b>		<b>671 191</b>	<b>433 140</b>

As notas explicativas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

**A Comissão Executiva**



**O Contabilista Certificado**



## Demonstração do Rendimento Integral dos Exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Resultado líquido do exercício	671 191	433 140
Alterações de justo valor, líquidas de imposto(1)	51 435	20 491
<b>Total do rendimento integral do exercício</b>	<b>722 626</b>	<b>453 631</b>

(1) O saldo registado em rendimento integral é referente a itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados. As notas explicativas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

### A Comissão Executiva



---

### O Contabilista Certificado



---

## Balanço em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Notas	31.12.2023	31.12.2022
<b>Ativo</b>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	12	817 943	778 165
Disponibilidades em outras instituições de crédito	13	4 160 069	448 945
Ativos Financeiros detidos para negociação		70 000	901
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	14	3 608 086	-
Ativos Financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	15	11 167 887	10 300 706
Aplicações em instituições de crédito	16	12 272 993	15 607 800
Crédito a clientes (líq.)	17	7 431 368	7 267 348
Ativos com acordo de recompra	18	1 043 190	1 471 039
Outros ativos tangíveis	19	198 718	222 208
Ativos intangíveis	20	12 328	3 700
Ativos por impostos correntes	21	68 102	40 654
Ativos por impostos diferidos	21	5 612	20 494
Outros ativos	22	495 600	616 827
<b>Total de Ativo</b>		<b>41 351 896</b>	<b>36 778 787</b>
<b>Passivo</b>			
Recursos de bancos centrais	23	10 110 108	9 492 215
Recursos de outras instituições de crédito	23	6 731 151	6 319 241
Recursos de clientes e outros empréstimos	24	16 946 025	14 997 695
Responsabilidades representadas por títulos	25	3 980 682	2 911 611
Provisões	26	77 208	2 263
Passivos por impostos correntes	21	120 425	23 854
Passivos subordinados	25	234 025	233 131
Outros passivos	27	186 115	555 246
<b>Total de Passivo</b>		<b>38 385 739</b>	<b>34 535 256</b>
Capital	28	1 433 000	1 433 000
Reservas de reavaliação	29	82 218	30 783
Outras reservas e resultados transitados	30	779 749	346 609
Resultado líquido		671 191	433 140
<b>Total de Capital Próprio</b>		<b>2 966 157</b>	<b>2 243 531</b>
<b>Total do Capital próprio e Passivo</b>		<b>41 351 896</b>	<b>36 778 787</b>

As notas explicativas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

### A Comissão Executiva



### O Contabilista Certificado



## Demonstração das Alterações no Capital Próprio dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Capital	Outras Reservas e Resultados Transitados	Reserva de Justo Valor	Resultado Líquido do Exercício	Total do Capital Próprio
<b>Saldo a 01 de Janeiro de 2022</b>	<b>1 433 000</b>	<b>9 454</b>	<b>10 292</b>	<b>337 155</b>	<b>1 789 901</b>
Transferência do Resultado Líquido Anterior:	-	337 155	-	(337 155)	-
Reserva legal	-	33 716	-	(33 716)	-
Resultados Transitados	-	303 440	-	(303 440)	-
Rendimento Integral	-	-	20 491	433 140	453 630
Variação de Justo Valor	-	-	14 235	-	14 235
Impostos Relativos à Variação de Justo Valor	-	-	6 256	-	6 256
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	433 140	433 140
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2022</b>	<b>1 433 000</b>	<b>346 609</b>	<b>30 783</b>	<b>433 140</b>	<b>2 243 531</b>
<b>Saldo a 01 de Janeiro de 2023</b>	<b>1 433 000</b>	<b>346 609</b>	<b>30 783</b>	<b>433 140</b>	<b>2 243 531</b>
Transferência do Resultado Líquido Anterior:	-	433 140	-	(433 140)	-
Reserva legal	-	43 314	-	(43 314)	-
Resultados Transitados	-	389 826	-	(389 826)	-
Rendimento Integral	-	-	51 435	671 191	722 626
Variação de Justo Valor	-	-	27 970	-	27 970
Impostos Relativos à Variação de Justo Valor	-	-	23 465	-	23 465
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	671 191	671 191
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2023</b>	<b>1 433 000</b>	<b>779 749</b>	<b>82 218</b>	<b>671 191</b>	<b>2 966 157</b>

As notas explicativas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

### A Comissão Executiva



### O Contabilista Certificado



## Demonstração de Fluxos de Caixa dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

	(Valores expressos em milhares de escudos)	
	31.12.2023	31.12.2022
<b>Atividades Operacionais</b>		
Juros, comissões e outros proveitos recebidos	1 475 285	977 888
Juros, comissões e outros custos pagos	(451 998)	(296 957)
Outros pagamentos e recebimentos operacionais	(53 088)	34 556
Pagamentos a empregados e fornecedores	(273 038)	(325 920)
Pagamentos de impostos sobre o rendimento	( 27 906)	( 69 979)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente do resultado operacional antes da variação nos fundos operacionais</b>	<b>669 254</b>	<b>319 589</b>
<b>(Aumentos ) Diminuições dos ativos operacionais</b>		
Ativos Financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	(4 045 370)	(3 327 481)
Aplicações em instituições de crédito	-	-
Créditos sobre clientes	(97 707)	(1 844 836)
Outros ativos	131 011	(87 021)
<b>Aumentos (Diminuições) dos passivos operacionais</b>		
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	959 176	2 753 589
Recursos de clientes	1 928 280	15 710
Responsabilidades representadas por títulos	1 063 670	2 909 000
Outros passivos	( 349 466)	680 441
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente de atividades operacionais</b>	<b>(410 406)</b>	<b>1 099 402</b>
<b>Atividades de Investimento</b>		
Aquisição de ativos intangíveis	( 11 348)	( 744)
Aquisição de ativos tangíveis	(9 823)	(55 622)
<b>Fluxo de caixa proveniente de atividades de investimento</b>	<b>(21 170)</b>	<b>(56 367)</b>
<b>Atividades de Financiamento</b>		
Realização de Capital	-	-
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente de atividades de financiamento</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Varição líquida de Caixa e equivalentes de caixa	237 678	1 362 624
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	16 835 124	15 435 955
Efeitos de diferenças de câmbio em Caixa e seus equivalentes	179 983	36 545
<b>Caixa e Equivalentes de caixa no final do período</b>	<b>17 252 784</b>	<b>16 835 124</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa engloba:</b>		
Caixa	85 035	166 063
Disponibilidades em Bancos Centrais	732 516	612 091
Aplicações e Disponibilidades em outras instituições de crédito <sup>(1)</sup>	16 435 234	16 056 970
<b>Total</b>	<b>17 252 784</b>	<b>16 835 124</b>

(1) Inclui disponibilidades e aplicações com maturidade até três meses

As notas explicativas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

### A Comissão Executiva



### O Contabilista Certificado



## 2. Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

### NOTA 1: Atividade

O international investment bank, S.A. (iibCV) é um banco comercial, com sede na Cidade da Praia, inaugurado em julho de 2010, tendo iniciado a sua atividade em meados de agosto do mesmo ano.

A atividade do Banco abrange a generalidade das áreas do setor bancário, com especial incidência nos mercados das médias e grandes empresas.

De recordar que o Banco, antes designado Banco Internacional de Cabo Verde, até 10 de julho de 2018, fazia parte do Grupo Novo Banco, que detinha 100% do seu capital, sendo que, a partir de 11 de julho desse mesmo ano, após conclusão do processo de venda, passou a ser detido em 90% pelo iib Group Holding WLL, tendo 10% permanecido na posse do Grupo Novo Banco (através do Novo Banco África SGPS, S.A.).

Em julho de 2019, o Banco adotou a atual denominação, assumindo-se como o international investment bank, S.A. (iibCV), operando, atualmente, através da Sede na Cidade da Praia, da Unidade de Negócio da Ilha do Sal e do Posto de Atendimento em S. Vicente.

### NOTA 2: Bases de Apresentação e Políticas Contabilísticas

#### 2.1. Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras do Banco, agora apresentadas, reportam-se a 31 de dezembro de 2023 e foram preparadas em conformidade com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF/IFRS), em vigor até 31 de dezembro de 2023.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC) e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de Escudos de Cabo Verde, arredondado ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

A preparação de demonstrações financeiras, de acordo com as IFRS, requer que o Banco efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças desses face à realidade poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras, encontram-se analisadas na Nota 3.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 12 de abril de 2024 e estão pendentes de aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. No entanto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

As políticas contabilísticas são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício anterior.

## **2.2. Principais Políticas Contabilísticas**

### **a) Ativos e passivos financeiros**

#### **(i) Classificação dos ativos financeiros**

O Banco classifica os seus ativos financeiros numa das seguintes categorias de valorização:

- Investimentos ao custo amortizado;
- Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; e
- Ativos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os requisitos de classificação para instrumentos de dívida e de capital são apresentados como se segue:

#### **Instrumentos de dívida**

Instrumentos de dívida são instrumentos que satisfazem a definição de passivo financeiro na perspetiva do emitente, tais como empréstimos, obrigações públicas e privadas e contas a receber adquiridas de clientes com contratos de factoring sem recurso.

A classificação e valorização subsequente destes instrumentos nas categorias anteriores é efetuada com base nos dois elementos seguintes:

- O modelo de negócios do Banco para a gestão de ativos financeiros, e
- As características dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros.

A classificação e valorização subsequente destes instrumentos nas categorias anteriores é efetuada com base nos dois elementos seguintes:

- O modelo de negócios do Banco para a gestão de ativos financeiros, e
- As características dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros.

#### **A) Ativos financeiros ao custo amortizado**

Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros ao custo amortizado” quando são cumpridas cumulativamente as condições seguintes:

- É gerido com um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida.

A categoria de Ativos financeiros ao custo amortizado inclui “Aplicações em outras instituições de crédito” e “Crédito a Clientes”.

#### **B) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral**

Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral” quando são cumpridas cumulativamente as condições seguintes:

- É gerido como um modelo de negócio cujo objetivo combina o recebimento de fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros e a sua venda; e
- As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida.

#### **C) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados**

Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros ao justo valor através de resultados” sempre que devido ao modelo de negócio do Banco ou devido às características dos seus fluxos de caixa contratuais, não seja apropriado classificar os ativos financeiros em nenhuma das categorias anteriores. Na data de transição, para classificar ativos financeiros nesta categoria, o Banco também teve em consideração se espera recuperar o valor contabilístico do ativo através da venda a um terceiro.

São igualmente incluídos nesta carteira, todos os instrumentos para os quais se cumpra alguma das seguintes características:

- Sejam originados ou adquiridos com o objetivo de os transacionar no curto prazo;
- Sejam parte de um grupo de instrumentos financeiros identificados e geridos conjuntamente para os quais existem evidências de ações recentes com o objetivo de

obter ganhos no curto prazo;

- Sejam instrumentos derivados que não cumpram a definição de contrato de garantia financeira nem tenham sido designados como instrumentos de cobertura.

### **Avaliação do modelo de negócio**

O modelo de negócio reflete a forma como o Banco gere os seus ativos numa ótica de geração de fluxos de caixa. Assim, importa perceber se o objetivo do Banco é apenas receber os fluxos de caixa contratuais dos ativos (“Hold to collect”) ou se pretende receber os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa resultantes da venda dos ativos (“Hold to collect and sell”). Se nenhuma destas situações é aplicável (e.g. os ativos financeiros são detidos para negociação), então os ativos financeiros são classificados como parte de “outro” modelo de negócio e reconhecidos ao justo valor através de resultados. Os fatores considerados pelo Banco na identificação do modelo de negócio para um conjunto de ativos incluem a experiência passada no que diz respeito à forma como os fluxos de caixa são recebidos, como é que o desempenho dos ativos é avaliado e reportado à administração, como é que os riscos são avaliados e geridos e como é que os administradores são remunerados.

Os títulos detidos para negociação são detidos essencialmente com o objetivo de serem vendidos no curto prazo ou fazem parte de um portefólio de instrumentos financeiros geridos em conjunto, para os quais há uma evidência clara de um padrão recente de ganhos de curto prazo. Estes títulos são classificados em “outros” modelos de negócio e reconhecidos ao justo valor através de resultados.

A avaliação do modelo de negócio não depende das intenções para um instrumento individual, mas sim para um conjunto de instrumentos, tendo em consideração a frequência, o valor, o calendário de vendas em exercícios anteriores, os motivos das referidas vendas e as expectativas em relação a vendas futuras. As vendas pouco frequentes ou pouco significativas, ou próximas do vencimento do ativo e as motivadas por aumento do risco de crédito dos ativos financeiros ou para gerir o risco de concentração, entre outras, podem ser compatíveis com o modelo de deter ativos para receber fluxos de caixa contratuais.

Se um ativo financeiro contém uma cláusula contratual que pode modificar o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais (tais como cláusulas de amortização antecipada ou extensão da duração), o Banco determina se os fluxos de caixa que serão gerados durante o período de vida do instrumento, devido ao exercício da referida cláusula contratual, são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

No caso de um ativo financeiro contemplar um ajuste periódico da taxa de juro, mas a frequência desse ajuste não coincidir com o prazo da taxa de juro de referência (por exemplo, a taxa de juro é ajustada a cada três meses), o Banco avalia, no momento do reconhecimento inicial, essa incoerência na componente dos juros para determinar se os fluxos de caixa contratuais representam apenas pagamentos de capital e juro sobre o valor do capital em dívida.

As condições contratuais que, no momento do reconhecimento inicial, tenham um efeito mínimo sobre os fluxos de caixa ou dependam da ocorrência de eventos excecionais ou altamente improváveis (como a liquidação por parte do emissor) não impedem a sua classificação nas carteiras ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral.

### **Avaliação SPPI**

Quando o modelo de negócio passa por deter ativos com o intuito de (i) receber os fluxos de caixa contratuais ou (ii) receber os fluxos de caixa contratuais e vender estes ativos, o Banco avalia se os fluxos de caixa do instrumento financeiro correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida (o teste *Solely Payments of Principal and Interest* “SPPI”). Nesta avaliação, o Banco considera se os fluxos de caixa contratuais são consistentes com um contrato de empréstimo básico, ou seja, o juro inclui apenas considerações relativas ao valor temporal do dinheiro, risco de crédito, outros riscos normais de crédito e uma margem de lucro que é consistente com um contrato de crédito básico. Quando os termos contratuais introduzem exposição a risco ou variabilidade dos fluxos de caixa que são inconsistentes com um simples contrato de empréstimo, o ativo financeiro é classificado e mensurado ao justo valor através de resultados.

Os ativos financeiros com derivados embutidos são considerados na sua totalidade, aquando da determinação se os fluxos de caixa correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida (teste “SPPI”).

### **Instrumentos de capital**

Instrumentos de capital são instrumentos que satisfazem a definição de capital na perspetiva do emitente, isto é, são instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagamento e que evidenciam um interesse residual no ativo líquido do emissor. Um exemplo de instrumentos de capital próprio são as ações ordinárias.

Os investimentos em instrumentos de capital são uma exceção aos critérios gerais de valorização descritos acima. Regra geral, o Banco exerce a opção de, no reconhecimento inicial, designar irrevogavelmente na categoria de ativos financeiros ao

justo valor através de outro rendimento integral, os investimentos em instrumentos de capital que não se classificam como detidos para negociação e que, no caso de não exercer a dita opção, se classificariam como ativos financeiros obrigatoriamente contabilizados ao justo valor através de resultados. As perdas de imparidade (e reversões de imparidade) não são registadas separadamente de outras alterações de justo valor.

## **(ii) Classificação dos passivos financeiros**

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação subjacente é liquidada, expira ou é cancelada. Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito, recursos de clientes e outros empréstimos.

O Banco designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros ao justo valor através de resultados (*Fair Value Option*) desde que se verifique pelo menos um dos seguintes requisitos:

- Os passivos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- São contratadas operações de derivados com o objetivo de efetuar a cobertura económica desses ativos ou passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos ativos ou passivos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- Os passivos financeiros contêm derivados embutidos.

## **(iii) Reconhecimento e valorização inicial dos instrumentos financeiros**

No momento do seu reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros serão registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros que não são registados pelo justo valor através de resultados, o justo valor é ajustado adicionando ou subtraindo os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. No caso dos instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados, os custos de transação diretamente atribuíveis são reconhecidos imediatamente em resultados.

Os custos de transação são definidos como gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um ativo financeiro, ou à emissão ou assunção de um passivo financeiro, que não teriam sido incorridos se o Banco não tivesse efetuado a transação. Estes incluem, por exemplo, comissões pagas a intermediários (tais como promotores) e despesas de formalização de hipotecas.

Os ativos financeiros são reconhecidos no balanço na data de transação – data em que o Banco se compromete a comprar os ativos, exceto se existir estipulação contratual ou figura legal aplicável que determine que a transferência dos direitos ocorre em data posterior.

No reconhecimento inicial, quando o justo valor de ativos e passivos financeiros difere do preço de transação, a entidade deve reconhecer esta diferença da seguinte forma:

- Quando o justo valor é evidenciado pela cotação num mercado ativo de um ativo ou passivo equivalente (ou seja, inputs de nível 1) ou com base numa técnica de valorização que usa apenas dados de mercado observáveis, a diferença é reconhecida como ganho ou perda; e
- Nos restantes casos, a diferença é diferida e o momento do reconhecimento inicial do ganho ou perda é determinado individualmente. Esta diferença pode então ser (i) amortizada ao longo da vida do instrumento, (ii) diferida até que o justo valor do instrumento possa ser determinado usando dados observáveis de mercado, ou (iii) reconhecida através da liquidação do ativo ou passivo.

#### **(iv) Valorização subsequente dos instrumentos financeiros**

Após o seu reconhecimento inicial, o Banco valoriza os seus ativos financeiros ao (i) custo amortizado, ao (ii) justo valor através de outro rendimento integral ou (iii) ao justo valor através de resultados.

Os valores a receber de operações comerciais que não possuem uma componente significativa de financiamento e os créditos comerciais e instrumentos de dívida de curto prazo que são inicialmente valorizados pelo preço de transação ou pelo capital em dívida, respetivamente, são valorizados pelo referido valor deduzido de perdas por imparidade.

Imediatamente após o reconhecimento inicial é também reconhecida uma imparidade para perdas de crédito esperadas (ECL) para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e investimentos em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral, resultando no reconhecimento de uma perda em resultados quando o ativo é originado.

Os passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os quais são registados ao justo valor.

#### **(v) Receitas e despesas de instrumentos financeiros**

As receitas e despesas de instrumentos financeiros ao custo amortizado são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- i. Os juros são registados em resultados nas rubricas “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”, utilizando a taxa de juro efetiva da transação sobre o valor contabilístico bruto da transação (exceto no caso de ativos com imparidade em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade).
- ii. As restantes alterações de valor serão reconhecidas em resultados como receita ou despesa quando o instrumento financeiro for desreconhecido do balanço na rubrica “Resultados de investimentos ao custo amortizado”, quando for reclassificado, e no caso de ativos financeiros, quando ocorrerem perdas por imparidade ou ganhos por recuperação, as quais são registadas na rubrica de “Imparidade para crédito a clientes líquida de reversões e recuperações”, no caso de crédito a clientes ou na rubrica “Imparidade para outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações” no caso de outros ativos financeiros.

As receitas e despesas de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- i. As variações no justo valor são registadas diretamente em resultados, separando entre a parte atribuível aos rendimentos do instrumento, que se regista como juros ou como dividendos segundo a sua natureza nas rubricas “Juros e rendimentos similares” e “Rendimentos de instrumentos de capital”, respetivamente, e o resto, que se regista como resultados de operações financeiras na rubrica “Resultados de ativos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados”.
- ii. Os juros relativos a instrumentos de dívida são registados em resultados na rubrica “Juros e rendimentos similares” e são calculados aplicando o método da taxa de juro efetiva.

As receitas e despesas de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- i. Os juros ou, quando aplicável, os dividendos são reconhecidos em resultados “Juros e rendimentos similares” e “Rendimentos de instrumentos de capital”, respetivamente.

Para os juros o procedimento é igual ao dos ativos ao custo amortizado.

ii. As diferenças cambiais são reconhecidas em resultados na rubrica “Resultados cambiais”, no caso de ativos financeiros monetários, e em outros rendimentos integrais, no caso de ativos financeiros não monetários.

iii. No caso dos instrumentos de dívida, as perdas por imparidade ou ganhos na sua recuperação são reconhecidas em resultados na rubrica de “Imparidade para outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações”.

iv. As restantes variações de valor são reconhecidas em outro rendimento integral.

Assim, quando um instrumento de dívida é mensurado ao justo valor através de outro rendimento integral, os valores reconhecidos no resultado do exercício são os mesmos que os que seriam reconhecidos se mensurados pelo custo amortizado.

Quando um instrumento de dívida valorizado ao justo valor através de outro rendimento integral é desreconhecido do balanço, o ganho ou perda registado em outro rendimento integral é reclassificado para o resultado do período. Por outro lado, quando um instrumento de capital valorizado ao justo valor através de outro rendimento integral é desreconhecido do balanço, o ganho ou perda registado em outro rendimento integral não é reclassificado para a conta de ganhos e perdas, mantendo-se numa rubrica de reservas.

#### **(vi) Reclassificações entre categorias de instrumentos financeiros**

Somente se o Banco decidisse mudar o seu modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros, reclassificaria todos os ativos financeiros afetados de acordo com os requisitos da IFRS 9. Esta reclassificação seria feita de forma prospetiva a partir da data de reclassificação. De acordo com a IFRS 9, é expectável que as mudanças no modelo de negócio ocorram com pouca frequência. Os passivos financeiros não podem ser reclassificados entre carteiras.

#### **(vii) Justo valor**

A metodologia de apuramento do justo valor dos títulos utilizada pelo Banco é conforme segue:

- Preço médio de negociação no dia do apuramento ou, quando não disponível, o preço médio de negociação no dia útil anterior;
- Valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo interno de valorização;
- Preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo,

os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e a moeda ou indexador.

#### **(viii) Modificação de créditos**

Ocasionalmente o Banco renegoceia ou modifica os fluxos de caixa contratuais de créditos a clientes. Nesta situação, o Banco avalia se os novos termos do contrato são substancialmente diferentes dos termos originais. O Banco faz esta análise considerando, entre outros, os seguintes fatores:

- Se o devedor está em dificuldades financeiras, se a modificação apenas reduz os fluxos de caixa contratuais para um montante que é expectável que o devedor consiga pagar;
- Se foi introduzido algum novo termo significativo, tal como a participação nos resultados ou “equity-based return”, que afete substancialmente o risco do crédito;
- Extensão significativa da maturidade do contrato quando o devedor não está em dificuldades financeiras;
- Alteração significativa da taxa de juro;
- Alteração da moeda em que o crédito foi contratado; e
- Inclusão de um colateral, uma garantia ou outra melhoria associada ao crédito, que afete significativamente o risco de crédito associado ao empréstimo.

Se os termos do contrato forem significativamente diferentes, o Banco desreconhece o ativo financeiro original e reconhece o novo ativo ao justo valor, calculando a sua nova taxa de juro efetiva. A data de renegociação é considerada a data de reconhecimento inicial para efeitos do cálculo de imparidade, incluindo para o propósito de aferir se ocorreu um aumento significativo do risco de crédito. No entanto, o Banco também avalia se o novo ativo financeiro reconhecido está em imparidade no reconhecimento inicial, especialmente quando a renegociação está relacionada com o facto de o devedor não ter efetuado os pagamentos originalmente acordados. As diferenças no montante contabilístico são reconhecidas em resultados, como um ganho ou perda de desreconhecimento.

Se os termos do contrato não forem significativamente diferentes, a renegociação ou modificação não resulta em desreconhecimento e o Banco recalcula o montante contabilístico bruto com base nos fluxos de caixa revistos do ativo financeiro e reconhece um ganho ou perda desta modificação em resultados. O novo montante contabilístico bruto é recalculado descontando os fluxos de caixa modificados à taxa de juro efetiva original (ou taxa de juro efetiva ajustada para ativos financeiros em imparidade, originados ou adquiridos).

#### **(ix) Desreconhecimento que não resulte de uma modificação**

Os ativos financeiros concedidos são desreconhecidos quando os fluxos de caixa que lhes estão associados se extinguem, são cobrados ou alienados a terceiros e o (i) Banco transfere substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção do ativo ou (ii) o Banco nem transfere nem detém substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção do ativo e não detém controlo sobre o ativo. Os ganhos e perdas obtidos na alienação de créditos a Clientes a título definitivo são registados em Outros resultados de exploração. Estes ganhos ou perdas correspondem à diferença entre o valor de venda fixado e o valor contabilístico desses ativos, líquido de perdas de imparidade.

O Banco participa em transações em que detém o direito contratual de receber fluxos de caixa de ativos, mas assume uma obrigação contractual de pagar esses fluxos de caixa a outras entidades e transfere substancialmente todos os riscos e benefícios. Estas transações resultam no desreconhecimento do ativo se o Banco:

- Não tiver qualquer obrigação de efetuar pagamentos, a não ser que receba montantes equivalentes dos ativos;
- Estiver proibido de vender ou penhorar os ativos; e
- Tiver a obrigação de remeter qualquer fluxo de caixa que receba dos ativos sem atrasos materiais.

As garantias concedidas pelo Banco (ações e obrigações) através de acordos de recompra e operações de concessão e de contração de empréstimos de valores mobiliários não são desreconhecidas porque o Banco detém substancialmente todos os riscos e benefícios com base no preço de recompra pré-estabelecido, não se observando assim os critérios de desreconhecimento.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação subjacente é liquidada, expira ou é cancelada.

#### **(x) Política de abates**

O Banco procede ao abate de ativos financeiros, em parte ou na sua totalidade, no momento em que conclui não haver qualquer expectativa razoável de recebimento, conduzindo a um cenário extremo de imparidade total. Os indicadores que demonstram não haver qualquer expectativa razoável de recebimento são (i) o encerramento de atividade e (ii) os casos em que a recuperação depende do recebimento de um colateral, mas em que o valor do colateral é tão reduzido que não existe uma expectativa razoável de recuperar o ativo na totalidade.

As regras implementadas para a seleção dos créditos que poderão ser alvo de abate ao ativo são as seguintes:

- Os créditos não podem ter uma garantia real associada;
- Os créditos têm de estar totalmente fechados (registados em crédito vencido na sua totalidade e sem dívida vincenda);
- Os créditos não podem ter a marca de créditos renegociados vencidos, ou estarem envolvidos no âmbito de um acordo de pagamento ativo.

#### **(xi) Imparidade de ativos financeiros**

As perdas por imparidade são reconhecidas para todos os ativos financeiros, exceto para os ativos classificados ou designados ao justo valor através de resultados e os instrumentos de capital designados ao justo valor através de outro rendimento integral. Os ativos sujeitos a avaliação de imparidade incluem os pertencentes à carteira de crédito a clientes, instrumentos de dívida e aplicações e depósitos em outras instituições de crédito. As perdas por imparidade são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num exercício posterior.

Os itens extrapatrimoniais, como as garantias financeiras e os compromissos de crédito não utilizados, são igualmente sujeitos a avaliação de imparidade.

A mensuração de imparidade a cada data de reporte é efetuada de acordo com o modelo de três estágios de perdas de crédito esperadas:

*Stage 1* – A partir do reconhecimento inicial e até ao momento em que se verifique um aumento significativo do risco de crédito, é reconhecido imparidade no montante das perdas de crédito esperadas caso o incumprimento ocorra nos 12 meses seguintes à data de reporte.

*Stage 2* – Após o aumento significativo de risco de crédito face à data de reconhecimento inicial do ativo financeiro, é reconhecida imparidade no montante das perdas de crédito esperadas para a período remanescente do ativo financeiro.

*Stage 3* – Para os ativos financeiros considerados em imparidade de crédito, é reconhecida imparidade no montante das perdas de crédito esperadas para o período remanescente do ativo financeiro.

As perdas por imparidade são uma estimativa, ponderada pela probabilidade, das reduções no valor dos fluxos de caixa resultantes do incumprimento ao longo do horizonte. Para os compromissos de crédito, as estimativas de perdas de crédito esperadas consideram uma parte do limite que é expectável ser utilizada no decorrer do

período. Para as garantias financeiras, as estimativas de perda de crédito são baseadas nos pagamentos expectáveis de acordo com o contrato de garantia.

Os aumentos e diminuições no montante de perdas de imparidade atribuíveis a aquisições e novas originações, desreconhecimento ou maturidade, e as remensurações devido a alterações na expectativa de perda ou a transferência entre estágios são reconhecidos em resultados.

As perdas por imparidade representam uma estimativa não enviesada das perdas de créditos esperadas nos ativos financeiros à data de balanço. É considerado julgamento na definição de pressupostos e estimativas no cálculo de imparidade, as quais podem resultar em alterações no montante de provisão para perdas por imparidade de período para período.

### **Mensuração de perdas de crédito esperadas**

As perdas de crédito esperadas têm por base um conjunto de possíveis resultados e consideram toda a informação razoável e suportável disponível incluindo a experiência histórica de perdas de crédito e expectativas sobre fluxos de caixa futuros. A mensuração de perdas de crédito esperadas é, primariamente, o produto da probabilidade de *default* (PD) do instrumento, *loss given default* (LGD) e a *exposure at default* (EAD) descontado para a data de reporte. A principal diferença entre as perdas de crédito esperadas no Estágio 1 e Estágio 2 é o horizonte de cálculo.

A estimativa de perdas de crédito esperadas é obtida para cada exposição específica, sendo os parâmetros relevantes modelizados numa base coletiva considerando um nível de segmentação da carteira que reflita a forma como o Banco gere os seus riscos. As abordagens foram desenhadas para maximizar a utilização de informação disponível que seja fiável e suportável para cada segmento e que tenha uma natureza coletiva.

As perdas de crédito esperadas são descontadas para a data de reporte usando a taxa de juro efetiva.

### **Avaliação de aumento significativo de risco de crédito**

A identificação do aumento significativo de risco de crédito requer julgamentos significativos. Os movimentos entre o *Stage 1* e o *Stage 2* têm por base, sempre que possível, a comparação do risco de crédito do instrumento à data de reporte com o risco de crédito no momento da originação. A avaliação é geralmente efetuada ao nível do instrumento podendo, no entanto, considerar informação ao nível do devedor.

Esta avaliação é efetuada a cada data de reporte tendo por base um conjunto de indicadores de natureza qualitativa e/ou de natureza quantitativa não-estatística. Os instrumentos que apresentem atraso superior a 30 dias são genericamente

considerados como tendo verificado um aumento significativo de risco de crédito.

A preparação das demonstrações financeiras requer que o Banco faça estimativas e julgamentos subjetivos, e alterações nestas estimativas podem ter impacto nas demonstrações financeiras. Essas estimativas são baseadas nas melhores informações disponíveis no momento da preparação das demonstrações financeiras e levam em consideração as incertezas em torno do impacto do Covid-19 no ambiente económico atual.

### **Definição de *default* (incumprimento)**

A definição de *default* foi desenvolvida tendo em consideração os processos de gestão de risco, nomeadamente na componente de recuperação de crédito, assim como as melhores práticas internacionais neste domínio. A definição de *default* pode diferir entre segmentos e considera quer fatores qualitativos quer fatores quantitativos. Os critérios de *default* são aplicados ao nível da operação nos clientes particulares e ao nível do devedor nos clientes empresa. O *default* ocorrerá quando se verificarem mais de 90 dias de atraso e/ou quando se considere menos provável que o devedor cumprirá com as suas obrigações de forma integral, por exemplo pela existência de capital abatido ou de múltiplas reestruturações de operações de crédito. A definição de *default* é aplicada de forma consistente de período para período.

#### **i) Análise individual**

A análise individual incide sobre todos os clientes significativos. Os clientes significativos são identificados através de um dos seguintes critérios:

- Clientes com exposição superior a 25.000.000 CVE;
- Clientes com exposição superior a 10.000.000 CVE e com outros indicadores de deterioração do risco de crédito.

Na análise individual são seguidas as seguintes metodologias na mensuração da perda esperada dos clientes significativos:

- *Goingconcern* – as estimativas de recuperação consideram fluxos de caixa operacionais e a execução de garantias;
- *Goneconcern* – as estimativas de recuperação consideram apenas a execução de garantias.

#### **ii) Análise coletiva**

A análise coletiva incide sobre as operações dos clientes não significativos.

Para os ativos financeiros classificados em *Stage 1* e *Stage 2* a mensuração de perdas

esperadas é o resultado do produto entre a probabilidade de *default* (PD) do instrumento financeiro, a perda, dado o *default* (LGD) e a exposição na data do *default* (EAD). Para os ativos financeiros classificados em *Stage 3*, a mensuração de perdas esperadas é o resultado do produto entre a LGD e a EAD.

As PDs e LGDs utilizadas no modelo de imparidade coletiva foram obtidas com base no conhecimento do Banco sobre o setor financeiro de Cabo Verde, uma vez que o reduzido número de operações não permite a estimação de fatores de risco internos.

#### **b) Especialização de exercícios**

O Banco segue o princípio da especialização de exercícios, em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras, nomeadamente no que se refere aos juros das operações ativas e passivas que são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou cobrança.

#### **c) Operações em moeda estrangeira**

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema *multi-currency*, sendo cada operação registada, exclusivamente, em função das respetivas moedas.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para escudos, à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico e expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira e registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As conversões ou os valores em moeda estrangeira são convertidos para Escudos Cabo-verdianos e as diferenças cambiais são reconhecidas em resultados.

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são imediatamente registadas na posição cambial.

Sempre que estas operações conduzam a variações dos saldos líquidos das diferentes moedas, há lugar à movimentação das contas de posição cambial, à vista ou a prazo, cujo conteúdo e critério de reavaliação são como segue:

##### **i) Posição cambial à vista**

A posição cambial à vista em cada moeda é dada pelo saldo líquido dos ativos e passivos dessa moeda, excluindo a posição cambial à vista coberta por operações a prazo de permuta de divisas e adicionando os montantes das operações à vista a

aguardar liquidação e das operações a prazo que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente, com base nos câmbios indicativos do dia divulgados pelo Banco de Cabo Verde, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda nacional), por contrapartida de custos ou proveitos.

i) Posição cambial a prazo

A posição cambial a prazo em cada moeda é dada pelo saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação e que não estejam a cobrir a posição cambial à vista, com exclusão das que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes.

Todos os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro das respetivas moedas para o prazo residual de cada operação. As diferenças entre os contravalores em escudos às taxas de reavaliação a prazo aplicadas e os contravalores em escudos às taxas contratadas representam o custo ou o proveito da reavaliação da posição cambial a prazo, sendo registadas numa conta de reavaliação da posição cambial por contrapartida de contas de custos ou proveitos.

**d) Outros ativos tangíveis**

Os outros ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade. As despesas com a manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que refletem a vida útil esperada dos bens:

	<u>Número de Anos</u>
Imóveis de serviço próprio	25
Mobiliário e material	4-8
Equipamento informático	4
Máquinas e ferramentas	5
Material de transporte	4
Instalações interiores	8-10
Equipamento de segurança	4-5

Quando existir indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração de resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo esse calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

#### **e) Ativos intangíveis**

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Banco necessárias à sua implementação. Esses custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada desses ativos, a qual se situa normalmente entre 3 a 10 anos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos, que não sejam exetáveis de virem a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são registados como custos quando incorridos.

#### **f) Benefícios aos empregados**

O Banco não regista, nas suas demonstrações financeiras, qualquer acréscimo para férias e subsídio de férias, uma vez que adotou como procedimento pagar férias e subsídio de férias no próprio exercício em que os trabalhadores são admitidos. Assim, sempre que um trabalhador cessa o seu contrato de trabalho com o Banco, apenas lhe é pago os proporcionais de férias e subsídio de férias aos meses trabalhados no ano em que sair.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo esse calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

#### **g) Imposto sobre lucros**

O Banco está sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre Rendimento das Pessoas Coletivas (Lei n.º 82/VIII/2015, de 07 de janeiro), à taxa de 22%, e a uma taxa incêndio de 2% sobre o imposto apurado, perfazendo uma taxa global de 22,44% (2022: 22,44%). Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base na matéria

coletável apurada de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Contudo, os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expetável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as diferenças e os prejuízos fiscais a utilizar futuramente.

Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os prejuízos fiscais apurados num exercício são deduzidos aos lucros tributáveis, de um ou mais dos três exercícios seguintes.

#### **h) Reconhecimento de juros**

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efetiva. Os juros dos ativos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, respetivamente.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro. A taxa de juro efetiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos ativos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação. No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e proveitos equiparados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

#### **i) Reconhecimento de serviços e comissões**

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um ato

significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o ato significativo tiver sido concluído;

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no exercício a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

#### **j) Caixa e seus equivalentes**

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa e disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito.

#### **k) Capital**

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Todos os custos diretamente atribuíveis à emissão de capital são registados por contrapartida da rubrica de capital como uma dedução ao valor da emissão.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio, como dividendos, quando declaradas.

#### **l) Provisões**

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos e esse possa ser mensurado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos custos estimados para pagar a obrigação, utilizando uma taxa de juro antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido, ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, o Banco divulga tal facto como passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da

saída de recursos para o pagamento da mesma seja considerada remota. Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

#### **m) Imóveis recebidos em dação**

No decurso da sua atividade corrente de concessão de crédito, o Banco incorre no risco de não conseguir que todo o seu crédito seja reembolsado. No caso de créditos com colateral de hipoteca, o Banco procede à execução das mesmas, recebendo imóveis e outros bens em dação para liquidação do crédito concedido.

Embora tenha como objetivo a venda imediata de todos os imóveis recebidos em dação, o Banco regista esses imóveis na rubrica do balanço “Outros Ativos”, devido ao tempo de permanência dos mesmos em carteira ser superior a um ano e ao conseqüente incumprimento das condições previstas na IFRS 5 para reconhecimento na categoria de “ativos não correntes detidos para venda”. Esses imóveis são registados, no seu reconhecimento inicial, pelo menor de entre o seu justo valor, deduzido dos custos esperados de venda, e o valor de balanço do crédito concedido, objeto de recuperação. Subsequentemente, esses ativos são mensurados ao menor de entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor, deduzido dos custos de venda, e não são amortizados. As perdas não realizadas com esses ativos, assim que determinadas, são registadas em resultados.

As avaliações desses imóveis são efetuadas de acordo com uma das seguintes metodologias, aplicadas de acordo com a situação específica do bem:

##### **i) Método de Mercado**

Este método tem por referência valores de transação de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objeto de estudo, obtido através de prospeção de mercado realizada na zona.

##### **ii) Método do Rendimento**

Este método tem por finalidade estimar o valor do imóvel, a partir da capitalização da sua renda líquida, atualizado para o momento presente, através do método dos fluxos de caixa descontados.

##### **iii) Método do Custo**

O Método de Custo é um critério que decompõe o valor da propriedade nas suas componentes fundamentais: valor do solo urbano e o valor da urbanidade; valor da construção; e valor de custos indiretos.

As avaliações realizadas são conduzidas por entidades independentes especializadas nesse tipo de serviços. Os relatórios de avaliação são analisados internamente, com aferição da adequação dos processos, comparando os valores de venda com os valores reavaliados dos imóveis.

Para esta categoria de ativos, adicionalmente, são observados os preceitos definidos pelo Banco de Cabo Verde através do Aviso nº 7/2015, de 24 de dezembro.

#### **n) Locações**

A IFRS 16 estabelece os seguintes requisitos relativamente ao âmbito, classificação/reconhecimento e mensuração de locações:

- Na ótica do locador, as locações continuam a ser classificadas como locações financeiras ou locações operacionais;
- Na ótica do locatário, a norma define um único modelo de contabilização de contratos de locação, que resulta no reconhecimento de um ativo sob direito de uso e de um passivo da locação para todos os contratos de locação, à exceção das locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre ativos de valor reduzido, em que o locatário poderá optar pela isenção de reconhecimento prevista na IFRS 16, sendo que, nesse caso, deverá reconhecer os pagamentos de locação associados a esses contratos como despesas.

O Banco optou por não aplicar esta norma aos contratos de locação a curto prazo, menor ou igual a um ano, cuja perda económica pela não renovação do contrato não seja significativa, e aos contratos de locação em que o ativo subjacente tenha pouco valor.

#### **Definição de locação**

A nova definição de locação acarreta um enfoque no controlo do ativo identificado, ou seja, um contrato constitui ou contém uma locação se transmitir o direito de controlar a utilização de um ativo identificado, ou seja, obtendo substancialmente todos os benefícios económicos da utilização do mesmo e o direito de orientar o uso desse ativo identificado durante um certo período em troca de uma retribuição.

#### **Impactos na ótica do locatário**

O iibCV reconhece para todas as locações, com exceção das locações com um período inferior a 12 meses, cuja perda económica pela não renovação do contrato não seja significativa, ou para as locações que incidam sobre ativos de valor unitário reduzido:

- Um ativo sob direito de uso, inicialmente mensurado ao custo, tendo em conta o Net Present Value (NPV) do passivo da locação, acrescido de pagamentos efetuados (fixos e/ou variáveis) deduzidos de incentivos à locação recebidos, penalidades por término

(se razoavelmente certas), bem como eventuais estimativas de custo a serem suportadas pelo locatário com o desmantelamento e remoção do ativo subjacente e/ou com a restauração do local onde este está localizado. Subsequentemente, é mensurado de acordo com o modelo do custo (sujeito a depreciações/amortizações, de acordo com o prazo de locação de cada contrato e a testes de imparidade);

- Um passivo da locação, registado inicialmente pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros da locação (NPV), o que inclui:

- Pagamentos fixos, deduzidos os incentivos à locação a receber;
- Pagamentos de locação variáveis, que dependam de um índice ou taxa, mensurados inicialmente e utilizando o índice ou a taxa à data de início do contrato;
- As quantias que deverão ser pagas pelo locatário a título de garantias de valor residual;
- O preço do exercício de uma opção de compra, se o locatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção;
- Pagamentos de sanções por rescisão da locação, se o prazo da locação refletir o exercício de uma opção de rescisão da locação pelo locatário.

Dado que não é possível determinar facilmente a taxa de juro implícita na locação (parágrafo 26 da IFRS 16), os pagamentos da locação são descontados segundo a taxa de juro incremental de financiamento do locatário. Para os contratos com termo é considerada essa data como data-fim da locação, para os outros contratos sem termo é avaliado o prazo no qual o mesmo terá força executória. Na avaliação da força executória são consideradas as cláusulas particulares dos contratos bem como a os impactos económicos decorrentes da não renovação dos contratos.

Subsequentemente, é mensurado da seguinte forma:

- Pelo aumento da sua quantia escriturada, de forma a refletir os juros sobre o mesmo;

- Pela diminuição da sua quantia escriturada, de forma a refletir os pagamentos de locação;

- A quantia escriturada é remensurada de forma a refletir quaisquer reavaliações ou alterações da locação, bem como para incorporar a revisão de pagamentos de locação fixos em substância e a revisão do prazo da locação.

O Banco reavalia um passivo de locação e calcula o respetivo ajustamento relacionado ao ativo sob direito de uso sempre que:

- Houver uma alteração do prazo da locação ou na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente, o passivo de locação é remensurado, descontando os pagamentos de locação revistos e utilizando uma taxa de desconto também revista;

- Houver uma alteração dos montantes a pagar ao abrigo de uma garantia de valor residual, ou dos pagamentos futuros de locação resultantes da alteração de um índice ou taxa utilizados para determinar esses pagamentos, o passivo de locação é remensurado descontando os pagamentos de locação revistos, utilizando uma taxa de desconto inalterada (a menos que a alteração dos pagamentos de locação resulte de uma alteração das taxas de juro variáveis, nesse caso deverá ser utilizada uma taxa de desconto revista);

- Um contrato de locação é alterado, mas essa alteração à locação não é contabilizada como uma locação distinta, o passivo de locação é remensurado, descontando os pagamentos de locação revistos utilizando uma taxa de desconto revista.

O iibCV não efetuou quaisquer ajustamentos para os períodos apresentados.

Os ativos sob direito de uso são depreciados/amortizados desde a data de entrada em vigor até ao fim da vida útil do ativo subjacente ou até ao final do prazo da locação, caso este seja anterior. Se a locação transferir a propriedade do ativo subjacente ou se o custo do ativo sob direito de uso refletir o facto de o Banco ir exercer uma opção de compra, o ativo sob direito de uso deve ser depreciado/amortizado desde a data de entrada em vigor até ao fim da vida útil do ativo subjacente. A depreciação/amortização começa na data de entrada em vigor da locação.

A adoção da norma implica alterações nas demonstrações financeiras do Banco, nomeadamente:

- Na demonstração dos resultados:

- i. Registo em Margem financeira do gasto de juros relativo aos passivos de locação;
- ii. Registo em Outros gastos administrativos dos montantes relativos a contratos de locação de curto prazo e contratos de locação de ativos de baixo valor; e
- iii. Registo em Amortizações do custo de depreciação dos ativos sob direito de uso.

- No balanço:

- i. Registo em Outros ativos tangíveis, pelo reconhecimento dos ativos sob direito de uso; e
- ii. Registo em Outros passivos pelo valor dos passivos de locação reconhecidos.

### **NOTA 3: Principais Estimativas e Julgamentos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras**

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efetue julgamentos e faça as estimativas necessárias para decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Banco são discutidos nesta Nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados do Banco e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Banco poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

#### **3.1. Perdas por imparidade em ativos financeiros ao custo amortizado**

A determinação das perdas por imparidade para instrumentos financeiros envolve julgamentos e estimativas relativamente aos seguintes aspetos, entre outros:

- a) Aumento significativo do risco de crédito:

As perdas por imparidade correspondem às perdas esperadas em caso de *default* num horizonte temporal de 12 meses, para os ativos em *Stage 1*, e às perdas esperadas considerando a probabilidade de ocorrência de um evento de *default* em algum momento até à data de maturidade do instrumento financeiro, para os ativos em *Stage 2* e 3. Um ativo é classificado em *Stage 2* sempre que se verifique um aumento significativo no respetivo risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial.

Na avaliação da existência de um aumento significativo do risco de crédito, o Banco tem em consideração informação qualitativa e quantitativa, razoável e sustentável.

- a) Definição de grupos de ativos com características de risco de crédito comuns:

Quando as perdas de crédito esperadas são mensuradas numa base coletiva, os instrumentos financeiros são agrupados com base em características de risco comuns. O Banco monitoriza a adequação das características de risco de crédito numa base regular para avaliar se mantém a sua similaridade. Este procedimento é necessário para

assegurar que, no caso de se verificar uma alteração das características de risco de crédito, a segmentação dos ativos é revista. Esta revisão pode resultar na criação de novos portfólios ou na transferência dos ativos para portfólios já existentes, que reflitam melhor as suas características de risco de crédito.

b) Probabilidade de incumprimento:

A probabilidade de incumprimento representa um fator determinante na mensuração das perdas de crédito esperadas. A probabilidade de incumprimento corresponde a uma estimativa da probabilidade de incumprimento num determinado período temporal, cujo cálculo é efetuado com base em dados históricos, pressupostos e expectativas sobre as condições futuras, tendo por base *benchmark*.

c) Perda dado o incumprimento:

Corresponde a uma estimativa de perda num cenário de incumprimento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os que o Banco espera receber, por via dos fluxos de caixa gerados pelo negócio do cliente ou dos colaterais do crédito. O apuramento da estimativa de perda dado o incumprimento tem por base, entre outros aspetos, os diferentes cenários de recuperação, informação histórica, os custos envolvidos no processo de recuperação e a estimativa de valorização dos colaterais associados às operações de crédito.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas e apresentadas nas Notas 14, 15 e 16, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

### 3.2. Impostos sobre os lucros

O Banco está sujeito a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRPC). A determinação do montante global de impostos sobre os lucros (ver Nota 20) requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo Banco, durante um período de 3 anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Banco de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

### 3.3. Justo valor dos ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, sendo, na sua ausência, determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rendibilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo poderiam originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados na Nota 20.

#### NOTA 4: Reporte por Segmentos

Considerando que o Banco não detém títulos de capital próprio ou de dívida listada em Bolsa, no âmbito do parágrafo 2 da IFRS 8 – Segmentos Operacionais, o Banco está isento de apresentar informação relativa aos segmentos.

#### NOTA 5: Juros e Proveitos Similares

Essa rubrica apresenta a seguinte desagregação:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
Juros de crédito a clientes	608 782	389 703
Juros de aplicações em instituições financeiras	378 638	213 778
Juros de títulos	368 439	329 994
Juros de disponibilidades em OIC	409	57
Outros	2 463	933
<b>TOTAL</b>	<b>1 358 731</b>	<b>934 464</b>

O aumento dos juros é originado pelo incremento da atividade e, consequentemente, por uma maior diversificação das fontes de rendimento, essencialmente pelo investimento em títulos e por um maior volume de aplicações em OIC.

#### NOTA 6: Juros e Custos Similares

Essa rubrica decompõe-se no seguinte:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
Juros de recursos de bancos centrais	73 951	84 978
Juros de recursos de outras instituições financeiras	108 317	-
Juros de recursos de clientes	106 020	205 262
Juros de responsabilidades representadas por títulos	106 251	2 611
Juros de passivos subordinados	8 944	3 131
Outros	570	656
<b>TOTAL</b>	<b>404 053</b>	<b>296 637</b>

O aumento dos juros é maioritariamente originado pelo incremento registado no volume de juros de aplicações de OIC.

## NOTA 7: Proveitos e Custos com Serviços e Comissões

Essa rubrica apresenta a seguinte decomposição:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
<b>Rendimentos de serviços e comissões</b>	<b>173 467</b>	<b>94 378</b>
Operações de crédito	22 654	25 525
Transferência de valores	42 355	23 495
Comissões diversas	87 428	21 031
Comissão de montagem de operações	1 720	8 017
Comissão de gestão de conta	3 119	6 875
Outras comissões	82 590	6 139
Garantias e avales prestados	8 156	22 629
Gestão de cartões	2 223	1 685
Créditos documentários	10 651	12
<b>Encargos com serviços e comissões</b>	<b>(156 363)</b>	<b>(17 008)</b>
Comissão sobre operações de mercado	(5 958)	(11)
Comissão sobre cartões de crédito	(16 159)	(13 655)
Outras comissões	( 134 246)	( 3 342)
<b>TOTAL</b>	<b>17 104</b>	<b>77 370</b>

## NOTA 8: Resultados de Reavaliação Cambial

Essa rubrica apresenta a seguinte decomposição:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
Ganhos em operações cambiais		
Divisas	183 471	45 785
Perdas em operações cambiais		
Divisas	(3 488)	(9 240)
<b>TOTAL</b>	<b>179 983</b>	<b>36 545</b>

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.2 c).

## NOTA 9: Outros Resultados de Exploração

Esta rubrica analisa-se como se segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
<b>Outros custos exploração</b>	<b>( 53 948)</b>	<b>( 11 768)</b>
Multas e coimas	( 5 965)	-
Contribuição para o Fundo de Garantia de Depósitos	( 3 000)	( 3 000)
Impostos diretos e indiretos	( 2 748)	( 299)
Quotização e Donativos	( 11 865)	( 6 708)
Outros	( 30 370)	( 1 762)
<b>Outros ganhos exploração</b>	<b>859</b>	<b>46 325</b>
Recuperação de crédito	-	38 531
Ganhos diversos	-	48
Outros	859	7 745
<b>TOTAL</b>	<b>(53 088)</b>	<b>34 556</b>

## NOTA 10: Custos com Pessoal

Esta rubrica analisa-se como se segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
Remunerações	93 645	89 643
Encargos Sociais	13 800	12 181
Outros custos com pessoal	35 722	18 617
<b>TOTAL</b>	<b>143 167</b>	<b>120 440</b>

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal do Banco decompõem-se como segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
Conselho de Administração	15 893	18 790
Conselho Fiscal	1 680	1 680
<b>TOTAL</b>	<b>17 573</b>	<b>20 470</b>

Verificaram-se, durante o ano, quatro contratações, visando reforçar áreas-chave do Banco e pôr em andamento a estratégia do Banco. Assim, o número de colaboradores, por categoria profissional, analisa-se como segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
Comissão Executiva	2	3
Direção	16	13
Técnicos	25	23
Administrativos	3	4
<b>TOTAL</b>	<b>46</b>	<b>43</b>

## NOTA 11: Gastos Gerais Administrativos

Essa rubrica decompõe-se no seguinte:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
Honorários (1)	40 910	14 374
Serviço especializado de informática	13 567	65 518
Publicidade	12 881	2 953
Comunicações e despesas de expedição	12 504	10 659
Deslocações, estadas e representação	12 483	8 276
Serviços diversos (2)	10 545	10 477
Outros (3)	10 256	7 622
Serviços especializados diversos	6 570	42 976
Diversos Fornecimentos de Terceiros	3 355	5 568
Transporte de valores	2 580	2 061
Rendas de imóveis (4)	2 220	2 700
<b>TOTAL</b>	<b>127 871</b>	<b>173 184</b>

1) Esta rubrica inclui honorários aos Consultores, no montante de 23,34 milhões de escudos, Auditores Certificados, no montante de 11,76 milhões de escudos e serviços jurídicos, no montante de 5,8 milhões de escudos.

2) Esta rubrica inclui serviços de eletricidade e combustíveis, publicações, higiene, conservação e reparação, formação e seguro.

3) Esta rubrica inclui custos judiciais, segurança e outros (e.g. serviços ligados a condomínios).

4) As rendas são referentes à agência e às residências dos membros da Comissão Executiva.

## NOTA 12: Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais

Esta rubrica decompõe-se no seguinte:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
Caixa	85 035	166 063
Disponibilidades à Ordem no Banco de Cabo Verde	732 516	612 091
Juros	392	12
<b>TOTAL</b>	<b>817 943</b>	<b>778 165</b>

## NOTA 13: Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	4 160 069	448 945
<b>TOTAL</b>	<b>4 160 069</b>	<b>448 945</b>

Os depósitos à ordem sobre outras instituições de crédito não são remunerados.

## NOTA 14: Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
Obrigações Corporativas	3 578 672	-
Rendimentos a receber	29 414	-
<b>TOTAL</b>	<b>3 608 086</b>	-

As Obrigações Corporativas em carteira no final do ano de 2023 apresentam uma taxa média anual de 7,7%.

## NOTA 15: Ativos Financeiros ao Justo Valor através de outro rendimento integral

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
Obrigações do Tesouro de Cabo Verde	10 984 814	10 127 496
Reserva de justo valor	172 620	108 438
Obrigações Corporativas	-	61 797
Rendimentos a receber	78 504	73 160
Imparidade	( 68 051)	(70 184)
<b>TOTAL</b>	<b>11 167 887</b>	<b>10 300 706</b>

As Obrigações de Tesouro em carteira no final do ano de 2023 apresentam a maturidade residual inferior a 3 anos (2,4 anos) e vence juros à taxa anual de 3,070%. Em 2022, a maturidade residual média era inferior a 3 anos (2,9 anos) e venciam juros à taxa média anual de 3,175%.

A 31 de dezembro de 2023, o Banco apresentava 68,05 milhões de escudos de imparidade reconhecida para ativos financeiros ao Justo Valor através de outro rendimento integral. Este reconhecimento está essencialmente associado à rubrica de Obrigações do Tesouro de Cabo Verde, em resultado da aplicação da IFRS 9 relativa ao reconhecimento do conceito de perda esperada (*Expected Credit Loss*) e cuja mensuração se baseia na definição de risco país, atribuível em função do rating internacional para Cabo Verde.

## NOTA 16: Aplicações em instituições de Crédito

Esta rubrica compõe-se no seguinte:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
<b>Aplicações em instituições financeiras no estrangeiro</b>	<b>5 990 933</b>	<b>11 407 800</b>
Aplicações em outras instituições financeiras	2 564 764	7 184 692
Aplicações a muito curto prazo	3 400 381	4 212 129
Juros	27 960	11 205
Imparidade	( 2 172)	( 225)
<b>Aplicações em instituições financeiras no país</b>	<b>6 282 060</b>	<b>4 200 000</b>
Aplicações a muito curto prazo no Banco de Cabo Verde	5 080 000	4 200 000
Aplicações a curto prazo no Banco de Cabo Verde	99 384	-
Aplicações em outras instituições financeiras	1 102 650	-
Juros	26	-
<b>TOTAL</b>	<b>12 272 993</b>	<b>15 607 800</b>

O escalonamento do vencimento das aplicações em instituições de crédito, a 31 de dezembro de 2023 e 2022, é como segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
<b>Aplicações em instituições financeiras no estrangeiro</b>		
Até 3 meses	4 145 719	11 407 800
Superior a 3 meses	1 845 215	-
<b>Aplicações em instituições financeiras no país</b>		
Até 3 meses	6 282 060	4 200 000
<b>TOTAL</b>	<b>12 272 993</b>	<b>15 607 800</b>

As aplicações em instituições de crédito, em 31 de dezembro de 2023, venciam juros à taxa média anual de 3,61%. A 31 de dezembro de 2022, as aplicações em carteira venciam juros à taxa média anual de 2,34%.

## NOTA 17: Crédito a Clientes

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2023	31.12.2022
<u>Por tipo de cliente</u>		
Empresa	6 745 755	6 717 780
Particular	632 722	599 593
	<b>7 378 477</b>	<b>7 317 373</b>
<u>Por maturidade</u>		
Médio e longo prazo	6 230 103	6 098 558
Curto Prazo	1 148 374	1 218 815
	<b>7 378 477</b>	<b>7 317 373</b>
<u>Por Produto</u>		
Empréstimos	6 422 768	6 377 866
Crédito à habitação	561 078	555 878
Créditos em conta corrente	322 987	339 717
Crédito individual	43 804	23 882
Descobertos em depósitos à ordem	6 119	1 785
Particular Outros	21 721	18 245
	<b>7 378 477</b>	<b>7 317 373</b>
Juros a receber	105 552	53 808
Efeito Custo Amortizado	-	(12 257)
Imparidade	(52 661)	(91 576)
<b>Crédito Líquido de Imparidade</b>	<b>7 431 368</b>	<b>7 267 348</b>

O detalhe do montante de exposição bruta de crédito e do montante de imparidade constituída por segmento de acordo com a IFRS 9 em 31 de dezembro de 2023 é como se segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

Segmento	Stage 1		Stage 2		Stage 3		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Empresas	2 599 625	18 159	4 137 669	31 900	8 461	807	6 745 755	50 866
Particular - Habitação	517 485	217	20 936	33	22 656	227	561 077	477
Consumo	61 907	353	2 701	40	7 037	925	71 645	1 318
	<b>3 179 017</b>	<b>18 729</b>	<b>4 161 306</b>	<b>31 973</b>	<b>38 154</b>	<b>1 959</b>	<b>7 378 477</b>	<b>52 661</b>

A exposição bruta de crédito e do montante de imparidade constituída por segmento de acordo com a IFRS 9 em 31 de dezembro de 2022 é como se segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

Segmento	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Empresas	6 649 534	57 344	26 747	752	41 500	31 137	6 717 780	89 232
Particular - Habitação	471 864	86	28 479	251	55 536	534	555 878	871
Consumo	31 696	290	3 352	48	8 667	1 135	43 715	1 473
	<b>7 153 093</b>	<b>57 720</b>	<b>58 578</b>	<b>1 051</b>	<b>105 702</b>	<b>32 805</b>	<b>7 317 373</b>	<b>91 576</b>

O crédito vencido integrado na carteira de créditos ascendia a 31 de dezembro de 2023 e 2022 ao seguinte:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
Crédito em Incumprimento	30 267	75 057
<b>Total</b>	<b>30 267</b>	<b>75 057</b>

Cumprindo a regulamentação vigente, o Banco procede à identificação e marcação dos contratos de crédito reestruturados por dificuldades financeiras do cliente sempre que há alterações aos termos e condições de um contrato em que o cliente tenha incumprido ou seja previsível que venha a incumprir com sua obrigação financeira.

Os valores de crédito reestruturado a 31 de dezembro de 2023 e 2022 são os seguintes:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
Empresa	8 019	7 508
Habituação	17 397	18 376
Consumo	1 535	1 785
<b>Total</b>	<b>26 951</b>	<b>27 669</b>

O escalonamento do crédito a clientes bruto e juros a receber por prazos de vencimento, excluindo efeito do custo amortizado, a 31 de dezembro de 2023 e 2022, é como segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
Até 3 meses	358 631	56 349
De 3 meses a 1 ano	1 770 374	1 182 513
De 1 a 5 anos	4 839 974	1 590 080
Mais de 5 anos	409 498	4 542 240
<b>TOTAL</b>	<b>7 378 477</b>	<b>7 371 182</b>

A carteira de crédito a clientes de 31 de dezembro de 2023 estava contratada à taxa anual média de 7,9% (31 de dezembro de 2022: 8,17%).

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade do crédito em 2023 são apresentados como segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<b>Estágio 1</b>	<b>Estágio 2</b>	<b>Estágio 3</b>	<b>Total</b>
<b>31.12.2022</b>	<b>57 721</b>	<b>1 051</b>	<b>32 805</b>	<b>91 576</b>
Aumentos	1 506	31 615	2	33 123
Reposição/(Reversão)	( 40 497)	( 693)	( 31 037)	( 72 227)
Utilização	-	-	( 173)	( 173)
Outros movimentos	-	-	362	362
<b>31.12.2023</b>	<b>18 730</b>	<b>31 973</b>	<b>1 959</b>	<b>52 661</b>

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade do crédito, em 2022, são apresentados como segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<b>Estágio 1</b>	<b>Estágio 2</b>	<b>Estágio 3</b>	<b>Total</b>
<b>31.12.2021</b>	<b>56 961</b>	<b>1 516</b>	<b>42 678</b>	<b>101 156</b>
Aumentos	13 910	52	16 534	30 495
Reposição/(Reversão)	( 13 150)	( 517)	( 5 033)	( 18 700)
Utilização	-	-	( 21 374)	( 21 374)
<b>31.12.2022</b>	<b>57 721</b>	<b>1 051</b>	<b>32 805</b>	<b>91 576</b>

O detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individualmente e coletivamente, por setor e por segmento, a 31 de dezembro de 2023, é o seguinte:

(Valores expressos em milhares de escudos)

Avaliação	SETOR										Total	
	Construção		Indústrias		Comércio		Serviços		Particular		Exposição	Imparidade
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade		
Individual	9 631	304	466	6	258 780	7 444	4 504 652	26 842	20 958	1 036	4 794 487	35 632
Coletiva	1 971	14	165 106	447	475 436	8 840	1 329 712	6 969	611 765	759	2 583 990	17 029
<b>Total</b>	<b>11 602</b>	<b>318</b>	<b>165 572</b>	<b>453</b>	<b>734 216</b>	<b>16 284</b>	<b>5 834 364</b>	<b>33 811</b>	<b>632 723</b>	<b>1 795</b>	<b>7 378 477</b>	<b>52 661</b>

As exposições relativas ao setor de Transportes são, na sua totalidade, créditos concedidos a empresas com vínculo ao Estado, com o total apoio deste.

(Valores expressos em milhares de escudos)

Avaliação	SEGMENTO								Total	
	Corporate		Construção e CRE		Habitação		Particular		Exposição	Imparidade
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade		
Individual	4 763 899	34 293	9 631	304	14 024	111	6 933	924	4 794 487	35 632
Coletiva	1 970 254	16 257	1 971	14	547 054	366	64 711	392	2 583 990	17 029
<b>Total</b>	<b>6 734 153</b>	<b>50 550</b>	<b>11 602</b>	<b>318</b>	<b>561 078</b>	<b>477</b>	<b>71 644</b>	<b>1 316</b>	<b>7 378 477</b>	<b>52 661</b>

O detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individualmente e coletivamente, por setor e por segmento, a 31 de dezembro de 2022, é o seguinte:

(Valores expressos em milhares de escudos)

Avaliação	SETOR										Total	
	Construção		Indústrias		Comércio		Serviços		Particular		Exposição	Imparidade
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade		
Individual	22 819	721	1 496	22	356 141	9 637	4 195 082	61 937	22 787 973	1 358 549	4 598 327	73 675
Coletiva	18 200	53	209 156	567	498 030	9 661	1 416 856	6 634	576 805	985	2 719 046	17 901
<b>Total</b>	<b>41 019</b>	<b>774</b>	<b>210 652</b>	<b>589</b>	<b>854 171</b>	<b>19 299</b>	<b>5 611 938</b>	<b>68 571</b>	<b>599 593</b>	<b>2 344</b>	<b>7 317 373</b>	<b>91 576</b>

(Valores expressos em milhares de escudos)

Avaliação	SEGMENTO								Total	
	Corporate		Construção e CRE		Habitação		Particular		Exposição	Imparidade
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade		
Individual	4 552 720	71 595	22 819	721	14 446	228	8 342	1 130	4 598 327	73 675
Coletiva	2 124 042	16 906	18 200	10	541 432	643	35 373	343	2 719 046	17 901
<b>Total</b>	<b>6 676 761</b>	<b>88 501</b>	<b>41 019</b>	<b>731</b>	<b>555 878</b>	<b>871</b>	<b>43 715</b>	<b>1 473</b>	<b>7 317 373</b>	<b>91 576</b>

O detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de produção apresenta os seguintes valores a 31 de dezembro de 2023:

(Valores expressos em milhares de escudos)

Ano de Produção	Corporate			Construção e CRE			Habitação			Particular			Total		
	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
2010	-	-	-	-	-	-	2	5 531	1	-	-	-	2	5 531	1
2011	1	21 228	57	-	-	-	4	25 388	6	-	-	-	5	46 616	63
2012	-	-	-	-	-	-	7	41 787	4	-	-	-	7	41 787	4
2013	-	-	-	-	-	-	5	22 648	8	-	-	-	5	22 648	8
2014	-	-	-	-	-	-	5	28 799	3	-	-	-	5	28 799	3
2015	-	-	-	-	-	-	68	200 411	136	-	-	-	68	200 411	136
2016	-	-	-	-	-	-	3	13 811	47	-	-	-	3	13 811	47
2017	-	-	-	-	-	-	1	3 575	6	-	-	-	1	3 575	6
2018	-	-	-	-	-	-	4	23 480	2	-	-	-	4	23 480	2
2019	-	-	-	1	9 631	304	2	12 717	13	4	7 732	930	7	30 080	1 247
2020	3	317 640	2 798	-	-	-	3	21 176	2	1	455	7	7	339 271	2 807
2021	9	1 248 940	9 149	-	-	-	10	68 178	211	6	4 895	30	25	1 322 013	9 390
2022	16	3 379 297	18 468	1	1 801	8	4	16 939	8	17	14 460	141	38	3 412 497	18 625
2023	8	1 767 048	20 076	1	169	6	15	76 640	31	29	44 102	209	53	1 887 959	20 322
<b>Total</b>	<b>37</b>	<b>6 734 153</b>	<b>50 548</b>	<b>3</b>	<b>11 601</b>	<b>318</b>	<b>133</b>	<b>561 080</b>	<b>478</b>	<b>57</b>	<b>71 644</b>	<b>1 317</b>	<b>230</b>	<b>7 378 477</b>	<b>52 661</b>

O detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de produção apresenta os seguintes valores a 31 de dezembro de 2022:

(Valores expressos em milhares de escudos)

Ano de Produção	Corporate			Construção e CRE			Habitação			Particular			Total		
	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
2010	-	-	-	-	-	-	2	5 926	1	-	-	-	2	5 926	1
2011	1	28 303	76	-	-	-	4	27 397	6	-	-	-	5	55 700	83
2012	-	-	-	-	-	-	9	55 072	6	-	-	-	9	55 072	6
2013	-	-	-	-	-	-	5	24 941	9	-	-	-	5	24 941	9
2014	-	-	-	-	-	-	5	29 782	3	-	-	-	5	29 782	3
2015	-	-	-	-	-	-	79	249 368	379	-	-	-	79	249 368	379
2016	-	-	-	-	-	-	3	14 528	51	-	-	-	3	14 528	51
2017	-	-	-	-	-	-	1	3 739	6	1	25	0	2	3 765	6
2018	-	-	-	-	-	-	4	24 308	2	3	490	3	7	24 798	6
2019	2	433	5	1	22 819	721	2	13 692	7	6	10 909	1 146	11	47 853	1 879
2020	5	337 501	3 281	-	-	-	3	22 332	2	7	3 113	26	15	362 946	3 310
2021	14	1 411 452	12 284	-	-	-	10	66 938	391	9	7 010	43	33	1 485 400	12 717
2022	25	4 899 072	72 812	2	18 200	53	4	17 854	9	24	22 168	254	55	4 957 293	73 128
<b>Total</b>	<b>47</b>	<b>6 676 761</b>	<b>88 458</b>	<b>3</b>	<b>41 019</b>	<b>774</b>	<b>131</b>	<b>555 878</b>	<b>871</b>	<b>50</b>	<b>43 715</b>	<b>1 473</b>	<b>143</b>	<b>7 317 373</b>	<b>91 576</b>

O detalhe das exposições e imparidade constituída por segmento a 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é a seguinte:

(Valores expressos em milhares de escudos)

Segmento	Exposição Total					Imparidade Total 31.12.2023				
	Exposição Total 31.12.2023	Dias de atraso < 90		Sub-total	Dias de atraso > 90	Imparidade Total 31.12.2023	Dias de atraso < 30	Dias de atraso entre 30 - 90	Dias de atraso <= 90*	Dias de atraso > 90
		Baixo risco de crédito	Aumento significativo do risco de crédito							
Construção e CRE	11 602	9 631	1 971	11 602	-	318	304	14	-	-
Corporate	6 734 153	3 975 270	2 751 375	6 726 645	7 508	50 549	26 345	23 588	-	616
Habituação	561 078	538 422	-	538 422	22 656	477	252	-	-	226
Particular	71 644	68 647	2 894	71 541	103	1 317	1 285	30	-	1
<b>Total</b>	<b>7 378 477</b>	<b>4 591 970</b>	<b>2 756 240</b>	<b>7 348 210</b>	<b>30 267</b>	<b>52 661</b>	<b>28 186</b>	<b>23 632</b>	<b>-</b>	<b>843</b>

(Valores expressos em milhares de escudos)

Segmento	31-Dec							Imparidade 31.12.2023			
	Exposição Total	Exposições com baixo risco de crédito	Do qual reestruturado	Exposições com aumento significativo do risco de crédito	Do qual reestruturado	Exposições em situação de imparidade	Do qual reestruturado	Imparidade Total	Exposições com baixo risco de crédito	Exposições com aumento significativo do risco de crédito	Exposições em situação de imparidade
Construção e CRE	11 602	9 631	-	1 971	-	-	-	318	304	14	-
Corporate	6 734 153	3 114 006	511	3 612 640	-	7 508	7 508	50 549	26 345	23 588	616
Habituação	561 078	538 422	13 219	-	-	22 656	4 178	477	252	-	226
Particular	71 644	68 647	-	2 894	1 535	103	-	1 317	1 285	30	1
<b>Total</b>	<b>7 378 477</b>	<b>3 730 706</b>	<b>13 730</b>	<b>3 617 505</b>	<b>1 535</b>	<b>30 267</b>	<b>11 686</b>	<b>52 661</b>	<b>28 186</b>	<b>23 632</b>	<b>843</b>

(Valores expressos em milhares de escudos)

Segmento	Exposição Total					Imparidade Total 31.12.2022				
	Exposição Total 31.12.2022	Dias de atraso < 90			Dias de atraso > 90	Imparidade Total 31.12.2022	Dias de atraso < 30	Dias de atraso entre 30 - 90	Dias de atraso <= 90*	Dias de atraso > 90
		Baixo risco de crédito	Aumento significativo do risco de crédito	Sub-total						
Construção e CRE	41 019	40 822	-	40 822	197	731	770	-	-	4
Corporate	6 676 761	6 633 903	1 556	6 635 459	41 303	88 501	57 314	12	-	31 132
Habitação	555 878	522 636	-	522 636	33 242	871	515	-	-	356
Particular	43 715	43 391	-	43 391	324	1 473	1 469	-	-	4
<b>Total</b>	<b>7 317 373</b>	<b>7 240 751</b>	<b>1 556</b>	<b>7 242 307</b>	<b>75 067</b>	<b>91 576</b>	<b>60 067</b>	<b>12</b>	<b>-</b>	<b>31 497</b>

(Valores expressos em milhares de escudos)

Segmento	31-Dec							Imparidade 31.12.2022			
	Exposição Total	Exposições com baixo risco de crédito	Do qual reestruturado	Exposições com aumento significativo do risco de crédito	Do qual reestruturado	Exposições em situação de imparidade	Do qual reestruturado	Imparidade Total	Exposições com baixo risco de crédito	Exposições com aumento significativo do risco de crédito	Exposições em situação de imparidade
Construção e CRE	41 019	40 822	-	-	-	197	-	731	770	-	4
Corporate	6 676 761	6 633 903	-	1 556	-	41 303	7 508	88 501	57 314	12	31 132
Habitação	555 878	522 636	14 198	-	-	33 242	4 178	871	515	-	356
Particular	43 715	43 391	1 785	-	-	324	-	1 473	1 469	-	4
<b>Total</b>	<b>7 317 373</b>	<b>7 240 751</b>	<b>15 983</b>	<b>1 556</b>	<b>-</b>	<b>75 067</b>	<b>11 685</b>	<b>91 576</b>	<b>60 067</b>	<b>12</b>	<b>31 497</b>

Em 31 de Dezembro de 2023, detalhe do justo valor dos colaterais subjacentes à carteira de crédito, nomeadamente dos segmentos de Corporate, Construção, Commercial Real Estate (CRE) e outras atividades diretamente relacionadas (OAR) e habitação é o seguinte:

(Valores expressos em milhares de escudos)

Justo Valor	Corporate				Construção e CRE				Habitação				Particular				Total			
	Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais	
	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante
< 0.5 MCVE	-	-	3	1 160	-	-	-	-	-	-	1	500	-	-	15	4 596	-	-	19	6 256
>= 0.5 MCVE e < 1 MCVE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	9 700	-	-	11	9 700
>= 1 MCVE e < 5 MCVE	-	-	3	5 000	-	-	-	-	11	51 917	4	15 003	-	-	6	14 481	11	51 917	13	34 484
>= 5 MCVE e < 10 MCVE	-	-	-	-	1	9 340	-	-	67	542 610	1	7 000	-	-	-	-	68	551 950	1	7 000
>= 10 MCVE e < 20 MCVE	-	-	3	41 500	-	-	-	-	29	410 166	-	-	-	-	1	17 852	29	410 166	4	59 352
>= 20 MCVE e < 50 MCVE	1	34 200	1	30 000	-	-	-	-	12	338 220	-	-	-	-	-	-	13	372 420	1	30 000
>= 50 MCVE	2	469 674	6	1 784 620	1	127 700	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	597 374	6	1 784 620
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>503 874</b>	<b>16</b>	<b>1 862 280</b>	<b>2</b>	<b>137 040</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>119</b>	<b>1 342 912</b>	<b>6</b>	<b>22 503</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>33</b>	<b>46 629</b>	<b>124</b>	<b>1 983 825</b>	<b>55</b>	<b>1 931 412</b>

Em 31 de Dezembro de 2022, detalhe do justo valor dos colaterais subjacentes à carteira de crédito é a seguinte:

(Valores expressos em milhares de escudos)

Justo Valor	Corporate				Construção e CRE				Habitação				Particular				Total			
	Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais	
	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante
< 0.5 MCVE	-	-	4	897	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	2 910	-	-	15	3 807
>= 0.5 MCVE e < 1 MCVE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	6 550	-	-	7	6 550
>= 1 MCVE e < 5 MCVE	1	3 800	8	16 539	-	-	-	-	8	35 896	3	10 905	-	-	2	2 400	9	39 696	13	29 844
>= 5 MCVE e < 10 MCVE	-	-	-	-	1	9 400	-	-	75	608 200	-	-	-	-	-	-	76	617 600	-	-
>= 10 MCVE e < 20 MCVE	1	12 400	2	30 500	-	-	-	-	26	372 933	-	-	-	-	-	-	27	385 333	2	30 500
>= 20 MCVE e < 50 MCVE	1	34 500	2	67 894	-	-	-	-	12	338 450	-	-	-	-	-	-	13	372 950	2	67 894
>= 50 MCVE	1	541 994	2	1 045 863	1	128 300	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	670 294	2	1 045 863
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>592 694</b>	<b>18</b>	<b>1 161 693</b>	<b>2</b>	<b>137 700</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>121</b>	<b>1 355 479</b>	<b>3</b>	<b>10 905</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>20</b>	<b>11 860</b>	<b>128</b>	<b>2 085 873</b>	<b>41</b>	<b>1 184 458</b>

O rácio de cobertura pela garantia de operações dos segmentos de Corporate, Construção, CRE e Habitação apresenta os seguintes valores a 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

(Valores expressos em milhares de escudos)

Segmento /Rácio	31.12.2023				
	Número de imóveis	Exposições com baixo risco de crédito	Exposições com aumento significativo do risco de crédito	Exposições em situação de imparidade	Imparidade
<b>Construção e CRE</b>					
< 100%	-	-	-	-	-
<= 125% e > 100%	-	-	-	-	-
<= 150% e > 125%	-	-	-	-	-
>= 150%	2	9 631	1 801	-	313
Sem colateral associado		-	169	-	6
<b>Corporate</b>					
< 100%	-	1 898 053	-	-	7 324
<= 125% e > 100%	-	193 961	3 361 381	-	-
<= 150% e > 125%	1	165 000	251 258	-	7 832
>= 150%	2	40 212	-	6 006	183
Sem colateral associado		816 780	-	1 502	35 209
<b>Habitação</b>					
< 100%	2	26 306	-	-	20
<= 125% e > 100%	9	62 750	-	-	40
<= 150% e > 125%	8	43 200	-	-	9
>= 150%	99	406 166	-	22 656	409
Sem colateral associado		-	-	-	-
<b>Particular</b>					
< 100%		11 137	-	-	-
<= 125% e > 100%		3 788	-	-	-
<= 150% e > 125%		4 755	-	-	-
>= 150%	2	20 620	-	-	935
Sem colateral associado		28 348	2 894	103	381
<b>Total</b>	<b>125</b>	<b>3 730 706</b>	<b>3 617 504</b>	<b>30 267</b>	<b>52 661</b>

31.12.2022					
Segmento /Rácio	Número de imóveis	Exposições com baixo risco de crédito	Exposições com aumento significativo do risco de crédito	Exposições em situação de imparidade	Imparidade
<b>Construção e CRE</b>					
< 100%	-	-	-	-	-
<= 125% e > 100%	-	-	-	-	-
<= 150% e > 125%	-	-	-	-	-
>= 150%	2	24 989	-	197	731
Sem colateral associado		15 833	-	-	-
<b>Corporate</b>					
< 100%	-	1 067 630	670	31 107	33 526
<= 125% e > 100%	-	-	-	2 329	-
<= 150% e > 125%	1	335 773	-	-	9 449
>= 150%	4	38 754	-	5 808	172
Sem colateral associado		5 191 747	886	2 057	45 353
<b>Habitação</b>					
< 100%	5	27 647	-	-	27
<= 125% e > 100%	5	29 293	-	-	12
<= 150% e > 125%	7	38 064	-	4 504	62
>= 150%	104	427 632	-	28 739	770
Sem colateral associado		-	-	-	-
<b>Particular</b>					
< 100%		21 416	-	-	127
<= 125% e > 100%		6 560	-	-	5
<= 150% e > 125%		2 749	-	-	5
>= 150%	1	9 196	-	-	1 132
Sem colateral associado		3 470	-	324	205
<b>Total</b>	<b>129</b>	<b>7 240 751</b>	<b>1 556</b>	<b>75 067</b>	<b>91 576</b>

## NOTA 18: Ativos com Acordo de Recompra

A 31 de dezembro de 2023, o Banco apresentava 1,04 milhões de escudos (2022: 1,47 milhões) relativos a títulos em carteira cedidos com acordo de recompra, classificados como um instrumento de mercado monetário.

## Nota 19: Outros Ativos Tangíveis

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
<b>Imóveis</b>		
Edifícios	212 827	212 827
Obras em imóveis arrendados	38 352	38 352
	<b>251 178</b>	<b>251 178</b>
<b>Equipamentos</b>		
Mobiliário e material	50 357	44 726
Equipamento informático	47 665	31 895
Instalações interiores	17 840	17 061
Equipamento segurança	12 446	12 446
Máquinas e ferramentas	10 358	10 227
Material de transporte	6 737	6 737
	<b>145 403</b>	<b>123 092</b>
<b>Ativos em locação operacional</b>		
Equipamento	11 861	18 591
Ativo por direito de uso	13 790	16 375
	<b>25 650</b>	<b>34 966</b>
<b>Ativos tangíveis em curso</b>		
Equipamento	5 854	15 828
Imóveis	451	515
	<b>6 304</b>	<b>16 343</b>
<b>Depreciação</b>	<b>( 229 819)</b>	<b>( 203 372)</b>
<b>Imparidade</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL</b>	<b>198 718</b>	<b>222 208</b>



O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Saldos em 31.12.22			Movimentos em 2023			Saldos em 31.12.23			
	Valor Bruto	Depreciações acumuladas	Valor líquido	Aquisições/R eavaliações	Transfe-rências	Regularizações Valor Imob.	Depreciações do exercício	Valor Bruto	Depreciações acumuladas	Valor líquido
<b>Imóveis</b>										
Edifícios	212 827	83 542	129 285	-	-	-	11 036	212 827	94 578	118 249
Obras em imóveis arrendados	38 352	27 784	10 568	-	-	-	1 577	38 352	29 360	8 992
	<b>251 178</b>	<b>111 325</b>	<b>139 853</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>12 612</b>	<b>251 179</b>	<b>123 938</b>	<b>127 241</b>
<b>Equipamentos</b>										
Material de transporte	6 738	3 425	3 313	-	-	-	760	6 738	4 185	2 553
Mobiliário e material	44 726	33 103	11 623	5 631	-	-	3 724	50 357	36 827	13 530
Equipamento informático	31 895	24 775	7 120	4 568	11 201	-	5 954	47 665	30 729	16 935
Instalações interiores	17 061	13 394	3 667	390	390	-	861	17 840	14 255	3 585
Equipamento segurança	12 446	9 668	2 778	-	-	-	1 405	12 446	11 073	1 373
Máquinas e ferramentas	10 227	7 681	2 546	131	-	-	1 130	10 358	8 811	1 547
	<b>123 093</b>	<b>92 047</b>	<b>31 046</b>	<b>10 720</b>	<b>11 591</b>	<b>-</b>	<b>13 834</b>	<b>145 404</b>	<b>105 881</b>	<b>39 523</b>
<b>Activos em locação operacional</b>										
Equipamento	23 220	4 629	18 591	-	-	-	4 280	23 220	8 909	14 311
Activo por direito de uso	18 518	2 143	16 375	-	-	(2 450)	2 586	16 068	4 728	11 340
	<b>41 738</b>	<b>6 772</b>	<b>34 966</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2 450)</b>	<b>6 866</b>	<b>39 288</b>	<b>13 638</b>	<b>25 650</b>
<b>Activos tangíveis em curso</b>										
Equipamento	15 828	-	15 828	1 756	(11 591)	(140)	-	5 854	-	5 854
Obras	515	-	515	-	-	(64)	-	451	-	451
	<b>16 343</b>	<b>-</b>	<b>16 343</b>	<b>1 756</b>	<b>(11 591)</b>	<b>(204)</b>	<b>-</b>	<b>6 304</b>	<b>-</b>	<b>6 304</b>
	<b>432 353</b>	<b>210 144</b>	<b>222 208</b>	<b>12 476</b>	<b>-</b>	<b>(2 654)</b>	<b>33 312</b>	<b>442 175</b>	<b>229 819</b>	<b>198 718</b>

O movimento nesta rubrica em 2022 foi o seguinte:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Saldos em 31.12.21			Movimentos em 2022				Saldos em 31.12.22				
	Valor Bruto	Depreciações acumuladas	Imparidade acumulada	Valor líquido	Aquisições/Reavaliações	Regularizações Valor Imob.	Depreciações do exercício	Imparidade	Valor Bruto	Depreciações acumuladas	Imparidade acumulada	Valor líquido
<b>Imóveis</b>												
Edifícios	212 827	72 506	34 667	105 653	-	-	11 036	(34 667)	212 827	83 542	-	129 285
Obras em imóveis arrendados	38 352	26 108	-	12 244	-	-	1 676	-	38 352	27 784	-	10 568
	<b>251 178</b>	<b>98 614</b>	<b>34 667</b>	<b>117 897</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>12 711</b>	<b>(34 667)</b>	<b>251 178</b>	<b>111 325</b>	<b>-</b>	<b>139 853</b>
<b>Equipamentos</b>												
Material de transporte	6 738	2 665	-	4 072	-	-	760	-	6 738	3 425	-	3 313
Mobiliário e material	42 890	29 706	-	13 183	1 836	-	3 397	-	44 726	33 103	-	11 623
Equipamento informático	28 675	21 177	-	7 498	3 220	-	3 598	-	31 895	24 775	-	7 120
Instalações interiores	17 061	12 021	-	5 039	-	-	1 373	-	17 061	13 394	-	3 667
Equipamento segurança	12 446	8 248	-	4 198	-	-	1 420	-	12 446	9 668	-	2 778
Máquinas e ferramentas	9 951	6 613	-	3 338	276	-	1 068	-	10 227	7 681	-	2 546
	<b>117 760</b>	<b>80 431</b>	<b>-</b>	<b>37 329</b>	<b>5 333</b>	<b>-</b>	<b>11 616</b>	<b>-</b>	<b>123 093</b>	<b>92 047</b>	<b>-</b>	<b>31 046</b>
<b>Activos em locação operacional</b>												
Activo por direito de uso	18 745	-	-	18 745	23 220	(227)	6 772	-	41 738	6 772	-	34 966
	<b>18 745</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>18 745</b>	<b>23 220</b>	<b>(227)</b>	<b>6 772</b>	<b>-</b>	<b>41 738</b>	<b>6 772</b>	<b>-</b>	<b>34 966</b>
<b>Activos tangíveis em curso</b>												
Equipamento	140	-	-	140	15 688	-	-	-	15 828	-	-	15 828
Obras	463	-	-	463	52	-	-	-	515	-	-	515
	<b>602</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>602</b>	<b>15 740</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>16 343</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>16 343</b>
	<b>388 286</b>	<b>179 045</b>	<b>34 667</b>	<b>174 574</b>	<b>44 293</b>	<b>(227)</b>	<b>31 099</b>	<b>(34 667)</b>	<b>432 352</b>	<b>210 144</b>	<b>-</b>	<b>222 208</b>

## NOTA 20: Ativos Intangíveis

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2023	31.12.2022
Sistemas de tratamento automático de informação (software)	220 536	209 189
Ativos intangíveis em curso	700	700
Amortizações	(204 579)	(198 610)
Imparidade	( 4 329)	( 7 578)
<b>TOTAL</b>	<b>12 328</b>	<b>3 700</b>

Os ativos intangíveis em curso representam o custo incorrido com desenvolvimentos de melhoria do sistema core em uso pelo banco, de modo a responder a necessidades específicas.

O movimento nesta rubrica, em 31 de dezembro de 2023, foi o seguinte:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Saldos em 31.12.22			Movimentos em 2023			Saldos em 31.12.23				
	Valor Bruto	Amortizações acumuladas	Imparidade acumulada	Valor líquido	Aquisições	Amortizações do exercício	Imparidade	Valor Bruto	Amortizações acumuladas	Imparidade acumulada	Valor líquido
Software	209 188	198 614	7 574	3 000	11 348	5 969	(3 249)	220 536	204 583	4 325	11 628
Software (em curso)	700	-	-	700	-	-	-	700	-	-	700
	<b>209 888</b>	<b>198 614</b>	<b>7 574</b>	<b>3 700</b>	<b>11 348</b>	<b>5 969</b>	<b>(3 249)</b>	<b>221 236</b>	<b>204 583</b>	<b>4 325</b>	<b>12 328</b>

Em 31 de dezembro de 2022, foi conforme segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Saldos em 31.12.21			Movimentos em 2022			Saldos em 31.12.22				
	Valor Bruto	Amortizações acumuladas	Imparidade acumulada	Valor líquido	Aquisições	Amortizações do exercício	Imparidade	Valor Bruto	Amortizações acumuladas	Imparidade acumulada	Valor líquido
Software	208 444	190 060	16 230	2 154	744	8 553	(8 655)	209 188	198 614	7 574	3 000
Software (em curso)	700	-	-	700	-	-	-	700	-	-	700
	<b>209 144</b>	<b>190 058</b>	<b>16 231</b>	<b>2 854</b>	<b>744</b>	<b>8 553</b>	<b>(8 655)</b>	<b>209 888</b>	<b>198 614</b>	<b>7 574</b>	<b>3 700</b>

## NOTA 21: Ativos e Passivos por Impostos Correntes e Diferidos

O Banco está sujeito à tributação em sede de Imposto sobre Rendimento das Pessoas Coletivas (IRPC).

O imposto sobre o rendimento corrente é refletido nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações, o correspondente imposto é, igualmente, refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

O cálculo do imposto corrente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 foi efetuado com base numa taxa de 22,44%, englobando uma taxa nominal de IRPC e Taxa de Incêndio, de acordo com a Lei n.º 82/VIII/2014, de 08 de janeiro de 2015.

As declarações de autoliquidação do IRPC do Banco ficam sujeitas à inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais, durante um período de três anos. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos, devidos, essencialmente, a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração do Banco que, no contexto atual das demonstrações financeiras, não ocorrerão encargos adicionais de valor significativo.

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2023		31.12.2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<b>Ativos e Passivos por impostos correntes</b>	<b>68 102</b>	<b>( 120 425)</b>	<b>40 654</b>	<b>( 23 854)</b>
Imposto sobre o Rendimento (IRPC) - estimativa	57 664	( 120 425)	23 602	( 23 854)
Pagamento por conta	10 437	-	17 051	-

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2023	31.12.2022
Resultado antes de impostos	768 219	486 890
Taxa de Imposto	22,44%	22,44%
<b>Encargo teórico com IRPC</b>	<b>172 388</b>	<b>109 258</b>
Efeito dos custos não dedutíveis		
Outros custos / deduções	( 62 096)	( 65 214)
Benefícios fiscais	-	( 14 404)
Prejuízos fiscais dedutíveis	( 22 133)	( 7 606)
Imposto sobre o rendimento corrente do exercício	88 160	22 034
Tributação autónoma	111	221
<b>Imposto sobre rendimento</b>	<b>88 271</b>	<b>22 255</b>
<b>Taxa efetiva de imposto</b>	<b>11,5%</b>	<b>4,6%</b>

Considerando a legislação fiscal em vigor no país, os resultados negativos de exercícios anteriores poderão ser recuperados por via de crédito fiscal, num período máximo de até 7 anos, subsequente ao reconhecimento destas perdas, à razão de 50% de benefício anual.

Em 2022, procedeu-se à utilização do imposto diferido ativo reconhecido e reconheceu-se diferenças temporárias, resultando no registo de encargos por impostos diferidos no valor de 26 milhões de escudos.

O registo dos impostos diferidos ativos detalha-se como se segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2023	Movimentos 2023		31.12.2022
		Reconhecido em Resultados	Reconhecido em Reservas	
Balanço				
Ativos por impostos diferidos	5 612	-	( 14 881)	20 494
Passivos por imposto diferidos	-	-	-	-
Reservas	23 465	-	14 881	8 584
Encargos por impostos diferidos	8 757	8 757	-	26 349
Rendimentos por impostos diferidos	-	-	-	-

## NOTA 22: Outros Ativos

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2023	31.12.2022
Devedores diversos		
Valores a receber	231 455	250 785
Ativos adquiridos em recuperação de crédito próprio	130 311	150 088
Outras disponibilidades	47 921	130 243
Outros	890	890
Outros gastos administrativos	22 015	7 538
Outras contas de regularização	74 076	102 751
Imparidade de Ativos adquiridos em recuperação de crédito próprio	( 11 067)	( 25 468)
<b>TOTAL</b>	<b>495 600</b>	<b>616 827</b>

O valor dos Ativos adquiridos em recuperação de crédito próprio corresponde ao saldo respeitante a imóveis recebidos em dação em cumprimento de dívidas, durante o ano de 2016 a 2022 Esses encontram-se valorizados de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.2 m).

Os movimentos ocorridos nas imparidades de ativos adquiridos em recuperação de crédito próprio são apresentados como segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2023	31.12.2022
Saldo Inicial	25 468	26 894
Reversões	( 14 401)	( 1 426)
<b>Saldo Final</b>	<b>11 067</b>	<b>25 468</b>

O detalhe do justo valor e valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação ou execução, em 2023 e 2022, por tipo de ativo e por antiguidade, é apresentado nos seguintes quadros:

(Valores expressos em milhares de escudos)

Ativo	31.12.2023				
	Número de imóveis	Justo valor do ativo	Valor contabilístico	Imparidade	Valor Líquido contabilístico
<b>Edifício construído</b>					
Habitação	5	101 340	100 540	7 741	92 798
<b>Terreno</b>					
Urbano	1	32 000	29 772	3 325	26 446
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>133 340</b>	<b>130 311</b>	<b>11 067</b>	<b>119 244</b>

(Valores expressos em milhares de escudos)

Ativo	31.12.2022				
	Número de imóveis	Justo valor do ativo	Valor contabilístico	Imparidade	Valor Líquido contabilístico
<b>Edifício construído</b>					
Habitação	6	110 950	120 317	22 696	97 620
<b>Terreno</b>					
Rural					
Urbano	1	34 000	29 772	2 772	27 000
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>144 950</b>	<b>150 088</b>	<b>25 468</b>	<b>124 620</b>

(Valores expressos em milhares de escudos)

Tempo decorrido desde a dação / execução	31.12.2023							
	>= 1 ano e < 2,5 anos		>= 2,5 anos e < 5 anos		>5 anos		Total	
	Justo valor do ativo	Valor contabilístico	Justo valor do ativo	Valor contabilístico	Justo valor do ativo	Valor contabilístico	Justo valor do ativo	Valor contabilístico
<b>Edifício construído</b>								
Habitação	-	-	25 850	22 942	75 490	77 598	101 340	100 540
<b>Terreno</b>								
Urbano	-	-	-	-	32 000	29 771	32 000	29 771
<b>Total</b>	-	-	<b>25 850</b>	<b>22 942</b>	<b>107 490</b>	<b>107 369</b>	<b>133 340</b>	<b>130 311</b>

(Valores expressos em milhares de escudos)

Tempo decorrido desde a dação / execução	31.12.2022							
	>= 1 ano e < 2,5 anos		>= 2,5 anos e < 5 anos		>5 anos		Total	
	Justo valor do ativo	Valor contabilístico	Justo valor do ativo	Valor contabilístico	Justo valor do ativo	Valor contabilístico	Justo valor do ativo	Valor contabilístico
<b>Edifício construído</b>								
Habitação	26 000	22 942	10 000	12 375	74 950	85 000	110 950	120 317
<b>Terreno</b>								
Rural								
Urbano	-	-	-	-	34 000	29 772	34 000	29 772
<b>Total</b>	<b>26 000</b>	<b>22 942</b>	<b>10 000</b>	<b>12 375</b>	<b>108 950</b>	<b>114 772</b>	<b>144 950</b>	<b>150 088</b>

## NOTA 23: Recursos de Bancos Centrais e de Outras Instituições Financeiras

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
Recursos de bancos centrais	10 009 324	9 434 339
Recursos de outras instituições de crédito	6 703 431	6 319 241
Juros	128 503	57 876
<b>TOTAL</b>	<b>16 841 259</b>	<b>15 811 456</b>

## NOTA 24: Recursos de Clientes e Outros Empréstimos

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
Depósitos	16 841 835	14 913 555
À ordem	10 775 582	10 766 432
A prazo	6 066 253	4 147 123
Juros	104 190	84 140
<b>TOTAL</b>	<b>16 946 025</b>	<b>14 997 695</b>

O escalonamento dos Recursos de clientes por prazos de vencimento, a 31 de dezembro de 2023 e a 31 de dezembro de 2022, é como segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
<b>Exigível à vista</b>	<b>10 775 582</b>	<b>10 766 432</b>
<b>Exigível a prazo</b>	<b>6 170 443</b>	<b>4 231 263</b>
Até 3 meses	1 629 592	185 694
De 3 meses a 1 ano	3 077 015	545 087
De 1 a 5 anos	1 463 836	3 500 482
<b>TOTAL</b>	<b>16 946 025</b>	<b>14 997 695</b>

Os recursos de clientes exigíveis a prazo foram contratados à taxa anual média de 2,26% (31 de dezembro de 2022: 2,22%).

## NOTA 25: Responsabilidades Representadas por Títulos e Passivos Subordinados

No exercício de 2023, no âmbito do programa nacional de desenvolvimento do mercado de capitais, o Banco procedeu a três emissões de títulos de dívida, que totalizam 1,10 mil milhões de escudos.

As emissões incluem as primeiras ofertas públicas de Obrigações Azuis e de obrigações Verdes em Cabo Verde, com maturidade média de 4 anos, estando segmentadas como segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2023	31.12.2022
<b>Responsabilidades representadas por títulos</b>	<b>3 980 682</b>	<b>2 911 611</b>
<b>Títulos sustentáveis</b>	<b>1 260 470</b>	<b>300 000</b>
Obrigações Sociais	300 000	300 000
Obrigações Azuis	350 000	-
Obrigações Verdes	610 470	-
Obrigações Seniores	2 400 000	2 400 000
Credit Linked Note	312 200	209 000
Juros	8 012	2 611
<b>Passivos subordinados</b>	<b>234 025</b>	<b>233 131</b>
Obrigações Subordinadas	230 000	230 000
Juros	4 025	3 131
<b>Total</b>	<b>4 214 707</b>	<b>3 144 741</b>

As emissões das obrigações Azuis e Verdes foram realizadas com a participação do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (“PNUD”) e do Joint SDG Fund, denominadas “iib Marine and Ocean-based Blue Bond” e “iib Renewable and Energy-Efficiency Green Bond. A obrigação azul têm como objetivo possibilitar o financiamento de projetos estruturais, bem como o desenvolvimento e inclusão financeira de pequenos empreendedores em comunidades costeiras, e a obrigação obrigação verde está ligado à política de sustentabilidade e responsabilidade social do iib que direciona parte dos recursos para apoiar o Hospital Universitário Agostinho Neto.

(Valores expressos em milhares de escudos)

Designação	Data de Emissão	Data de Vencimento	Tipo de Amortização	Periodicidade do Pagamento dos Juros	Taxa de Juros	Valor de Balanço	Valor Nominal
iib Subordinated Participation Bond Série A (TD + 3,25%) - 2022 2032	10-ago-2022	10-ago-2032	Na maturidade	Semestral	3,50%	234 025	230 000
iib Solidary Indexed Bond Série B (2,95% + SOS) - 2022 2024	18-nov-2022	18-nov-2024	Na maturidade	Anual	3,10%	301 111	300 000
iib PRAE - Programa de Apoio à Economia Série A (5% TANB) - 2022 2027	30-nov-2022	01-dez-2027	Trimestral	Trimestral	5,00%	167 920	209 000
iib 3S Senior Bond Série C (3%) - 2022 2025	28-dez-2022	28-dez-2025	Na maturidade	Anual	3,00%	2 400 600	2 400 000
iib Marine and ocean-based Blue Bond Série D - 4% 2023 2028	01-mar-2023	01-mar-2028	Maturidade	Semestral	4,00%	354 706	350 000
iib PRAE - Programa de reestruturação e apoio à economia Série B (4% TANB) - 2023   2027	08-set-2023	08-set-2027	Maturidade	Trimestral	4,00%	145 354	145 000
iib Renewable and energy efficiency Green Bond Série E 3.5% 2023 2026	28-dez-2023	28-dez-2026	Maturidade	Semestral	3,50%	610 651	610 470

## NOTA 26: Provisões

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
Provisões para compromissos assumidos	1 872	2 263
Provisões para contingências fiscais	75 337	-
<b>Total</b>	<b>77 208</b>	<b>2 263</b>

Os movimentos ocorridos nas provisões são apresentados como segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
Saldo Inicial	2 263	3 156
Reversões	( 583)	( 918)
Dotações	75 529	24
<b>Saldo Final</b>	<b>77 208</b>	<b>2 263</b>

A cobertura da carteira de garantias prestadas (ver Nota 31) resume-se conforme segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
Garantias prestadas	599 666	1 037 415
Provisões	77 208	2 263
<b>Grau de cobertura</b>	<b>12,88%</b>	<b>0,22%</b>

## Nota 27: Outros Passivos

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
<b>Encargos a pagar</b>		
Custos administrativos	5 811	17 414
Serviços informáticos	-	9 819
Serviços de Auditoria e Consultoria	4 597	5 375
Outros custos administrativos	1 214	2 220
Custos com pessoal	30 323	20 721
Passivos de locação	26 762	35 992
<b>Credores diversos</b>		
Setor Público e Administrativo	40 635	9 973
Outros Credores	44 456	32 800
Transferências emitidas a compensar	19 850	13 829
Outras contas de regularização	18 276	424 517
<b>TOTAL</b>	<b>186 115</b>	<b>555 246</b>

Passivos de locação representam o reconhecimento do passivo de locação referente a contratos de arrendamento, em decorrência da adoção da IFRS 16.

A rubrica "Outras contas de regularização" inclui essencialmente o montante de 12 milhões de escudos referente ao crédito documentário pendente de liquidação.

## NOTA 28: Capital

O capital social do Banco ascende a 1.433 milhões de escudos (equivalente a 1.433.000 ações) e encontra-se integralmente realizado, sendo detido em 90% pelo iib Group Holding WLL e em 10% pelo Novo Banco África SGPS, SA.

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2023	31.12.2022
Capital subscrito	1 433 000	1 433 000
Do qual Ações Ordinárias	1 433 000	1 433 000

## NOTA 29: Reservas de Reavaliação

Esta rubrica engloba a reavaliação de títulos ao justo valor, assim como a reavaliação de ativos tangíveis, nomeadamente equipamentos informáticos, máquinas e ferramentas. Inclui também imparidade de Títulos, pelo método de Other Comprehensive Income (OCI).

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2023	Movimentos 2023	31.12.2022
Justo Valor de Títulos	172 620	64 183	108 438
Imparidade Títulos - OCI	( 68 051)	2 134	( 70 184)
Reavaliação Activos não financeiros	233	-	233
Outras Reservas Reavaliação	880	-	880
Imposto Diferido Imparidade Títulos	30 696	( 479)	31 174
Imposto Diferido Títulos	( 54 161)	( 14 403)	( 39 758)
<b>TOTAL</b>	<b>82 218</b>	<b>51 435</b>	<b>30 783</b>

## NOTA 30: Outras Reservas e Resultados Transitados

Esta rubrica comporta as reservas legais (10%) e outras reservas (90%), originados da transferência dos resultados apurados nos exercícios anteriores, decompondo-se como se segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Outras Reservas e Resultados Transitados			
	Reserva Legal	Outras Reservas	Resultados Transitado	Total
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2021</b>	<b>60 000</b>	<b>67 037</b>	<b>( 117 583)</b>	<b>9 454</b>
Transferência do Resultado para Reservas	33 715	303 439	-	337 155
Outros movimentos	-	-	-	
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2022</b>	<b>93 716</b>	<b>370 476</b>	<b>( 117 583)</b>	<b>346 609</b>
Transferência do Resultado para Reservas	43 314	389 826	-	433 140
Outros movimentos	-	-	-	
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2023</b>	<b>137 030</b>	<b>760 302</b>	<b>( 117 583)</b>	<b>779 749</b>

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação aplicável ao setor bancário exige que a reserva legal seja anualmente creditada com, pelo menos, 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

### NOTA 31: Passivos Contingentes e Compromissos

Os passivos contingentes e compromissos relacionados com a atividade do Banco são registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam a seguinte decomposição:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
Garantias prestadas	599 666	1 037 415
Créditos Documentários	-	15 798
<b>TOTAL</b>	<b>599 666</b>	<b>1 053 213</b>

O valor das transações do Banco com partes relacionadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, assim como os respetivos custos e proveitos reconhecidos no exercício, resume-se como segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<b>31.12.2023</b>				<b>31.12.2022</b>			
	<b>Activos</b>	<b>Passivos</b>	<b>Proveitos</b>	<b>Custos</b>	<b>Activos</b>	<b>Passivos</b>	<b>Proveitos</b>	<b>Custos</b>
<b>Accionistas</b>								
NOVO BANCO, S.A,	4 722 635	-	35 642	-	899 106	-	1 863	-
IIBG Holdings	168 545	14 137	-	-	205 072	21 594	-	-
<b>Outras partes relacionadas</b>								
IIB Djibouti	10	6 487	-	-	-	17 691	2 824	-
IIB Limited	4 858 100	303	163 449	119 680	5 266 242	81 526	152 103	-
IIB System	14 215	-	-	1 594	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>9 763 504</b>	<b>20 928</b>	<b>199 091</b>	<b>121 274</b>	<b>6 370 419</b>	<b>120 811</b>	<b>156 789</b>	<b>-</b>

Os ativos em balanço relativos às partes relacionadas, incluídos no quadro acima, referem-se, fundamentalmente, a depósitos e aplicações em moeda estrangeira mantidos junto dessas entidades, os quais são remunerados a taxas correntes de mercado.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2023, o Banco tinha a receber o montante de 169 milhões de escudos, decorrentes de pagamentos por conta de outras entidades do grupo.

### NOTA 33: Justo Valor dos Ativos e Passivos Financeiros

O justo valor dos ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor do Balanço, a 31 de dezembro de 2023 e a 31 de dezembro de 2022, é como segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)			
31.12.2023			
Valorizados ao Justo Valor			
Cotações de Mercado (Nível 1)	Modelos de valorização com parâmetros/preços observáveis no mercado (Nível 2)	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (Nível 3)	Total Justo Valor
Ativos Financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral			
Obrigações do Tesouro de Cabo Verde	-	11 167 887	-
Outros Activos Financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-
Obrigações corporativas	-	3 608 086	3 608 086
-	11 167 887	3 608 086	14 775 973
(Valores expressos em milhares de escudos)			
31.12.2022			
Valorizados ao Justo Valor			
Cotações de Mercado (Nível 1)	Modelos de valorização com parâmetros/preços observáveis no mercado (Nível 2)	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (Nível 3)	Total Justo Valor
Ativos Financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral			
Obrigações do tesouro de Cabo Verde	-	10 237 942	-
Obrigações corporativas	-	62 764	62 764
-	10 300 706	-	10 300 706

Os ativos e passivos ao justo valor do Banco são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia, de acordo com a IFRS 13 – Mensuração pelo Justo Valor:

#### Valores de cotação de mercado (nível 1)

Nesta categoria são incluídos os instrumentos financeiros com cotações disponíveis em mercados oficiais e aqueles em que existem entidades que divulgam habitualmente preços de transações para esses instrumentos negociados em mercados líquidos.

#### Métodos de valorização com parâmetros/preços observáveis no mercado (nível 2)

Nesta categoria são considerados os instrumentos financeiros valorizados com recurso a modelos internos, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de que variam conforme a complexidade dos produtos objeto de valorização. Não obstante, o Banco utiliza como *inputs* nos seus modelos variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro, *spreads* de crédito, volatilidade e índices sobre cotações. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes, mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida. Adicionalmente, o Banco utiliza ainda como variáveis observáveis em mercado, aquelas que resultam de transações sobre instrumentos semelhantes e que

se observam com determinada recorrência no mercado.

### Métodos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (nível 3)

Nesse nível incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades, mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado. As bases e pressupostos de cálculo do justo valor estão em conformidade com os princípios da IFRS 13.

### Instrumentos financeiros ao custo amortizado

No quadro seguinte apresenta-se uma análise das categorias de instrumentos financeiros reconhecidos ao custo amortizado nas demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2023 e a 31 de dezembro de 2022:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2023				
	Ativos/Passivos registados ao custo amortizado	Cotações de Mercado (Nível 1)	Modelos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado (Nível 2)	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (Nível 3)	Justo valor total
<b>Ativo</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	817 943	-	817 943	-	817 943
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4 160 069	-	4 160 069	-	4 160 069
Aplicações em instituições de crédito	12 272 993	-	12 272 993	-	12 272 993
Crédito a clientes	7 431 368	-	-	7 431 368	7 431 368
	24 682 373	-	17 251 005	7 431 368	24 682 373
<b>Passivo</b>					
Recursos de bancos centrais	10 110 108	-	-	10 110 108	10 110 108
Recursos de outras instituições de crédito	6 731 151	-	-	6 731 151	6 731 151
Recursos de clientes e outros empréstimos	16 946 025	-	-	16 946 025	16 946 025
	33 787 284	-	-	33 787 284	33 787 284

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2022				
	Ativos/Passivos registados ao custo amortizado	Cotações de Mercado (Nível 1)	Modelos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado (Nível 2)	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (Nível 3)	Justo valor total
<b>Ativo</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	778 165	-	778 165	-	778 165
Disponibilidades em outras instituições de crédito	448 945	-	448 945	-	448 945
Aplicações em instituições de crédito	15 607 800	-	15 607 800	-	15 607 800
Crédito a clientes	7 267 348	-	-	7 267 348	7 267 348
	24 102 258	-	16 834 910	7 267 348	24 102 258
<b>Passivo</b>					
Recursos de bancos centrais	9 492 215	-	-	9 492 215	9 492 215
Recursos de outras instituições de crédito	6 319 241	-	-	6 319 241	6 319 241
Recursos de clientes e outros empréstimos	14 997 695	-	-	14 997 695	14 997 695
	30 809 151	-	-	30 809 151	30 809 151

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos ativos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado são analisados como segue:

## **Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Aplicações em instituições de crédito**

Esses ativos são de muito curto prazo, pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

### **Crédito a clientes**

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. Os fluxos de caixa futuros esperados das carteiras de crédito homogéneas, como por exemplo o crédito à habitação, são estimados numa base de *portfolio*. As taxas de desconto utilizadas são as taxas atuais praticadas para empréstimos com características similares, as quais não variaram significativamente desde o momento da contratação dos atuais contratos.

### **Recursos de bancos centrais e Recursos de outras instituições de crédito**

Esses passivos são de curto prazo, pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

### **Recursos de clientes e outros empréstimos**

O justo valor desses instrumentos financeiros é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros. A taxa de desconto utilizada é a que reflete as taxas praticadas para os depósitos com características similares à data do balanço. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são renovadas por períodos inferiores a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

### **NOTA 34: Gestão de Riscos de Atividade**

Dadas as incertezas geradas pela pandemia do Covid-19 e o aumento dos riscos afetos à atividade bancária, aliada à contração da economia, tornou-se desafiante mensurar, de forma efetiva, os riscos do Banco, o que impactou diretamente no processo de concessão de novos créditos, na manutenção da qualidade da carteira e conseguir, paralelamente, preservar a solidez e a rentabilidade dos produtos bancários.

O Departamento de Gestão de Riscos, uma das principais linhas de defesa do Banco, tem a função de identificar e monitorar os riscos que ameaçam as atividades, desenvolver ferramentas de mensuração dos mesmos, estabelecer e monitorar os limites de exposição, visando garantir a adequada cobertura dos riscos e proporcionar aos *stakeholders* uma visão integral do perfil de riscos da instituição.

As atividades da Gestão de Riscos são regidas por princípios alinhados com a estratégia e o modelo de negócio do Banco, nomeadamente a independência do Departamento em relação às Unidades de Negócios, o apoio à tomada de decisões eficazes sobre os

riscos das atividades e das operações, garantindo sempre o adequado controlo dos riscos.

O modelo de Gestão de Riscos do iibCV está alinhado com as melhores práticas internacionais e em harmonia com a orientação aos níveis de exposição definidos pela Administração, tendo em consideração as exigências e recomendações do Regulador, vertidas no Aviso nº 02/2013.

O Banco está exposto a diversos riscos decorrentes do uso de instrumentos financeiros, os quais se analisam de seguida:

### **Risco de Crédito**

O risco de crédito resulta da probabilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes do incumprimento, total ou parcial, do cliente ou contraparte, relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Banco, no âmbito da sua atividade creditícia e é controlado pela Departamento de Risco Global, à qual compete monitorizar, de forma sistemática, todas as operações contratadas, em interação com as demais unidades do Banco e do Grupo.

Esse método permite identificar, tempestivamente, os principais *triggers* de *default*, possibilitando um adequado acompanhamento do risco da carteira de crédito, dado que a função de gestão de risco de crédito intervém em todos os processos que comportam esse risco, desde a análise, aprovação e contratação das operações de crédito;

contabilização das operações; monitorização dos contratos de crédito; identificação dos clientes em risco (*default*); controlo e atualização do valor das garantias recebidas; à conceção de modelos de risco; cálculo de provisões e imparidade da carteira; produção e reporte de dados e estatísticas do crédito, culminando com o processo de recuperação de créditos vencidos.

O acompanhamento da carteira de crédito é contínuo e privilegia a interação entre as equipas envolvidas ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito. Esta abordagem é reforçada pela introdução de sucessivas melhorias, tanto no plano das metodologias e ferramentas de avaliação e controlo de riscos, como ao nível dos procedimentos e circuitos de decisão, em parceria com o Grupo.

Já o acompanhamento do perfil de risco de crédito do Banco, nomeadamente no que toca à evolução das exposições de crédito e monitorização das eventuais perdas, é efetuado periodicamente por um comité.

Relativamente à exposição máxima do Banco ao risco de crédito, o quadro abaixo apresenta a posição no final do exercício:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
Disponibilidades e aplicações em instituição de crédito	17 251 006	16 834 910
Ativos financeiros detidos para negociação	70 000	901
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	3 608 086	-
Ativos Financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	11 167 887	10 300 706
Ativos com acordo recompra	1 043 190	1 471 039
Créditos a clientes	7 431 368	7 267 348
Outros ativos	130 311	249 125
<b>Garantias e avales prestados</b>	<b>599 666</b>	<b>1 037 415</b>
Créditos documentários	-	15 798
<b>TOTAL</b>	<b>41 301 514</b>	<b>37 177 242</b>

Para os ativos financeiros reconhecidos no balanço, a exposição máxima ao risco de crédito é representada pelo valor contabilístico líquido da imparidade. Para os elementos fora de balanço, a exposição máxima das garantias é o montante máximo que o Banco teria de pagar se as garantias fossem executadas. Para compromissos de empréstimos e outros compromissos relacionados com crédito de natureza irrevogável, a exposição máxima é o montante total de compromissos assumidos.

Em 2023, a imparidade por classe de ativo registou os seguintes movimentos:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<b>31.12.2023</b>			
	Empresas (Financiamentos)	Crédito à Habitação	Consumo	Total
Imparidade de crédito inicial	89 232	786	1 558	91 576
Acréscimo/reversão no período	( 7 960)	( 30 897)	( 247)	( 39 104)
Utilização no período	-	( 173)	-	( 173)
Outros movimentos	-	362	-	362
<b>Imparidade de crédito final</b>	<b>81 272</b>	<b>( 29 922)</b>	<b>1 311</b>	<b>52 661</b>

Em 2022, a imparidade por classe de ativo registou os seguintes movimentos:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<b>31.12.2022</b>			
	Empresas (Financiamentos)	Crédito à Habitação	Consumo	Total
Imparidade de crédito inicial	87 855	11 133	2 167	101 156
Acréscimo/reversão no período	1 377	11 027	( 609)	11 795
Utilização no período	-	( 21 374)	-	( 21 374)
<b>Imparidade de crédito final</b>	<b>89 232</b>	<b>786</b>	<b>1 558</b>	<b>91 576</b>

A 31 de Dezembro de 2023 a qualidade da carteira de crédito apresentava a seguinte composição:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Empresas	Particulares- Habitação	Consumo	Total
Sem Vencido com imparidade	1 727 770	493 220	66 723	2 287 713
Crédito Vencido com Imparidade	5 017 985	67 858	4 921	5 090 764
Inferior a 30 dias	1 395 867	45 202	1 924	1 442 993
30 a 90 dias	3 614 610	-	2 894	3 617 504
91 a 180 dias	-	4 321	-	4 321
181 dias 360 dias	-	-	-	-
Superior a 360 dias	7 508	18 335	103	25 946
Total	6 745 755	561 078	71 644	7 378 477

A 31 de Dezembro de 2022 a qualidade da carteira de crédito apresentava a seguinte composição:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Empresas	Particulares- Habitação	Consumo	Total
Sem Vencido com imparidade	5 621 512	522 636	42 111	6 186 258
Crédito Vencido com Imparidade	1 096 268	33 242	1 604	1 131 115
Inferior a 30 dias	1 053 213	-	1 280	1 054 493
30 a 90 dias	1 556	-	-	1 556
91 a 180 dias	-	-	-	-
181 dias 360 dias	8 063	-	-	8 063
Superior a 360 dias	33 437	33 242	324	67 004
Total	6 717 780	555 878	43 715	7 317 373

## Risco de Mercado

O risco de mercado engloba três riscos diferentes (risco de taxa de juro, de liquidez e cambial) e representa, genericamente, a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro, como a variação de taxas de juro, taxas de câmbio, cotações de ações e de mercadorias, volatilidade ou *spread* do crédito.

A gestão de risco de mercado está integrada na gestão do balanço, com base na política de apetite ao risco. Esse método é responsável por fornecer elementos para a definição de políticas de afetação e estruturação do balanço, bem como pelo controlo da liquidez, da exposição aos riscos de taxa de juro e de taxa de câmbio.

## Risco da Taxa de Juro

O risco de taxa de juros resulta de movimentos adversos nas taxas de juro dos elementos da carteira bancária. A estimação da exposição ao risco de taxa de juros implica a classificação de todas as rubricas do ativo, passivo e extrapatrimoniais sensíveis a taxas de juro, por intervalo de *repricing*, de acordo com a metodologia do BIS (*Bank for International Settlements*), proposta pelo Banco de Cabo Verde. Para além

desse modelo de cálculo, o Banco efetua um *stress test* específico, considerando a hipótese de mobilização massiva de parte dos recursos de clientes.

O nível de risco da taxa de juro do iibCV é pouco expressivo, pelo que as operações de cobertura são efetuadas na ótica de mitigação do risco da liquidez e do seu controlo.

O Banco apresenta *repricing gap* global positivo, posição favorável aos resultados, indicando que uma variação positiva nas taxas de juro conduziria a um aumento da margem financeira.

### **Risco cambial**

O risco cambial advém de alterações nas taxas de câmbio utilizadas na conversão de elementos da carteira bancária, expressos em moeda estrangeira, para a moeda base (CVE), ou seja, está associado a moedas com volatilidade de câmbio face ao escudo cabo-verdiano (CVE), com destaque para o dólar americano (USD), cujo valor apresenta maior volatilidade e em relação ao qual o Banco apresenta um *matching* positivo, o que significa, em termos de posição cambial, que possui um maior volume de ativos sensíveis à taxa de câmbio do que passivos, conferindo maior capacidade de cobertura desse risco.

O risco que o Dólar Norte-Americano (USD), representa está coberto a 100% por negociações cambiais (compra/venda de divisas) com outras instituições financeiras, por forma a manter a posição cambial nessa moeda equilibrada ou em níveis mínimos e de risco imaterial, fazendo com que o Banco apresente um perfil global, no que tange à exposição cambial, de baixo risco.

### **Risco de Liquidez**

O risco de liquidez resulta da potencial incapacidade da instituição em financiar o ativo, quando cumpridas as responsabilidades exigidas nas datas devidas, e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira, sem incorrer em perdas significativas.

No que tange ao monitoramento, há um controlo contínuo de concentração de depósitos e de crédito e conseqüente acompanhamento do rácio de transformação do crédito (LtD), assim como um cálculo diário da posição das diversas moedas, que permite uma permanente quantificação e mitigação do risco de liquidez e de exposição em moeda estrangeira.

O controlo dos níveis de liquidez tem como finalidade manter um nível de disponibilidades passível de fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazos, procurando, de forma sistemática, avaliar a exposição global ao risco de liquidez, através da preparação de informações diárias de *cash-flow*, que permitem,

além de identificar os *mismatch* negativos, determinar elementos para efetuar a cobertura atempada dos mesmos.

Da avaliação do risco de liquidez, ficou patente o elevado nível de liquidez global (risco baixo), apresentando *gap* positivo, o que demonstra a solidez do Banco e capacidade de financiamento das suas atividades. O LtD global de 49% corrobora o nível de recursos que o Banco tem disponível para o cumprimento das suas responsabilidades.

O Banco mantém, atualmente, uma carteira significativa de ativos líquidos ou liquidáveis a muito curto prazo, essencialmente concentrados na rubrica de Aplicações em instituições de crédito (ver Nota 13), para fazer face à natureza e duração dos passivos.

Em 31 de Dezembro de 2023, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros eram os seguintes:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos ou indeterminado	Total
<b>Ativo</b>	<b>15 986 224</b>	<b>5 885 741</b>	<b>12 048 820</b>	<b>7 146 351</b>	<b>41 067 136</b>
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	817 943	-	-	-	817 943
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4 160 069	-	-	-	4 160 069
Activos Financeiros detidos para negociação	-	-	70 000	-	70 000
Outros Activos Financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	843 218	2 764 868	3 608 086
Ativos Financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	2 554 457	6 733 859	1 879 571	11 167 887
Ativos com acordo de recompra	-	441 510	601 680	-	1 043 190
Aplicações em instituições de crédito	10 427 779	1 845 214	-	-	12 272 993
Crédito a clientes	580 433	911 706	3 800 062	2 139 167	7 431 368
Outros ativos	-	132 855	-	362 745	495 600
<b>Passivo</b>	<b>16 761 418</b>	<b>6 707 503</b>	<b>14 485 160</b>	<b>234 025</b>	<b>38 188 106</b>
Recursos de bancos centrais	485 181	3 381 333	6 243 594	-	10 110 108
Recursos de outras instituições de crédito	6 731 151	-	-	-	6 731 151
Recursos de clientes e outros empréstimos	9 358 971	3 025 059	4 561 995	-	16 946 025
Responsabilidades representadas por títulos	-	301 111	3 679 571	-	3 980 682
Passivos Subordinados	-	-	-	234 025	234 025
Outros passivos	186 115	-	-	-	186 115
<b>Garantias Off-balance</b>	<b>46 551</b>	<b>487 520</b>	<b>65 595</b>	<b>-</b>	<b>599 666</b>
<b>Diferencial / Gap</b>	<b>( 821 745)</b>	<b>( 1 309 282)</b>	<b>( 2 501 935)</b>	<b>6 912 326</b>	<b>2 279 364</b>
<b>Diferencial / GapAcumulado</b>	<b>( 821 745)</b>	<b>( 2 131 027)</b>	<b>( 4 632 961)</b>	<b>2 279 364</b>	<b>-</b>

Apesar do Gap negativo nos intervalos intermédios, existe, por um lado, tendo por base o comportamento histórico, a expectativa de renovação de uma parte significativa dos passivos, nomeadamente os depósitos de clientes à ordem e, por outro, a extinção das responsabilidades representadas por títulos, nomeadamente a maturidade dos títulos emitidos pelo Banco.

Em 31 de Dezembro de 2022, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros eram os seguintes:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos ou indeterminado	Total
<b>Ativo</b>	<b>19 460 719</b>	<b>2 098 831</b>	<b>8 327 981</b>	<b>6 604 200</b>	<b>36 491 731</b>
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	778 165	-	-	-	778 165
Disponibilidades em outras instituições de crédito	448 945	-	-	-	448 945
Activos Financeiros detidos para negociação	901	-	-	-	901
Ativos Financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	1 063 174	389 240	7 027 931	1 820 361	10 300 706
Ativos com acordo de recompra	1 471 039	-	-	-	1 471 039
Aplicações em instituições de crédito	15 607 800	-	-	-	15 607 800
Crédito a clientes	90 696	1 532 996	1 300 050	4 343 607	7 267 348
Outros ativos	-	176 595	-	440 232	616 827
<b>Passivo</b>	<b>11 163 965</b>	<b>12 642 043</b>	<b>10 470 000</b>	<b>233 131</b>	<b>34 509 138</b>
Recursos de bancos centrais	58 215	1 873 000	7 561 000	-	9 492 215
Recursos de outras instituições de crédito	6 319 241	-	-	-	6 319 241
Recursos de clientes e outros empréstimos	4 231 263	10 766 432	-	-	14 997 695
Responsabilidades representadas por títulos	-	2 611	2 909 000	-	2 911 611
Passivos Subordinados	-	-	-	233 131	233 131
Outros passivos	555 246	-	-	-	555 246
<b>Garantias Off-balance</b>	<b>245 605</b>	<b>310 731</b>	<b>496 877</b>	<b>-</b>	<b>1 053 213</b>
<b>Diferencial / Gap</b>	<b>8 051 149</b>	<b>( 10 853 943)</b>	<b>( 2 638 896)</b>	<b>6 371 069</b>	<b>929 380</b>
<b>Diferencial / GapAcumulado</b>	<b>8 051 149</b>	<b>( 2 802 794)</b>	<b>( 5 441 689)</b>	<b>929 380</b>	<b>-</b>

## Risco Operacional

O risco operacional define-se como a probabilidade de ocorrência de eventos, com impactos negativos nos resultados ou no capital, resultantes da inadequação ou deficiência de procedimentos, sistemas de informação, comportamento das pessoas ou eventos externos, abrangidas nas seguintes tipologias: operativo, de sistemas de informação, de *compliance* e de reputação.

A gestão do risco operacional assenta-se em princípios e estratégias definidos pelo Banco, em um código de conduta e em políticas e normas de risco operacional, através da análise de um catálogo dos processos, da comunicação tempestiva dos eventos de risco e a consequente definição de ações de melhoria das deficiências detetadas.

Ao Departamento de Risco Global, enquanto gestor do risco operacional, cabe a identificação, avaliação e reporte dos eventos de riscos ocorridos, de origem interna e externa, e em colaboração com os responsáveis das demais unidades orgânicas, definir e implementar medidas de melhorias de processos e de mitigação dos riscos. A responsabilidade de controlo do risco operacional é partilhada entre todos os colaboradores do Banco, pelo que os mesmos cooperam na monitorização e na identificação dos fatores de risco e das fragilidades dos processos das respetivas unidades, comunicando os incidentes ocorridos ao Departamento de Risco.

No decorrer do exercício ora findo, foram registados reduzidos eventos de risco operacional, relacionados com falhas na execução de processos, com impacto

financeiro imaterial no resultado do Banco. Adicionalmente, foram introduzidas melhorias no desenho dos processos e procedimentos e maior eficácia no controlo dos principais indicadores de riscos.

### **Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade**

O objetivo primordial da gestão de capital no Banco consiste em assegurar o cumprimento dos objetivos estratégicos da instituição em matéria de adequação de capital, respeitando e fazendo cumprir os requisitos mínimos de fundos próprios definidos pelas entidades de supervisão.

A definição da estratégia a adotar, no que concerne à gestão de capital, é da competência do Conselho de Administração, encontrando-se integrada na definição global de objetivos do Banco.

Em termos prudenciais, o Banco está sujeito à supervisão do Banco de Cabo Verde, que estabelece as regras que a esse nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais que as instituições deverão cumprir, em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos, materializado através do Aviso nº 03/2007.

Os elementos de capital do Banco dividem-se em Fundos Próprios de Base, Fundos Próprios Complementares e Deduções, com a seguinte composição:

- Fundos Próprios considerados como *Core Tier I*: Esta categoria inclui, essencialmente, o capital estatutário realizado, as reservas elegíveis os resultados positivos retidos do período, quando certificados, e os interesses que não controlam. São deduzidas as reservas de justo valor negativas associadas a ações ou outros instrumentos de capital, o valor de balanço dos montantes relativos aos ativos intangíveis e, quando aplicável, as insuficiências de provisões e os resultados negativos do período.
- Fundos Próprios de Base (FPB): Para além dos valores considerados como *Core Tier I*, esta categoria inclui os montantes aceites pelo Regime transitório previsto no ponto 4 do n.º 5 do Aviso n.º 3/2007 - impacto na transição em fundos próprios de base ainda por reconhecer.
- Fundos Próprios Complementares (FPC): Incorpora, essencialmente, a dívida subordinada emitida elegível a reservas de justo valor positivas associadas a ações ou outros instrumentos de capital. São deduzidas as participações em instituições financeiras e entidades seguradoras bem como o montante das perdas esperadas para as posições em risco, deduzidas das somas de correções de valor e provisões existentes, decorrentes da aplicação do método IRB para risco de crédito.

- Deduções (D): Compreendem essencialmente a amortização prudencial dos imóveis recebidos em dação para liquidação de créditos e a parte que excede os limites de concentração de risco de crédito, previsto na alínea d) do n.º 12 do Aviso n.º 3/2007.

Adicionalmente, a composição da base de capital está sujeita a um conjunto de limites. Desta forma, as regras prudenciais estabelecem que os FPC não podem exceder os FPB. Complementarmente, determinadas componentes dos FPC (o designado *Lower Tier II*) não podem superar os 50% dos FPB.

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2023	31.12.2022
Capital realizado	1 433 000	1 433 000
Resultados positivos transitados de exercícios anteriores	346 609	9 454
Resultados positivos do último exercício	433 140	337 155
Resultados positivos provisórios do exercício em curso	671 191	433 140
<b>SOMA</b>	<b>2 883 940</b>	<b>2 212 749</b>
Activos intangíveis	( 12 328)	( 3 700)
Resultados negativos transitados de exercícios anteriores	-	-
<b>SOMA</b>	<b>( 12 328)</b>	<b>( 3 700)</b>
<b>FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE ANTES DA APLICAÇÃO DO REGIME TRANSITÓRIO</b>	<b>2 871 612</b>	<b>2 209 049</b>
Regime transitório previsto no ponto 4 do n.º 5 do Aviso n.º 3/2007 - impacto na transição em fundos próprios de base ainda por reconhecer	-	-
<b>FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE ELEGÍVEIS</b>	<b>2 871 612</b>	<b>2 209 049</b>
Empréstimos subordinados e acções preferenciais remíveis	230 000	230 000
Outras reservas de reavaliação	74 577	49 927
<b>FUNDOS PRÓPRIOS COMPLEMENTARES</b>	<b>304 577</b>	<b>279 927</b>
<b>FUNDOS PRÓPRIOS ANTES DAS DEDUÇÕES</b>	<b>3 176 189</b>	<b>2 488 976</b>
Imobilizado recebido em reembolso de crédito próprio	( 86 350)	( 43 813)
<b>FUNDOS PRÓPRIOS PARA CÁLCULO DE CONCENTRAÇÃO DE RISCO</b>	<b>3 089 840</b>	<b>2 445 162</b>
Parte que excede os limites de concentração de riscos (alínea d) n.º 12 do Aviso n.º 3/2007)	-	-
<b>FUNDOS PRÓPRIOS</b>	<b>3 089 840</b>	<b>2 445 162</b>
Activos Ponderados pelo Risco (incluindo extrapatrimoniais)	6 280 641	6 825 793
<b>Rácio de Solvabilidade</b>	<b>49,2%</b>	<b>35,8%</b>

O Banco calcula o Rácio de Solvabilidade de acordo com o Aviso n.º 4/2007, do Banco de Cabo Verde, o qual define o Rácio de Solvabilidade em função da relação entre os fundos próprios e os riscos de mercado (RTC - Risco taxa de câmbio), risco operacional (RO), risco de crédito (RC), com a finalidade de acompanhar a adequação entre o montante dos fundos próprios e os respetivos riscos inerentes ao Banco. Através desse Aviso, o Banco de Cabo Verde estabelece patamares mínimos de solvabilidade a serem seguidos pelas instituições sujeitas à sua supervisão. Assim, as Instituições Financeiras deverão atingir um Rácio *Core Tier I* não inferior a 12%, calculada da seguinte forma:

$$\text{Rácio de Solvabilidade} = \frac{\text{Fundos Próprios}}{(\text{VAPRC} + \text{VAPRTC} + \text{VEAPRO})} \times 100$$

Onde:

VAPRC – Valor dos ativos ponderados pelo risco de crédito, incluindo os elementos extrapatrimoniais, determinados conforme Anexo 1 do Aviso;

VAPRTC – Valor dos ativos ponderados pelo risco de taxa de câmbio, apurados conforme o Anexo 2 do Aviso;

VEAPRO – Valor equivalente em ativos ponderados pelo risco operacional, apurado conforme o Anexo 3 do Aviso.

## **NOTA 35 – IFRS Divulgações - Novas normas a 31 de dezembro de 2023**

### **1. Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no exercício**

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adotadas (“endorsed”) pela União Europeia têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício iniciado em 1 de janeiro de 2023:

#### **a) IAS 1 (alteração), ‘Divulgação de políticas contabilísticas’**

Alteração aos requisitos de divulgação de políticas contabilísticas que passam a ser baseadas na definição de “materiais”, em detrimento de “significativas”. A informação relativa a uma política contabilística considera-se material caso, na ausência da mesma, os utilizadores das demonstrações financeiras não tenham a capacidade de compreender outras informações financeiras incluídas nessas mesmas demonstrações financeiras.

Ao avaliar a materialidade das políticas contabilísticas, a entidade deve considerar não só a dimensão das transações como também outros eventos ou condições e a natureza dos mesmos.

A alteração é de aplicação prospetiva.

#### **b) IAS 8 (alteração), ‘Definição de estimativas contabilísticas’**

Esta alteração vem introduzir a definição de estimativa contabilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contabilísticas e a correção de erros. As estimativas contabilísticas passam a ser definidas como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração, utilizadas para concretizar o(s) objetivo(s) de uma política contabilística.

A alteração é de aplicação prospetiva.

**c) IAS 12 (alteração), 'Imposto diferido relacionados com ativos e passivos decorrentes a uma transação única'**

A IAS 12 passa a exigir que uma entidade reconheça imposto diferido quando o seu reconhecimento inicial dê origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis.

Entre as transações aplicáveis encontram-se o registo de (i) ativos sob direito de uso e passivos de locação; (ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes, e os correspondentes montantes reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não relevem para efeitos fiscais.

Assim, estas diferenças temporárias são excluídas do âmbito da isenção de registo de impostos diferidos no reconhecimento inicial de ativos ou passivos. O efeito acumulado da aplicação inicial desta alteração é reconhecido como um ajustamento ao saldo de abertura dos resultados transitados (ou outro componente do capital próprio) do período comparativo mais antigo apresentado.

Esta alteração é de aplicação retrospectiva.

**d) IAS 12 (alteração), 'Reforma Fiscal Internacional – Regras-Modelo do Segundo Pilar'**

Esta alteração surge no âmbito da implementação das regras do Global Anti-Base Erosion ("Globe") da OCDE, e compreende:

- uma exceção temporária aos requisitos de reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos por impostos diferidos relacionados com o Pilar Dois; e
- os requisitos de divulgação adicionais para as entidades afetadas (entidades pertencentes a grupos multinacionais com réditos consolidados de €750 milhões em pelo menos dois dos últimos quatro anos), como sejam:
  - I. o facto de a exceção ter sido aplicada;
  - II. divulgação em separado do gasto líquido de imposto corrente relacionado com impostos sobre o rendimento Pilar Dois, e
  - III. informação conhecida ou razoavelmente estimável que auxilie os utilizadores das demonstrações financeiras a compreender o impacto da aplicação das regras do Pilar Dois, entre a data de publicação da legislação e a data da sua entrada em vigor.

Esta alteração foi desenvolvida provisoriamente, para vigorar enquanto o sistema fiscal global se esteja a adaptar a estas novas regras – o IASB planeia avaliar se a mesma será para manter ou retirar, assim que existir clareza suficiente sobre a forma como as jurisdições fiscais adotam as novas regras, bem como os seus impactos nas entidades.

A alteração é de aplicação em períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023.

**e) IFRS 17** (alteração), ‘Contratos de Seguro’

A IFRS 17 substitui a IFRS 4 – “Contratos de seguro”, a norma que vigora de forma interina desde 2004. A IFRS 17 é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária nos resultados se também forem emitentes de contratos de seguro. A IFRS 17 não se aplica aos tomadores de seguro. No âmbito da aplicação da IFRS 17 as entidades emitentes de contratos de seguro precisam de avaliar se o tomador do seguro pode beneficiar de um determinado serviço como parte de um sinistro, ou se esse serviço é independente do sinistro/evento de risco, e fazer a separação da componente não-seguro, que deverá ser tratada no âmbito de outras normas (ex.: IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes ou IFRS 9 – Instrumentos financeiros). Na aplicação inicial da IFRS 17, as entidades têm de identificar as carteiras de contratos de seguro e dividi-las, no mínimo, nos seguintes grupos: i) contratos que são onerosos no reconhecimento inicial; ii) contratos que não apresentem uma possibilidade significativa de posteriormente se tornarem onerosos; e iii) restantes contratos em carteira. A IFRS 17 exige que uma entidade mensure os contratos de seguro usando estimativas e pressupostos atualizados que reflitam o cronograma dos fluxos de caixa e qualquer incerteza relacionada com os contratos de seguro.

A IFRS 17 prevê que uma entidade reconheça os rendimentos à medida que presta serviços de seguro (e não quando recebe o valor dos prémios) e preste informação sobre os ganhos do contrato de seguro que a entidade espera reconhecer no futuro.

A IFRS 17 prevê três métodos de mensuração para a contabilização de diferentes tipos de contratos de seguro: i) Modelo geral de mensuração – ou “General measurement model” (“GMM”); ii) a Abordagem de imputação dos prémios – ou “Premium allocation approach” (“PAA”); e iii) a Abordagem da comissão variável – ou “Variable fee approach” (“VFA”). No âmbito da aplicação da IFRS 17 as entidades devem divulgar informações qualitativas e quantitativas sobre: a) as quantias reconhecidas nas suas demonstrações financeiras relativas a contratos de seguro; b) os julgamentos significativos utilizados na mensuração dos contratos e as alterações efetuadas aos mesmos; e c) a natureza e a

extensão dos riscos resultantes de contratos de seguro. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva com isenções previstas para a data de transição, sendo obrigatórias divulgações específicas na data da transição consoante o método de transição adotado.

A alteração é de aplicação em períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023.

**f) IFRS 17 (alteração), ‘Contratos de seguro – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – Informação comparativa’**

Esta alteração aplica-se somente às entidades com atividade seguradora, na aplicação inicial da IFRS 17, permitindo a adoção de um overlay na classificação de um ativo financeiro para o qual a seguradora não efetua a aplicação retrospectiva, no âmbito da IFRS 9. Esta alteração visa evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro, no que respeita à informação comparativa que deve ser apresentada na data da aplicação inicial da IFRS 17, estando prevista:

- I. a sua aplicação individual para cada ativo financeiro;
- II. a apresentação da informação comparativa como se os requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 tivessem sido aplicados ao ativo financeiro, no entanto sem a exigência da aplicação dos requisitos de imparidade da IFRS 9; e
- III. a obrigação de utilizar informações razoáveis e suportadas disponíveis na data de transição, de modo a determinar como a seguradora espera que esse ativo financeiro seja classificado, consoante a classificação da IFRS 9.

**2. Normas, interpretações, emendas e revisões que entram em vigor em exercícios futuros**

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

**IAS 1 (alteração), ‘Apresentação das demonstrações financeiras – ‘Classificação de passivos correntes e não correntes’ e ‘Passivos não correntes com covenants’** Esta alteração pretende clarificar a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato.

A classificação dos passivos não é afetada pelas expectativas da entidade (a avaliação deverá determinar se um direito existe, mas não deverá considerar se a entidade irá ou não exercer tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o

incumprimento de um “covenant”.

No entanto, se o direito de adiar a liquidação por pelo menos doze meses estiver sujeito ao cumprimento de determinadas condições após a data de balanço, esses critérios não afetam o direito de diferir a liquidação cuja finalidade seja de classificar um passivo como corrente ou não corrente.

Esta alteração inclui ainda uma nova definição de “liquidação” de um passivo e é de aplicação retrospectiva.

**a) IFRS 16** (alteração), ‘Passivos de locação em transações de venda e relocação’

Esta alteração à IFRS 16 introduz orientações relativamente à mensuração subsequente de passivos de locação, relacionados com transações de venda e relocação (“sale & leaseback”) que qualificam como “venda” de acordo com os princípios da IFRS 15 - ‘Rédito de contratos com clientes’, com maior impacto quando alguns ou todos os pagamentos de locação são pagamentos de locação variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa.

Ao mensurar subsequentemente os passivos de locação, os vendedores-locatários deverão determinar os “pagamentos de locação” e “pagamentos de locação revistos” de maneira que estes não venham a reconhecer ganhos/(perdas) relativamente ao direito de uso que retêm. Os pagamentos variáveis de locação que não dependem de um índice ou de uma taxa não satisfazem a definição de “pagamentos de locação”.

Esta alteração é de aplicação retrospectiva.

O Banco não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2023. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adoção.

### 3. Normas, interpretações, emendas e revisões ainda não adotadas pela União Europeia:

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

**a) IAS 7 e IFRS 7** (alteração), ‘Divulgações: Acordos de financiamento de fornecedores’

Estas alterações à IAS 7 Demonstração de Fluxos de Caixa e à IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações, visam esclarecer as características de um acordo de financiamento de fornecedores e introduzem requisitos de divulgação adicionais quando tais acordos existam.

Os requisitos de divulgação destinam-se a auxiliar os utilizadores das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento do fornecedor quanto aos passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez da entidade.

As alterações entram em vigor no período com início em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, contudo deverá ser divulgada.

**b) IAS 21** (alteração), ‘Os Efeitos das Alterações nas Taxas de Câmbio: Falta de permutabilidade’

Esta alteração visa clarificar a forma de avaliar a permutabilidade de uma moeda, e como deve ser determinada a taxa de câmbio quando esta não é permutável por um longo período.

A alteração especifica que uma moeda deverá ser considerada permutável quando uma entidade é capaz de obter a outra moeda dentro de um período que permita uma gestão administrativa normal, e através de um mecanismo de troca ou de mercado em que uma operação de troca crie direitos obrigações passíveis de execução.

Se uma moeda não puder ser trocada por outra moeda, uma entidade deverá estimar a taxa de câmbio na data de mensuração da transação. O objetivo será determinar a taxa de câmbio que seria aplicável, na data de mensuração, para uma transação similar entre participantes de mercado. As alterações referem ainda que uma entidade pode utilizar uma taxa de câmbio observável sem proceder a qualquer ajustamento.

As alterações entram em vigor no período com início em ou após 1 de janeiro de 2025. A adoção antecipada é permitida, contudo deverá ser divulgada os requisitos de transição aplicados.



Estas normas não foram ainda adotadas (“endorsed”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Banco no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2023. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adoção.



Your Bank, Your Future  
O seu Banco, O seu Futuro

# Campanha de Doação de Sangue iib

*Doar Sangue é um ato de cidadania.*



### 3. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

#### *Relatório e Parecer do Conselho Fiscal*

Exmos Senhores Acionistas,

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal e damos parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentados pelo Conselho de Administração do International Investment Bank, SA relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2 Acompanhámos, com a profundidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade do Banco. Tomámos conhecimento dos atos de gestão do Conselho de Administração do Banco. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a adequação e eficácia do sistema de controlo interno, do sistema de gestão de risco, da auditoria interna e *compliance*.

3 Acompanhámos igualmente os trabalhos desenvolvidos pela Ernst & Young Audit & Associados – SROC SA Sucursal de Cabo Verde.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) o Balanço (que evidencia um total de ativo de CVE 41.351.896 milhares e um total de capital próprio de CVE 2.966.157 milhares, incluindo um resultado líquido de CVE 671.191 milhares e as Demonstrações dos Resultados, do Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio, de Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo, permitem uma adequada compreensão da situação financeira do Banco, dos seus resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
- iii) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação do Banco evidenciando os aspetos mais significativos, respeitando os requisitos legais e estatutários da Sociedade;
- iv) a Proposta de Aplicação de Resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

5 O Conselho Fiscal tomou conhecimento do Relatório de Auditoria, sobre as Demonstrações Financeiras do exercício de 2023, emitido sem reservas, com o qual concordamos.

6 De igual modo tomou conhecimento do relatório dos auditores externos sobre as provisões regulamentares mínimas.

7 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes do Relatório de Auditoria, somos do parecer que a Assembleia Geral aprove:

- i) o Relatório de Gestão;
- ii) as demonstrações financeiras e respetivas notas anexas;
- iii) seja aprovada a Proposta de Aplicação de Resultado Líquido no exercício de 2023.

8 Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores do Banco com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

12 de abril de 2024

Presidente do Conselho Fiscal



Ildo Adalberto Lima

Vogal

Eunélia Sousa Freitas

Vogal

Nair Cecília Silva



Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
 Sucursal em Cabo Verde  
 Edifício Santa Maria – Complexo Atlântico  
 Apartamento 305 – 3º andar  
 Avenida Cidade de Lisboa  
 Praia – Santiago  
 Tel: + 238 3561351

### Relatório do Auditor Independente

#### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

##### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do International Investment Bank, S.A. (iibCV), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 41.351.896 milhares de escudos de Cabo Verde (CVE) e um total de capital próprio de 2.966.157 milhares de CVE, incluindo um resultado líquido de 671.191 milhares de CVE), a Demonstração dos Resultados, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios e a Demonstração de Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do International Investment Bank, S.A. em 31 de dezembro de 2023, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde para o setor bancário.

##### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" deste relatório. Somos independentes do iibCV de acordo com os requisitos do Código de Ética da Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, o qual foi elaborado em respeito aos princípios e normas do Código de Ética para Contabilistas e Auditores, editada pela Comissão Internacional de Normas de Ética para Contabilistas e Auditores (IESBA), e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

##### Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na nossa auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da nossa opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

##### 1. Imparidade para crédito a clientes

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Em 31 de dezembro de 2023, o iibCV tem registadas perdas acumuladas por imparidade sobre a carteira de crédito no montante de 52.661 milhares de CVE, representando 0,71% do valor do crédito.</p> <p>O detalhe da imparidade para crédito a clientes e as políticas contabilísticas, metodologias, conceitos e pressupostos utilizados são divulgados nas notas às demonstrações financeiras (Notas 2, 17 e 34).</p>	<p>A nossa abordagem de auditoria para a imparidade para crédito a clientes incluiu uma resposta específica que se traduziu no desenho, e subsequente execução, de procedimentos de auditoria que incluíram, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Entendimento e avaliação do desenho dos procedimentos de controlo interno existentes no processo de quantificação das perdas por imparidade para crédito a clientes;</li> </ul>

NIF n.º 288871197 - Matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia sob o n.º 288871197/2820211122.  
 Registo transitório na OPACC - Ordem dos Profissionais de Auditores e Contabilistas Certificados emitido em 17 de fevereiro de 2022  
 A member firm of Ernst & Young Global Limited - [www.ey.com](http://www.ey.com)

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>A imparidade representa a melhor estimativa do órgão de gestão do iibCV sobre a perda esperada nas exposições de crédito concedido a clientes com referência a 31 de dezembro de 2023. Para o cálculo desta estimativa, o órgão de gestão estabeleceu pressupostos, recorreu a modelos matemáticos para calcular parâmetros, interpretou conceitos e dados históricos e concebeu um modelo de cálculo da perda esperada. Para exposições relevantes em base individual, a imparidade é determinada tendo por base julgamentos de especialistas do iibCV na avaliação de risco de crédito e o conhecimento da realidade e situação financeira dos clientes e das garantias associadas às operações em questão.</p> <p>Para além da complexidade dos modelos de quantificação de perdas por imparidade da carteira de crédito, a sua utilização requer o tratamento de um volume significativo de dados, cuja disponibilidade e qualidade podem estar condicionadas.</p> <p>Em face do grau de subjetividade e complexidade que a estimativa de imparidade envolve, a utilização de abordagens, modelos ou pressupostos alternativos pode ter um impacto material no valor da imparidade estimada, o que, juntamente com a materialidade do seu valor, faz com que consideremos este tema como matéria relevante de auditoria.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▶ testes de revisão analítica sobre a evolução do saldo da imparidade para crédito a clientes, comparando-o com o período homologado e com as expectativas formadas, dos quais são de destacar o entendimento das variações ocorridas na carteira de crédito e alterações dos pressupostos e metodologias de imparidade;</li> <li>▶ seleção de uma amostra de clientes objeto de análise individual de imparidade para avaliação dos pressupostos utilizados pelo órgão de gestão na quantificação da imparidade. Esta análise incluiu a informação sobre a situação económico-financeira dos devedores e os relatórios de avaliação dos colaterais, assim como indagações aos especialistas do iibCV para entender a estratégia de recuperação definida e os pressupostos usados.;</li> <li>▶ testámos a razoabilidade dos parâmetros utilizados no cálculo da imparidade coletiva, destacando-se:             <ul style="list-style-type: none"> <li>i) o entendimento da metodologia formalizada e aprovada pelo órgão de gestão e comparação com a efetivamente utilizada;</li> <li>ii) a apreciação das alterações aos modelos para determinar parâmetros para refletir a perda esperada;</li> <li>iii) a análise das alterações realizadas durante o exercício aos parâmetros de risco (PD, LGD e EAD);</li> <li>iv) o seguimento das medidas corretivas de deficiências anteriormente identificadas no modelo de imparidade coletiva; e</li> <li>v) o teste por amostragem à classificação das operações nos <i>stages</i> 1, 2 e 3; e</li> <li>vi) avaliação da razoabilidade dos ajustamentos realizados, em particular aqueles para responder às áreas de julgamento adicionais resultantes das moratórias e apreciação do processo de gestão associado a esses ajustamentos.</li> </ul> </li> <li>▶ análise das divulgações incluídas nas notas explicativas às demonstrações financeiras, tendo por base os requisitos das normas internacionais de relato financeiro e os registos contabilísticos.</li> </ul>

## Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do iibCV de acordo com os princípios geralmente aceites em Cabo Verde para o sector Bancário e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade do iibCV se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o órgão de gestão tenha intenção de liquidar o iibCV ou cessar as operações ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de relato financeiro do iibCV.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do iibCV;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do iibCV para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o iibCV descontinue as suas atividades; e
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias significativas de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

## OUTRA INFORMAÇÃO

### Sobre o relatório de gestão

O órgão de gestão é responsável pela preparação de outra informação. Esta outra informação compreende o Relatório de Gestão, que não inclui as demonstrações financeiras e o nosso relatório sobre as mesmas e que obtivemos antes da data do nosso relatório.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a informação constante no Relatório de Gestão e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura do Relatório de Gestão e, em consequência, considerar se a informação nele contida é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria, ou se aparenta estar materialmente distorcida.

Se, com base no trabalho efetuado sobre a outra informação que obtivemos antes da data do nosso relatório, concluímos que existe uma distorção material no Relatório de Gestão, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

12 de abril de 2024

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.  
Sucursal em Cabo Verde  
Representada por:



Ana Salcedas  
Diretora Geral



Filipe Brás  
Partner

### III. Informação sobre o Governo da Sociedade

#### 1. Estrutura Organizacional e Governativa

A estrutura orgânica do Banco é constituída por um Conselho de Administração, formado por sete administradores efetivos e um suplente, e por uma Comissão Executiva de três Administradores, assessorada por um Sistema de Controlo Interno robusto, composto por três áreas-chave: Risco Global, Compliance e Auditoria Interna, ao que acresce o Conselho Fiscal enquanto fiscalizador das atividades da Instituição.

O Banco está organizado em treze áreas, as quais garantem a operacionalidade da instituição e o cumprimento dos princípios que imperam no sistema financeiro, conforme mostra a figura abaixo:

#### Organigrama 2023



## 2. Descrição das funções e responsabilidades de cada membro do órgão de administração da instituição

---

No iibCV, prevalece o princípio da aplicação de um conjunto de normas que consagram políticas, regras e procedimentos, de forma transversal a todas as unidades que o integram, sem prejuízo das adaptações que em cada caso sejam necessárias, conforme as especificidades legais ou regulamentares de cada área em causa.

Nesse contexto, estão estabelecidas competências a um conjunto de departamentos do Banco para, no quadro das suas atribuições, promoverem a aplicação transversal no Banco das Normas Internas em vigor ou que venham a ser adotadas, numa lógica de articulação funcional direta com todas os departamentos. Nesse âmbito, são criados e/ou atualizados normativos que se entendem aplicáveis para o sistema normativo nacional, sendo todos ratificados em sede da Comissão Executiva do Banco.

A Comissão Executiva tem plenos poderes na gestão diária do Banco, cuja atribuição decorre dos estatutos da Sociedade, competindo-lhe exercer os mais amplos poderes de gestão e representação e praticar todos os atos necessários ou convenientes à prossecução das atividades compreendidas no seu objeto social, sendo, nesse fórum, discutidas e aprovadas as decisões estratégicas de gestão.

A Comissão Executiva tem mandato para constituição de mandatários com os poderes que julgue convenientes, incluindo os de substabelecimento.

### 3. Unidades de Negócios

---

O iibCV, à semelhança dos demais bancos do sistema financeiro nacional, opera, desde a sua criação, numa vertente puramente comercial, oferecendo produtos e serviços a clientes bancários, nomeadamente a particulares e empresas.

#### 3.1. Comercial

O Departamento Comercial tem a seu cargo a dinamização comercial junto de clientes particulares e empresas, ao nível nacional e internacional.

Encarregue de assegurar as condições necessárias para o incremento da atividade comercial, esse departamento sustenta sua estratégia na excelência da seleção, *pricing* e gestão do risco, dentro de um quadro de elevados níveis de eficiência, garantindo um acompanhamento baseado na especialização dos diversos segmentos e na captação e geração de valor, sempre numa perspetiva de plena satisfação dos clientes, por um lado, e de otimização de recursos, por outro.

A excelência é um objetivo constantemente preconizado, através de um posicionamento de proximidade e atendimento personalizado, procurando adequar os seus produtos e serviços às necessidades dos clientes e do mercado.

#### 3.2. Financeiro e Gestão de Ativos e Passivos

O Departamento Financeiro & ALM tem como competência desenvolver e acompanhar a gestão financeira do Banco, bem como a execução do seu plano de financiamento, tendo a seu cargo, igualmente, a gestão da liquidez e a gestão dos riscos de mercado e de liquidez.

Tem como objetivo diversificar os negócios do Banco e alargar a base de clientes e de oferta de produtos e serviços, sendo responsável pelas relações institucionais do Banco, através da gestão e manutenção da rede de Correspondentes e de Parceiros de negócios.

Faz o acompanhamento constante do mercado, criando e atualizando produtos e preçários, de acordo com as variáveis fundamentais do mercado e os objetivos do Banco.

## 4. Sistema de Controlo Interno e de Gestão de Riscos

Relativamente ao Sistema de Controlo Interno (SCI), esta foca o seu papel em organizar e coordenar métodos e medidas que salvaguardem o património e os interesses do Banco, promovendo a eficiência operacional e conferindo fiabilidade às informações contabilísticas e financeiras. A sua sistematização assenta, essencialmente, na atuação de três áreas que o compõem: Risco, Compliance e Auditoria Interna.

### 4.1. Risco Global

O Departamento de Risco Global, uma das linhas de defesa e de controlo de risco, tem a atribuição de monitorar os riscos que ameaçam as atividades do Banco (de crédito, operacional, mercado, liquidez e de taxa de juros de balanço), desenvolver ferramentas e metodologias de gestão dos mesmos, estabelecer e monitorar os limites e emanar recomendações, com o intuito de reduzir o impacto dos riscos no resultado e no capital do Banco.

Para identificar, avaliar e quantificar a exposição e o perfil de risco do Banco são realizadas análises qualitativas e quantitativas, que incluem indicadores de performance, métricas de qualidade da carteira de crédito, identificação de eventos de riscos, execução do “*stress test scenario*”, consumo de capital, ações de recuperação do crédito vencido, e identificação dos potenciais riscos que possam afetar o plano de negócios e os objetivos do Banco.

As atividades de Gestão de Riscos são desempenhadas de forma independente das demais unidades responsáveis pelo controlo e supervisão de riscos, em conformidade com as recomendações do Banco de Cabo Verde (Aviso nº 02/2013) e com as melhores e mais recentes práticas internacionais.

### 4.2. Compliance

A Função Compliance caracteriza-se por ser uma função independente, permanente e efetiva, que assume como missão promover o cumprimento das obrigações e deveres legais e regulamentares, operacionais, éticos e de conduta, que são aplicáveis às instituições de crédito, bem como aos seus órgãos sociais, gestores e colaboradores, no quadro do ambiente de controlo e supervisão institucional definido pelas entidades reguladoras competentes.

Enquanto responsável por uma das funções de controlo do Banco, o Departamento de Compliance coopera com as restantes funções de controlo (Gestão de Risco e Auditoria Interna), de modo a acompanhar e avaliar os procedimentos de controlo interno em matéria de prevenção de lavagem de capitais e do combate ao financiamento do terrorismo.

Deste modo, no que concerne à prevenção e à abordagem baseada no risco, conhecer o cliente é uma das principais preocupações do Banco, dada a sua importância para a definição do seu nível de risco, perfil transacional, nível de monitorização e controlos a implementar, minimizando a probabilidade de o Banco, inadvertidamente, iniciar relações comerciais com pessoas ou entidades reconhecidamente suspeitas de envolvimento em crimes de LC/FT.

Para o iibCV, é determinante a existência de um quadro de valores, princípios e regras que conduzam as suas ações e os padrões que estabelecem a forma como realiza negócios e exerce a sua atividade. Para este fim, o Banco tem implementado, e em vigor, um Código de Ética e Conduta, uma Política de Gestão de Conflito de Interesses e uma Política de Gestão de Risco de Lavagem de Capitais e Financiamento ao Terrorismo.

### **4.3. Auditoria Interna**

A Função de Auditoria Interna (FAI) tem por missão contribuir para o desenvolvimento sustentável das atividades do International Investment Bank, S.A. (iibCV), através da avaliação sistemática, disciplinada, independente e objetiva, baseada no risco, da estrutura de governo interno e do sistema de controlo interno, com vista a garantir a sua adequação e eficácia.

A Função de Auditoria Interna desenvolve a sua atividade em conformidade com as normas e princípios de Auditoria Interna reconhecidos e aceites ao nível internacional, especialmente o Enquadramento Internacional de Práticas Profissionais de Auditoria Interna (International Professional Practices Framework - IPPF), divulgadas pelo Instituto de Auditores Internos (The Institute of Internal Auditors - IIA).

## 5. Suporte ao Negócio

Toda a atividade do iibCV é suportada por um conjunto de funções e de expertise, relacionadas de forma integrada e transversal, cuja missão é garantir a execução de negócios, do montante à jusante, avaliando a fiabilidade de dados e de informações.

O Suporte ao Negócio é responsável pela satisfação dos pedidos dos clientes e por toda a dinâmica entre estes e o Banco, contribuindo, de forma inequívoca, para a prossecução dos resultados do Banco e, conseqüentemente, para o seu crescimento.

### 5.1. Tecnologias de Informação

O Departamento de Tecnologias de Informação (IT) tem por missão assegurar o adequado funcionamento do parque tecnológico da instituição, das ferramentas, recursos e serviços de informática, bem como responder às necessidades emergentes a nível de sistemas organizacionais, sejam elas exigidas pelo regulador ou provenientes das áreas internas, e garantir uma melhoria contínua dos sistemas tecnológicos implementados, visando a satisfação das necessidades para o normal desenvolvimento da atividade do iibCV.

O Departamento de IT dedicou-se, durante 2023, a processos internos de melhoria contínua, tanto ao nível do departamento como interdepartamental, colaborando na implementação de novas soluções e no aprimoramento de ferramentas tecnológicas internas, para melhor servir ao cliente.

### 5.2. Operações

O Departamento de Operações é o responsável pela parte operacional da atividade do Banco, pelo processo efetivo de abertura de contas e pela gestão de cartões, de transferências e de outros meios de pagamento. Igualmente assume a atividade de elaboração e processamento de contratos de financiamento, nas diferentes vertentes, bem como a operacionalização das aplicações de clientes.

Ainda no âmbito das atribuições definidas no modelo de gestão do Banco, este departamento funciona como *backoffice*, ocupando-se das tarefas operacionais ligadas às transações e à relação com os clientes, tornando toda a atividade comercial mais célere e segura.

O principal objetivo do Departamento de Operações é oferecer níveis de excelência na execução operacional, ao menor custo, contribuindo para o crescimento global do negócio do Banco, para a sua rentabilização e para a manutenção da satisfação e fidelização dos clientes.

### **5.3. Contabilidade**

O Departamento de Contabilidade tem como competência a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras individuais do iibCV, nomeadamente reportes regulamentares, reportes ao Grupo.

Tem também como função assegurar as obrigações fiscais, designadamente em sede de impostos, incluindo o cumprimento das obrigações declarativas para os clientes e autoridades fiscais, bem como estabelecer e coordenar os contactos com os auditores externos e consultores fiscais.

É da responsabilidade do departamento a preparação da reconciliação dos movimentos financeiros gerados pelas operações realizadas, proceder à valorização das operações efetuadas e reportar, numa base mensal, as posições e os resultados das diversas carteiras do Banco.

### **5.4. Recuperação de Crédito**

O Departamento de Recuperação de Crédito tem como missão identificar, de forma atempada, o potencial ou o efetivo incumprimento por parte dos clientes quem aos quais o iibCV possui exposição de crédito, visando maximizar a sua recuperabilidade, através da implementação de abordagens, tanto convencionais como não convencionais. Adicionalmente, o Departamento tem a responsabilidade de gerir os ativos imobiliários disponíveis para venda.

A gestão contínua e prudente da carteira de crédito, aliada a uma estratégia focada no acompanhamento diligente do risco, possibilitou uma redução, numa perspetiva anualizada, do percentual de créditos não produtivos (NPL) de 1,03% para 0,41%. Esta melhoria reflete uma condição mais favorável, particularmente face a um contexto macroeconómico adverso que possa vir a manifestar-se nos próximos períodos.

### **5.5. Jurídico**

O Departamento Jurídico tem como objetivo apoiar a coordenação técnico-jurídica de toda a atividade alusiva ao Banco e a todos os processos que suportam essa atividade.

Presta assessoria jurídica internamente, através da emissão de pareceres e elaboração de contratos e outros documentos jurídicos que se assumam como instrumentos de trabalho e de base à tomada de decisão.

Atua ainda na perspetiva de colaboração com o Departamento de Recuperação de Crédito, no desenvolvimento da ação pré-contenciosa e na definição dos critérios e orientações gerais que lhe respeitam, assegurando o suporte na fase de contencioso.

## 6. Capital Humano

---

O Departamento de Capital Humano segue as diretrizes da estratégia do iibCV, tendo como missão fundamental definir, desenvolver e implementar as estratégias e as políticas globais de Capital Humano, de forma a contribuir para a motivação e para os elevados padrões de desempenho por parte dos colaboradores do Banco.

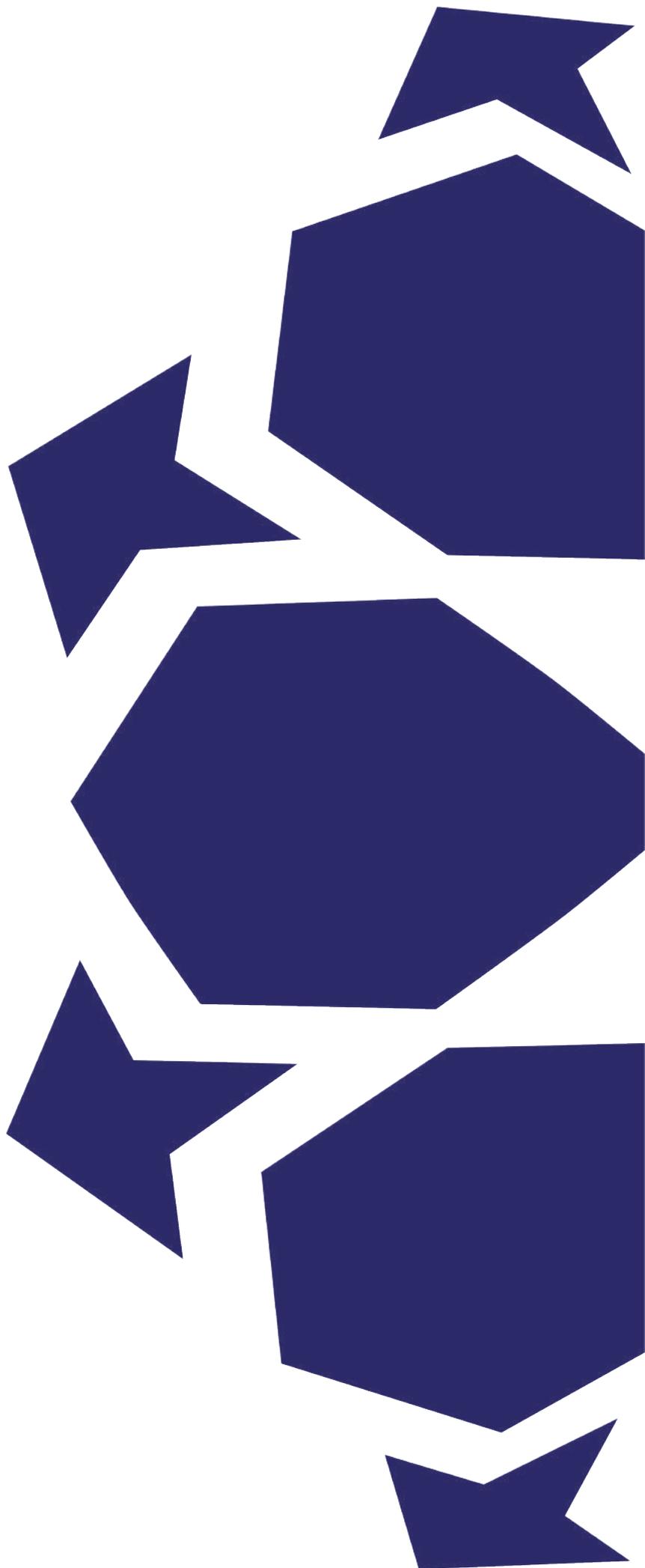
Considerando as especificidades que caracterizam a gestão do Capital Humano, na perspetiva do melhor aproveitamento das competências e desenvolvimento de talentos, e a necessidade de garantir a coerência de políticas e normas, o Departamento tem como função promover uma interligação permanente com todos os departamentos do Banco.

A organização do Departamento envolve o alinhamento dos macros processos de recursos humanos (recrutamento e seleção, formação e desenvolvimento, sistemas de avaliação de desempenho, sistemas de remuneração e incentivos, elaboração de contratos de trabalho, controlo de presenças e absentismo, processamento de salários e declarar obrigações fiscais associadas) ao *core business* do Banco, de forma a maximizar a criação de valor.

# Nossa Presença



**Your Bank, Your Future**  
**O seu Banco O seu Futuro**





**international investment bank S.A.**

Avenida Cidade de Lisboa, CP 35,  
Praia, Santiago, Cabo Verde

🌐 [iibanks.com/westafrica](http://iibanks.com/westafrica)

☎ +238 260 2626

